

Manágá, S. Catarina, Rio Branco, Altamira,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 6.500

cadernos do

terceiro mundo

Cr\$ 5.000 • Ano VIII • Nº 80

CABINDA
o crime
sul-africano

1975

1976

1977

1978

1979

1980

1981

1982

1983

1984

1985

**A DÉCADA
DA MULHER**



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

A batalha das mulheres

As mulheres formam hoje quase metade da humanidade. São mais de dois bilhões de pessoas, que possuem em comum além do sexo, o fato de não terem, em sua maior parte, os mesmos direitos da outra metade da população do planeta. Alguns já classificaram a mulher como a grande maioria oprimida dos tempos modernos e assinalaram que nenhuma transformação social estará completa enquanto essa discriminação continuar em vigor. Os preconceitos em relação à mulher são quase tão antigos como a própria humanidade, mas desde o século passado essa situação começou a se alterar. A mudança das relações entre os dois sexos adquiriu, a partir de então, as formas e intensidades mais diversas ao redor do mundo. Mas a transformação não se limitou a uma mera alteração de hábitos. Ela passou a se vincular a toda uma revolução social e econômica destinada a substituir estruturas arcaicas e superadas, por outras mais justas, dinâmicas e progressistas.

A mulher entrou nessa revolução como sócio minoritário, mas na medida em que o processo avançou, ela deixou de ser o lado frágil e sua presença se torna cada vez mais forte. Foi uma dupla vitória — contra um sistema e contra a secular discriminação. Talvez ela não tenha sido alcançada totalmente, mas, as mulheres do mundo inteiro já têm importantes conquistas a festejar. Era este o principal objetivo da conferência da mulher organizada pela ONU em Nairóbi. Mas os problemas ainda não resolvidos acabaram se tornando tão importantes e tão abrangentes que deixaram pouco espaço para comemorações. Por tudo isso, a situação da mulher no mundo, especialmente no Terceiro Mundo, é o tema da reportagem de capa deste número, onde também se destacam matérias sobre o frustrado ataque sul-africano contra Cabinda, em Angola, a crise na Namíbia, as consequências das eleições no Peru, e os falsos mitos criados em torno das Zonas Francas na África, Ásia e América Latina.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-Editores: Carlos Castilho (África)
Roberto Remo Bissio

Conselho Editorial Internacional

Darcy Ribeiro
Juan Somavia
Henry Pease García
Aquino de Bragança

Revista mensal nº 80

Julho - 1985

Preço de capa: Cr\$ 5.000

Nºs atrasados: ao preço do último exemplar

Coordenador de Produção

José Carlos Gondim

Redação permanente:

Claudia Neiva, Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya, Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guilomar Belo Marques, Cristina Canoura, Eduardo Varela, Raul Gonçalves

Departamento de Arte:

Sonia Freitas (editor), Miguel Efe, Vanda Freitas

Produção Gráfica: Samaral

Centro de Documentação:

Lidia Freitas, Eunice H. Senna, Jessie Jane V. de Souza (Brasil), Cristina Assis (Portugal), Sybille Flaschka (México)

Composição:

Ronaldo Fonseca

Colaboradores: Gregorio Selser, César Arias Quincot, Cedric Belfrage, Fernando Molina, Mark Fried, Moacir Wernick de Castro, Eduardo Molina y Vedia, Ash Narain Roy, Alberto B. Mariani, Maluza Stein, Sol Carvalho, José Monserrat Filho, Herbert de Souza, Theotonio dos Santos, Ladislau Dowbor, Luis Maira, Roger Rummell, David Fig, A.W. Singham, Alex Mashinini, Laurine Platsky, Ana Maria Urbina, Ligia Chaves, Francesca Gargallo, Jim Cason, Sam Ramsamy, Gridvia Kuncar, Hugo Neves, Otoniel Martínez, Deborah Huttington, Alan Nairn, Rodrigo Jaubert, Ezequiel Dias, Alice Nicolau, João Melo, Mia Couto, Luis Moita, Orlando Senna, Rodolfo de Bonis, Ravindran Casinader, Phill Harris, Abdul Nafey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Richards, Claude Alvares, Carlos Núñez, Pablo Marfíez, Mario de Cautín, Julio Rossiello, Peter Law, Agostinho Jardim Gonçalves, Nils Castro, Octavio Tostes, Ricardo Bueno, M. Venugopala Rao, Narinder Koshla, Nilton Santos

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky

Lavalle 1282 - 1er. piso Of. 12 y 14 - Telef: 35-81-94 -

Buenos Aires, Capital Federal

Chile: Fernando Reyes Matta

Cañal 16637 - Correo 9 Providencia, Santiago de Chile

Ecuador: José Steinleger

Apartado 8968, suc. 7 - Torres de Almagro, Quito

Peru: Rafael Roncagliolo

Apartado 270031, Lima-27

Colômbia: Guillermo Segovia Mora

Apartado Aéreo 10465 - Telef: 285-66-14 - Bogotá

Nicarágua: Arqueles Morales

Apartado 576 - Managua

Estados Unidos: Gino Lofredo

1648 Newton St. N.Y. Washington D.C. 20010

Moçambique: Ezevaldo Hipólito

Rua de Pina 109, Sommerchild, Maputo

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFPA (Palestina) e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas África News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Bélgica-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Capa: Abaeté Propaganda

Foto de capa: Beatriz Bissio

EDIÇÕES REGIONAIS

• *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor:

Neiva Moreira

Sucursais:

Paulo Cannabrava Filho

Caixa Postal 60086 CEP 05033 - São Paulo

Clovis Senna - Brasília

Circulação, Assinaturas e Promoção

Henrique Menezes, Inácio dos Santos, Macário Costa

Fotolito e Impressão

Ebano Gráfica e Editora Ltda. - Rua Gal. Bruce, 799

Tele.: 580-7171

Editora Terceiro Mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 Rio de Janeiro

RJ-Telef: 242-1957-Telex: 21-33054 CTMB-BR

ANGOLA, CABO VERDE,

GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E PORTUGAL

Editor:

Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro, 10/19 - Lisboa - 1200 - Telef: 32-06-5

Telex: 42720 CTM-TE-P

• *Edições em espanhol*

MÉXICO, CARIBE, AMÉRICA-CENTRAL

Editor:

Rubén Aguilar

Gerente Geral:

Roberto Castellanos F.

Editores do Suplemento Centro-Americano

Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya

Correspondência:

Apartado 20572 - 01000 México, D.F.

Impresso em:

Litográfica Cultural - Isabel la Católica, 922, México, DF

Editorial Periodistas del Tercer Mundo

California 98 A - Colonia Parque San Andrés, Coyoacán

Telef: 689-17-40 - 04040 México, D.F.

RIO DA PRATA

Diretores:

Gerónimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A.C.U. S/A.

Avda. 18 de Julio 1263, 3er piso - Montevideo, Uruguay

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BÉLGICA:** SEUL, Bruxelas. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro. **CANADÁ:** Coop-Books Shop, Winnipeg. **COLÔMBIA:** Guillermo Segovia Mora, Bogotá. **COSTA RICA:** Centro Popular de Educación "Vecinos", San José. **EQUADOR:** DINACUR, Quito. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, 1ra. Calle Poniente 1030, San Salvador. **EL QUIJOTE**, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Praire News Agency, Chicago, Ill. Bread and Rose, San José, CA. Modern Times, San Francisco, CA. Grass Roots Events, San Diego, CA. Book Center, San Francisco, CA. Librería del Pueblo, New Orleans, LA. New World Resource Center, Chicago, Ill. Food for Thought, Amherst, MA. Dinkytown News, Minneapolis, MN. Red and Black, Washington, D.C. Bookworks, San Francisco, CA. **FRANÇA:** L'Harmattan Librairie Center. Paris. Ekinos, Biarritz. **GRÁ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29, Islington Park Street, Londres. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura, Bissau. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdã. **HONDURAS:** Roberto Sosa, Tegucigalpa. **ITÁLIA:** Paesi Nuovi, Roma. **MÉXICO:** Mais de 100 livrarias em todo país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh 130, Maputo. **NICARÁGUA:** Imelsa, Managua. **PANAMÁ:** Ediciones C.C.S., Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarka, Camaná, 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Ojornal, Rua Joaquim António de Aguiar, 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librería Paliques, Ponce. **La Tertulia**, Río Piedras. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Fondo Editorial, São Domingos. CEDEC, São Domingos. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con-Vertrieb, Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Librería Latinoamericana, Estocolmo. **URUGUAI:** Heber Berriel Y Nery Martínez, Paraná, 750, Montevideo. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas S.A., Caracas.

cadernos do

**terceiro
mundo**

Aproveite já!

Nova promoção com mais brindes

VOCÊ CONSEGUE:	E GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas da revista	1 assinatura da revista + 4 semanas de Jornal do País, ou os 4 livros da "Estante do Terceiro Mundo" (veja no verso desta página) + 4 semanas do Jornal do País
2 assinaturas da revista	1 livro da "Estante do Terceiro Mundo" + 4 semanas do Jornal do País
1 assinatura da revista	4 semanas do Jornal do País

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber: () Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 48.000);

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP: Profissão: Tel:

Desejo receber: () Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 48.000);

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP: Profissão: Tel:

Desejo receber: () Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 48.000);

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP: Profissão: Tel:

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cr\$ em () cheque nominal ou () vale postal — Ag. Central — em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Dentro do(s) brinde(s) a que tenho direito, escolho:

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP: Profissão: Tel:

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 — grupos 104/105/106 — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20241 — Tel.: (021)242-1957

estante do terceiro mundo

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 79, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

- Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.
- Comprador: ☐ não-assinante ☐ já assinante ☐ assinante novo: estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data:/...../.....

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 20% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito ao desconto especial de assinante (até 20%) desta seção.

AS CLASSES PERIGOSAS – BANDITISMO URBANO E RURAL

de Alberto Passos Guimarães
É nas classes perigosas, principalmente durante as fases de crise e de depressão, que florescem as "sementeiras" da capangagem, dos esquadrões-da-morte, dos agentes da repressão e do banditismo rural-urbano, problemas cada vez mais frequentes que estão arrastando a sociedade brasileira a uma verdadeira guerra social. 206 pág.

E-56 Cr\$ 24.000



RELIGIÃO E SOCIEDADE 11/3

Revista do Iser (Instituto de Estudos da Religião)

Este número contém, entre outros, os seguintes artigos: Afirmarções Pessoais. A presença individual nas histórias de Padre Cícero (Candace Slater); Ética, poder e política: umbanda, um mito-ideologia (Renato Ortiz); e Terapia Espírita no Rio de Janeiro por volta de 1900 (Donald Warren). 115 pág.

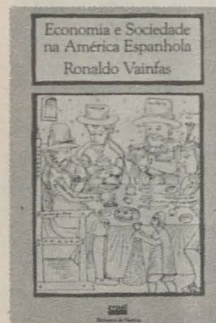
E-58 Cr\$ 17.000



ECONOMIA E SOCIEDADE NA AMÉRICA ESPANHOLA

de Ronaldo Vainfas
O livro constitui uma breve síntese da história colonial hispano-americana, dirigida, principalmente, aos alunos de história e demais ciências humanas, onde são abordadas algumas das questões essenciais da conquista e colonização da América pelos espanhóis.

E-57 Cr\$ 13.500



APESAR DO BLOQUEIO UM REPÓRTER CARIÓCA EM CUBA

De Mário Augusto Jakobskind
"Não adianta tapar a boca, fechar os olhos e fazer barulho para que não ouçamos o que Cuba está fazendo. Os 'três macaquinhos' da censura não conseguem esconder a realidade cubana" (João Saldanha). 105 pág.

E-52 Cr\$ 13.000



- 6 Cartas
- 8 Panorama Tricontinental
- 14 Editorial – Uma das grandes causas do nosso tempo
- 16 Matéria de capa – A Década da Mulher, Beatriz Bissio
- 18 A participação da mulher: Uma responsabilidade de todos
- 24 Mais homens que mulheres
- 25 Educação para a vida
- 27 Os direitos políticos, sociais e econômicos
- 30 Reunião de Nairóbi: A Conferência de Avaliação
- 32 A mulher na agricultura: A camponesa, essa esquecida
- 36 O encontro de Havana: Dívida, repressão e crise
- 40 Depoimentos: A mulher latino-americana
- 45 Brasil: Os “Clubes de Mães”, Beatriz Cannabrava
- 47 Argentina: Mães da Praça de Maio, Horacio Verbitsky
“Não temos o direito de baixar a cabeça”
- 50 Angola: Lutar e produzir, Guiomar Belo Marques
- 52 Moçambique: Um grande esforço
- 54 África do Sul: A opressão no *apartheid*, Jennifer Blajberg
- 56 Saara Ocidental: A separação da família, Baptista da Silva
- 59 Palestina: A luta pela sobrevivência
- 61 Timor Leste: “Superar um sistema social”, Etevaldo Hipólito

América Latina

- 63 Grupo de Cartagena: A carta de Sanguinetti
- 65 Chile: Unidade versus terror, Juan Jorge Faundes
- 68 Nicarágua: Denunciada manobra de intimidação do FBI, Gregorio Selser

África

- 72 Namíbia: Pretória desafia outra vez a ONU e a África, Carlos Castilho, enviado especial
- 77 Níger: O período das vacas magras

Oriente Médio

- 79 Irã-Iraque: 58 meses de guerra, Eduardo Varela

Economia

- 82 As Zonas Francas na berlinda, Khor Kok Peng

Revistas do 3º Mundo

Livros do 3º Mundo

- 88 Especial – Cabinda: o crime sul-africano, Artur José Poerner

- 89 As provas irrefutáveis
- 92 Sabotagem envolve interesses norte-americanos

Humor



Chile: A oposição se une



O fracasso das zonas francas



Angola: As provas da sabotagem sul-africana

Cartas

A guerra no Líbano

É com tamanha tristeza e pesar que acompanho através dos meios de comunicação a tragédia que ora ocorre no Líbano. Como pode organizações que deveriam ser aliadas (...) estarem se massacrando e se autodestruindo? Os palestinos e os libaneses xiitas da organização Amal têm um inimigo comum que é o imperialismo e seu baluarte, o Estado de Israel e os reacionários sionistas que o estão governando. Então por que lutam entre si?

(...) Apesar das inúmeras reportagens publicadas pelos cadernos sobre o Oriente Médio em geral, e os libaneses e palestinos em particular, acharia necessário que novas matérias fossem publicadas sobre o assunto.

José E. Cavaco — Rio de Janeiro — Brasil.

A educação no Brasil

(...) Gostaria de sugerir uma pesquisa ou uma entrevista focalizando o problema da educação no Brasil. Não uma abordagem superficial, como se costuma fazer, mas uma exposição profunda sobre as carências da população pobre, a dificuldade para se obter uma vaga nas escolas públicas, geralmente ocupadas por filhos de pessoas que podem pagar. E falar sobre o descrédito em que caiu a instituição educacional brasileira, onde os níveis de ensino são baixos e o desrespeito aos educandos é total. E onde é mais fácil obter-se uma vaga na universidade recorrendo a políticos do que passando em vestibulares!

Carlos Gama — Rio de Janeiro — Brasil.

Divulgar publicações do 3º Mundo

Recebi com grande alento a idéia de dedicar uma seção dos nossos cadernos à divulgação de revistas do Terceiro Mundo, o que veio engrandecer, sobremaneira, o conteúdo dessa excelente publicação. (...) Outrossim, sugiro que se inclua na seção de Revistas do Terceiro Mundo a divulgação de publicações técnicas de ciência e tecnologia de países do Terceiro Mundo. Isso viria a preencher uma lacuna que publicação nenhuma cobre.

M. B. Macedo — Porto Alegre — RS — Brasil.

6 - terceiro mundo

Sobre o Guia — 84/85

"... estou feliz por ter recebido o Guia. Há muito tempo vínhamos falando sobre a necessidade de um livro assim. É a realização de um sonho, e não tenho dúvida de que se tornará um Guia indispensável para o Terceiro Mundo. A publicação desse livro é um marco intelectual na luta contra o imperialismo... Embora, em geral, o Guia traga informações confiáveis e precisas, as seções sobre a Malásia e Singapura contêm algumas inexatidões e erros. Enviarei uma crítica detalhada para que a utilizem nas próximas edições..."

T. Rajamoon — Penang — Malásia

"... estamos fazendo o Guia circular entre os amigos."

Dr. B. Ekbal — Presidente do "Kerala Sastra Sahitya Parishad" (Movimento de Ciência Popular de Kerala) — Índia.

"... é muito útil para o nosso trabalho... as informações que o Guia traz são relevantes na situação atual."

Rolf D. Assman — Birô Latino-Americano do EZE (Central Evangélica de Ajuda ao Desenvolvimento) — Bonn — República Federal Alemã

"... O Guia do Terceiro Mundo é sem dúvida uma publicação completa e muito útil..."

Jessica Huntley — Bogle L'Ouverture Publications — Londres — Grã-Bretanha

Objetividade e combatividade

Tomei contato com essa excelente publicação aqui no Brasil, em sua versão em língua portuguesa. É, sem dúvida alguma, a melhor que conheço em termos de objetividade e combatividade no tratamento da informação sobre o Terceiro Mundo. A análise da situação mundial e da luta dos povos tem me colocado informado sobre tantas coisas fundamentais, que se tornou imprescindível para mim adquirir meu exemplar de cadernos todos os meses. Eu só lamento que a atual Ordem Informativa Internacional não possibilite uma maior divulgação da revista, pois a mesma representa uma fonte de informações fundamentais para qualquer pessoa progressista no mundo de hoje. cadernos é tão necessário como a poesia e a revolução.

Claudio Sandino Silva — São Paulo — Brasil

Política e economia brasileira

(...) Solicito seja incluído, em reportagem ou matérias, o tema "Política e economia brasileira", mensalmente, em "nossa" revista. Levamos ao pedido a linguagem acessível, a alta qualidade da abordagem, capazes de suprir em minhas aulas de Economia para alunos do 2º grau da rede estadual de ensino, a carência de material bibliográfico sobre o assunto.

Consuelo P. Guedes — Niterói — RJ — Brasil

De um leitor na Itália

Venho através da presente solicitar a gentileza de me enviar informações sobre como devo fazer para receber aqui na Itália uma assinatura dos cadernos. O que devo fazer? Quanto custa uma assinatura anual? Como devo efetuar o pagamento?

Divina A. Marçó — Reggio Emilia — Itália.

Os jovens no seu Ano Internacional

Sendo o ano de 1985 o Ano Internacional da Juventude, e sabedor das comemorações que se darão na União Soviética com representantes de todos os países do mundo, gostaria que cadernos publicasse sobre os jovens brasileiros, principalmente sobre a juventude negra. Nesse enfoque, gostaria que se abordasse a questão das drogas, da educação e da alienação dos jovens.

Luiz C. de Oliveira — Vitória — ES — Brasil

Excesso de correspondência

Gostaria de comunicar a cadernos que, graças à publicação de meu nome na seção "Cartas" já recebi até hoje 71 cartas. Foi uma emoção muito grande ver que tanta gente se interessou em se corresponder comigo. A maior parte vem de Angola, algumas de Portugal e Brasil. Por meio desta, quero pedir desculpas àqueles que não conseguiram responder, já que são muitas e fica difícil responder a todas. No entanto, tenho passado o endereço para algumas amigas para que se correspondam e expliquem a minha situação.

Agradeço a cadernos e parabênizo essa maravilhosa equipe pelo sucesso.

Cristian Carla A. Lazo — Santa Maria — RS — Brasil.

Intercâmbio

● **Adélia Bem**
Câmara Municipal de Ílhavo
3838 Ílhavo — Portugal

● **Alfredo Macelo**
ESBEC, nº 50 — Hoji-Ya-Henda —
Ilha da Juventude — Cuba

● **Pablo Moloeznik**
Córdoba 1043 - 3º piso — Rosario
(2000) — Argentina

● **Marcelo Braga**
R. Mario Beni, 114 — Suarão —
Itanhaém — SP — CEP: 11.740 —
Brasil

● **Oliveira José Martins**
C.P. 14.337 — Luanda — Angola

● **Sérgio Inácio**
Rua Mario Beni, 148 — Suarão —
Itanhaém — SP — CEP: 11.740 —
Brasil

● **Juira Fernandes**
C.P. 638 — Namibe — Angola

● **José Virgílio Vadson**
ESBEC, nº 50 — Hoji-Ya-Henda —
Ilha da Juventude — Cuba

● **Antonio Eustáquio de Moura**
Av. Sete de Setembro — C.P. 08 —
Rio Branco — Mato Grosso — Brasil

● **Humberto Geremias de Souza**
Rua Potiguação, 213 — Itanhaém —
SP — CEP: 11.740 — Brasil

● **Faustino Pilimbi Kulei**
Centro de Maxaquene 48/64 —
Maputo — Moçambique

● **Veroni Tonetti**
Rua Ernesto Carmeli, 55 apto. 203 —
Xanxerê — SC — CEP: 89.820 — Brasil

● **Rosária de F. Alves Cunha**
Paróquia da Sagrada Família — C.P.
10.155 — Luanda — Angola

● **Ezequiel Antonio**
C.P. 18.584 — Grafanil — C —
Luanda — Angola

● **José Esteves Cavaco**
Rua Pedro Alves, 115/ apt. 203 —
Stº Cristó — Rio de Janeiro —
RJ — CEP: 20.220 — Brasil

● **Luis Tiamuel**
C.P. 5.380 — Luanda — Angola

● **Marcelo E. Rebelatto**
Rua das Palmeiras, 26 — Araras —
SP — CEP: 13.600 — Brasil

● **Jerônimo José Salvador "Jerô"**
C.P. 509 — Luanda — Angola

● **Carlos Gama**
Rua Santiago Argos, 69 — Vila S. José
— Duque de Caxias — Rio de Janeiro
— RJ — CEP: 25.000 — Brasil

● **José Alves Morais**
C.P. 6.995 — Luanda — Angola

● **Newton Rosa Cabral**
Rua Antônio Vicente, 218 — Boa
Viagem — Recife — PE —
CEP: 50.000 — Brasil

● **Paulo Gerônimo César "Elmy"**

Escola Nacional de Aviação Militar
Comte. Bula — C.P. 140 — Negage —
Angola

● **Suzi Pilsu**
Rua Machado de Assis, 822/ apt. 101
— Porto Alegre — RS — CEP: 90.000
— Brasil

● **José Roberto da Costa**
C.P. 2.069 — Luanda — Angola

● **Antonio Chagas Mota**
Rua Franklin Távora, 88 — Centro —
Fortaleza — CE — CEP: 60.000 —
Brasil

● **Contreiras João Ferreira**
C.P. 18.784 — Luanda — Angola

● **José Raulino Jungklaus**
Rua Max Schramm, 786 —
Florianópolis — SC — CEP: 88.000
— Brasil

● **Samuel Tiago**
Apartado 439 — Benguela —
Angola

● **Benhur de Marco**
Rua Cel. Arthur Pereira, 20 —
Joaçaba — SC — CEP: 89.600 —
Brasil

● **Pedro Assis**
C.P. 218 — Sumbe — Kuanza-Sul —
Angola

● **Adalberto Schiehl**
Rua Epifânio Fogaça, 279 — São
Leopoldo — RS — CEP: 93.000 —
Brasil

● **Arnaldo Antônio Domingos**
Bairro Mártires de Quifangondo —
Rua 12, casa 35 — Luanda — Angola

● **Carlos Alberto Martins Jacques**
Rua Amapá, 1678 — Taquara — RS —
CEP: 95.600 — Brasil

● **Virgílio Pereira da Costa**
C.P. 310 — Benguela — Angola

● **Antônio Mário Brandão**
Rua Vítor José Fernandes, 390 —
Bairro Novo — Olinda — PE —
CEP: 53.000 — Brasil

● **José Olavo P. de Mattos**
Rua Duque de Caxias, 1237/151 —
Porto Alegre — RS — CEP: 90.000
— Brasil

● **Nicolau Paulo Pascoal**
C.P. 2.733 — Luanda — Angola

● **Claudio Sandino Silva**
Av. São João, 2044/ apt. 103 —
Santa Cecília — São Paulo — SP —
CEP: 01.260 — Brasil

● **Pedro Gervásio**
a/c da Delegação Municipal — C.P. 72
— Benguela — Angola

● **Bruno R. Z. de Lavras Anna**
Praça Lopes Trovão, 142 —
a.c./C.P. 36 — Angra dos Reis —
RJ — CEP: 23.900 — Brasil

● **Paulo José da Graça X. do Couto**
C.P. 115 — Beira-Manga —
Moçambique

● **Wilson Bites de Castro**
Rua Rio de Janeiro, 21 — B. Marajó

— Itanhaém — SP — CEP: 11.740 —
Brasil

● **João Daniel da Conceição**
C.P. 935 — Huambo — Angola

● **Tito Mariscal**
Rua da Matriz, 729/ apt. 202 —
São João de Meriti — RJ —
CEP: 25.500 — Brasil

● **José Fialho Silva**
C.P. 508 — Huambo — Angola

● **Eliana de Fátima Pereira de Oliveira**
Rua Quintino de Paula Maudonet,
773 — PQ Taquaral — Campinas —
SP — CEP: 13.100 — Brasil

● **Agostinho Silva João**
Bairro Nelito Soares —
Rua da Naguela C-7, casa 40 —
Município do Rangel — Luanda —
Angola

● **José Geraldo Magno Assis**
Av. Cananéia, 222 — Bairro Julia
Kubitschek — Coronel Fabriciano —
MG — CEP: 35.170 — Brasil

● **Antônio Roberto da Costa**
C.P. 2.069 — Luanda — Angola

● **Gilberto Boaventura (Mitokas)**
A/c João Antônio Teixeira — 2º
sector Avião dos C.T.T.A. — Estação
Postal Central — Luanda — Angola

● **Élvio K. Moreira**
C.P. 1.851 — Belo Horizonte — MG —
CEP: 30.000 — Brasil

● **Moisés Albino Cândido**
C.P. 474 — Malange — Angola

● **Nzongo Garcia**
C.P. 35 — Município do Dange
Quitexe — Província do Níge —
Angola

● **Domingos A. Silva**
C.P. 798 — Rua C, nº 14-B — Bairro
Mbembangango — Níge — Angola

● **Miguel Domingos Antônio**
C.P. 14.199 — S.P. — Bairro Ngola
Kiluanji — Zona 16 — Luanda —
Angola

● **João Domingos Luís**
C.P. 283 — Benguela — Angola

● **José Cruz Domingos**
C.P. 5.740 — Luanda — Angola

● **Arlindo João Gomes**
Bairro Maianga — Rua Amílcar
Cabral, 187/ Apt. 31 — C.P. 10.880 —
Luanda — Angola

● **Anibal Armando da Costa**
Bairro dos CTT — casa 1-C.A. —
Luanda — Angola

● **Antônio da Costa**
C.P. 283 — Benguela — Angola

● **Augusto Francisco Jacinto**
C.P. 16.186 — Luanda — Angola

● **Francisco João Martins**
C.P. 16.186 — Luanda — Angola

● **Antônio Domingos Vicente**
Rua Major Marcelino Dias, 51/3-B —
Luanda — Angola

● **Manuel Baião José Pedro**
C.P. 1.065 — Malange — Angola

Sequestro de Beirute mostra fraqueza de Reagan

□ O longo sequestro de 36 passageiros de um avião comercial da empresa TWA em Beirute mostrou que os civis norte-americanos estão pagando o preço pela revolta quase mundial contra a política econômica e militar da administração Reagan. O sequestro foi quase uma repetição da crise da embaixada norte-americana em Teerã, em 1979. Tanto num como noutro episódio, pequenos grupos contrários à hegemonia norte-americana atacaram alvos isolados, conseguindo desafiar com sucesso todo o imenso poderio militar dos EUA.

Durante 17 dias, o aeroporto de Beirute foi o centro de uma tensa expectativa depois que muçulmanos xiitas capturaram o avião comercial da companhia norte-americana TWA e mantiveram os passageiros e três tripu-



Nabih Berri, o líder xiita

lantes como reféns, exigindo a libertação de combatentes árabes detidos por Israel na prisão de Atlit.

Trezentos deles foram libertados pelo governo de Shimon Peres depois que o comando das milícias Amal — que atuou como mediador — entregou os 39 re-

féns “em perfeitas condições físicas e mentais”, como informou o próprio chefe do Hospital Militar norte-americano em Wiesbaden, Alemanha Federal, para onde foram levados a fim de se submeter a rigorosos exames clínicos. Em suas declarações, pouco depois de libertados, os ex-reféns elogiaram os seus captores e afirmaram que agora compreendem “as razões de sua causa”. Robert Brown, um norte-americano de 42 anos, refutou a qualificação de “extremistas” dada aos guerrilheiros, alegando que “sempre foram muito atenciosos conosco e nos trataram muito bem. Deram-nos muitas lições de história, política e religião”.

Em Washington, o presidente Ronald Reagan não poupou ameaças verbais (“os Estados Unidos não esquecerão os crimes cometidos”), assim como ações concretas de represália contra o Líbano. Promoveu um boicote contra o aeroporto de Beirute e decretou a proibição de transporte de mercadorias entre ambos os países em aviões norte-americanos. Quanto à eficácia dessas medidas, o ex-secretário de Estado Dean Rusk admitiu que “é tão grande como a picada de uma pulga”.

As reiteradas declarações de Washington e Telavive durante o episódio no sentido de que “não negociam com terroristas” foram desmentidas pela força dos fatos. Reagan, temeroso de repetir os erros cometidos por Carter quando planejou o fracassado resgate dos norte-americanos no Irã, em abril de 1980, pressionava sub-



Ronald Reagan: repetindo Carter?



Hafez Assad, o presidente sírio

repticiamente o governo de Israel para que colocasse em liberdade os prisioneiros que havia transferido do campo de concentração de Ansar, no sul do Líbano, para o seu território. Ao mesmo tempo ordenava que uma *Task Force* (força-tarefa) das que os Estados Unidos dispõem no Mediterrâneo se aproximasse das costas libanesas. Enquanto isso, o

Departamento de Estado se aproximava da Síria em busca de uma mediação na crise através de um negociador da ONU.

Esse foi o caminho que finalmente levou à libertação dos reféns norte-americanos e possibilitou que os prisioneiros xiitas, sequestrados por Israel e detidos na prisão de Atlit em condições subumanas, fossem soltos. Antes

do episódio, o governo norte-americano estava encaminhando negociações entre Israel, Jordânia e os palestinos, deixando de lado a Síria. Para observadores políticos internacionais, depois deste episódio, o governo de Assad dificilmente poderá ser excluído das conversações ou acordos sobre a situação no Oriente Médio.

Uruguai: partidos anulam pacto com os militares

Os chamados "Acordos do Clube Naval" entre as forças armadas e os civis uruguaios que tornaram possível, em novembro de 1984, o retorno do país à democracia através de eleições diretas, ficaram virtualmente sem efeito no início deste mês de julho.

As três principais forças políticas uruguaias (Partidos Blanco, Colorado e a Frente Ampla) concordaram em anular o que fora acertado com os militares a um ano atrás e não convocar uma Assembleia Constituinte, que deveria introduzir modificações na Constituição exigidas pelas forças armadas.

A medida é considerada uma demonstração aberta da consolidação do poder civil no país a partir da posse, em março deste ano, do presidente Julio María Sanguinetti e, simultaneamente, do notório retrocesso da influência dos militares que governaram durante 12 anos sob uma feroz ditadura.

A Constituinte, que deveria ter sido instalada no dia 1º de julho, se destinava a institucionalizar alguns pontos que os militares desejavam verem incluídos na constituição uruguia. Fundamentalmente: o papel do Conselho de Segurança Nacional, criado durante a ditadura; o julgamento de "subversivos" pela

justiça militar e as normas para a nomeação dos comandos superiores das forças armadas, itens que constituíam as aspirações autoritárias dos militares desde que ocuparam o poder em junho de 1973.

O partido no governo, o Colorado, resolveu, três dias antes da data marcada, fechar a questão: instruiu seus parlamentares a não aprovarem a convocação da Assembleia Constituinte. O Partido Nacional (ou Blanco), de oposição, que não participou do diálogo político com os militares, nunca aceitou os termos do Pacto do Clube Naval.

Por sua vez, a Frente Ampla também concordou em declarar a nulidade dos acordos que previam a convocação da Constituinte. A proposta nesse sentido foi apresentada pelo Partido Socialista, setor que juntamente com o fundado pelo ex-senador Zelmar Michelini (assassinado

em Buenos Aires em maio de 1976 por uma operação conjunta entre militares argentinos e uruguaios), constitui um pólo de influência crescente dentro da coligação de esquerda.

Segundo se informou, algumas semanas antes dessa decisão tomada pelos três partidos políticos, o presidente Sanguinetti teria abordado o assunto com os comandantes-em-chefe das três armas, aos quais adiantou a posição de seu partido no sentido de não convocar a Constituinte. O alto comando não fez objeções à proposta, mas teria transmitido ao presidente Sanguinetti sua preocupação por aquilo que definiu como "algumas posições políticas hostis que envolvem as forças armadas e seus integrantes".

No Uruguai, atualmente, ganha força a reivindicação de um estudo jurídico sobre o papel dos militares no passado, principalmente no que diz respeito à violação dos direitos humanos — sequestros, torturas e assassinatos — e aos delitos econômicos cometidos pela alta cúpula do regime militar.

A pressão popular forçou a derrubada do pacto civil-militar



Granada: a falsa retirada dos EUA

□ O principal partido de oposição em Granada afirmou que os Estados Unidos ainda controlam a vida política da ilha, apesar da retirada de suas tropas. O Movimento Patriótico Maurice Bishop (MPMB), integrado por ex-membros do *New Jewel Movement* — NJM (Movimento Nova Jóia), assegurou que a retirada só teve "fins propagandísticos".

O NJM governou a ilha caribenha de 1979 até outubro de 1983, quando o primeiro-ministro Maurice Bishop foi assassinado nas vésperas da invasão da ilha por tropas americanas e de países vizinhos.

Um dirigente do NJM acrescentou que "nada mudou real-



Maurice Bishop

mente. Os Estados Unidos continuam controlando Granada". Em junho, foram retirados 60

soldados da 82ª Divisão Aérea e só permaneceram 30 para a vigilância da embaixada dos Estados Unidos e para continuar o treinamento policial.

Cerca de 100 soldados dos países do Caribe, principalmente da Jamaica, permanecerão em Granada até o final deste ano. Uma bandeira dos Estados Unidos continuou hasteada no quartel local das forças armadas, situado num alojamento que pertence ao governo.

Herbert Blaize, atual primeiro-ministro, anunciou que seu governo vai agradecer oficialmente a ação das tropas estrangeiras que invadiram a ilha, para derrubar o governo de Bishop. A invasão foi realizada por cerca de seis mil soldados, que pertenciam a tropas dos Estados Unidos, Antígua, Barbados, Jamaica, Santa Lúcia e São Vicente.

Cresce o lucro das transnacionais do tabaco

□ Enquanto sete grandes corporações mundiais de fumo venderam mais de 56 bilhões de dólares por ano — equivalente a toda a despesa da América Latina em importações de bens durante 1984 — cai o número de fumantes nos países do Norte e aumenta nos do Sul, embora as vítimas fatais continuem crescendo em todo o mundo.

O tabagismo — centro de uma próspera indústria e um "vício mortal que contamina e degrada" — é o tema de vários documentos divulgados recentemente no México pelo Escritório Regional da Organização Internacional de União de Consumidores (locu).

A Organização Panamericana de Saúde (OPS) constatou, através de suas estatísticas de mortalidade, que as doenças vinculadas ao hábito de fumar "foram res-

ponsáveis por 20% de todos os óbitos em dez cidades da América Latina".

A isquemia do coração fez 90 mil vítimas em 1979, no Brasil, uma quarta parte das quais, segundo a OMS, é atribuída ao cigarro. Na Grã-Bretanha ocorrem anualmente 50 mil mortes prematuras por câncer, doenças cardíacas, bronquite crônica e obstrução das vias respiratórias.

Essas cifras fizeram com que a Inglaterra — sede da *Imperial Tobacco*, uma das "sete irmãs" — promovesse uma campanha nacional que reduziu em 16% o consumo de cigarros, entre 1960 e 1980; houve outra queda de 9% em 1981 e de 7,5% em 1982.

No México, a pneumonia, gripe e outras infecções respiratórias agudas constituem a primeira causa da mortalidade em geral e a segunda, no que se refere

apenas à população produtiva (15 a 64 anos), atribuindo-se uma porcentagem considerável às sequelas do cigarro. Os mexicanos "escravos do fumo" aumentam em 4% ao ano o consumo de tabaco e gastam no vício um bilhão 600 mil dólares anuais.

Os estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS) coincidem em associar numerosas doenças — depois de duas décadas de pesquisas — ao consumo do fumo. Entre elas: câncer de esôfago, estômago, reto, rim, intestino, próstata e duodeno, praticamente toda a série de males cardíacos e a aceleração da arteriosclerose e da nefrite.

Os especialistas afirmam que a mulher grávida fumante pode provocar danos irreversíveis ao feto, conforme o número de cigarros; e que, a nível individual, o fumante reduz sua esperança de vida de seis a dez minutos por cigarro, e sua produtividade sofre uma baixa de até 10%.

Calcula-se que atualmente 70% de todos os adultos do

mundo fumam. E a proporção é maior entre seus filhos: 80% dos jovens fumam desde os 20 anos de idade. São poucos aqueles que param de fumar e calcula-se que 80% voltam a fumar dois anos depois.

O Terceiro Mundo, além de ser um consumidor crescente de fumo, aumentou também sua participação na produção: 63% na atualidade (de um total de 5,6 milhões de toneladas) contra 58% em 1972-1974 e 50% em 1961-1963.

Os especialistas atribuem uma alta incidência nesse consumo —

assim como no do álcool — às somas milionárias gastas em publicidade. As corporações norte-americanas dispõem para esse fim mais de 500 milhões de dólares anuais. No Brasil, o maior contribuinte do Estado é a indústria do fumo, que participa com 37 a 40% da totalidade dos impostos arrecadados às indústrias.

Contudo, o negócio pertence basicamente a sete grandes corporações mundiais. Quatro são norte-americanas: a *R. J. Reynolds*, a *American Brands*, a *Philip Morris* e a *Gulf and Western*. Uma é anglo-norte-americana: a

British American Tobacco. A sexta é britânica: a *Imperial Tobacco Company* e a sétima é do grupo *Rupert-Rembrandt-Rothmans*, formado por capitalistas da África do Sul e da Holanda.

Num próspero e crescente negócio que se baseia fundamentalmente nas trágicas estatísticas do câncer, os males cardíacos e os enfisemas pulmonares, "se cada fumante deixasse de fumar um único cigarro por dia nossa empresa poderia perder 92 milhões de dólares em vendas anuais", advertia, preocupado, William Hobbs, presidente da *R. J. Reynolds*.

Argentina: cai o peso, sobe o austral

□ O presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, anunciou um plano econômico de "Reforma Nacional", com o objetivo fundamental de controlar a inflação por meio de medidas drásticas que incluem, entre outros itens, o controle de preços, tarifas e salários. Segundo afirmou Alfonsín, o plano "não é para salvar um governo, e sim para salvar um sistema".

O presidente argentino advertiu que se não se encontrar uma solução para o problema econômico, corre-se graves riscos políticos e insistiu em que não se trata de um plano de conjuntura, mas de um programa destinado à "reconstrução e à modernização", porque "o desafio não é melhorar um índice qualquer, mas criar condições para a retomada do crescimento".

Com as medidas propostas, o governo argentino procura atacar as causas da inflação, que ultrapassou os 209,4% nos últimos cinco meses e que era calculada em cerca de 40% no mês de

Carlos Carrion / Sigma



A fome continua, apesar da adoção da nova moeda, o austral

junho passado. O congelamento de preços, tarifas e salários começou a vigorar imediatamente.

Paralelamente, o governo se compromete a reduzir o déficit fiscal a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), mediante a diminui-

ção dos gastos públicos.

Toda a atividade do setor público, disse Alfonsín, será financiada por "recursos genuínos", isto é, por meio de impostos, tarifas e receitas externas, porque "não se emitirá mais moeda para essa finalidade".

O ministro da Economia, Juan Sourrouille, declarou que o atual déficit fiscal obedece a "desequilíbrios estruturais" na economia e "ao encargo dos juros da dívida externa" que o Estado teve que assumir.

A Argentina tem atualmente uma dívida externa de aproximadamente 50 bilhões de dólares, para cujo refinanciamento o país acaba de assinar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O plano econômico argentino inclui uma profunda reforma do sistema financeiro e, entre outras medidas, a mudança da unidade monetária. A partir do dia 15 de junho passado, a moeda argentina passou a se denominar *austral*, cuja paridade cambial, fixa e irredutível, será de 80 centavos de *austral* por cada dólar dos Estados Unidos. Um *austral* equivalerá a mil pesos argentinos, unidade monetária que foi utilizada até aquela data.

Telex

Morre o presidente do PAC sul-africano

O veterano líder anti-racista sul-africano John Pokela, de 59 anos de idade, morreu no dia 30 de junho passado num hospital de Harare (Zimbábue). Pokela era, desde 1981, o presidente do Congresso Panafricanista da África do Sul (PAC), a segunda organização anti-racista em importância no país, depois do Congresso Nacional Africano (ANC). Tanto o PAC como o ANC estão na clandestinidade desde a década de 60, depois de serem banidos pelo governo racista sul-africano.

Pokela esteve preso durante vários anos na sinistra prisão da ilha de Robben, na África do Sul, onde também esteve detido Nelson Mandela, o dirigente máximo do ANC. Mandela ainda continua preso mas foi removido para Pollsmoor, onde cumpre pena de prisão perpétua. A morte de John Pokela foi lamentada por todos os movimentos anti-racistas da África do Sul, apesar do PAC nos últimos anos ter adotado uma postura cada vez mais distante do ANC, que no momento é o principal alvo da repressão racista branca.

Ajuda alimentar posta sob suspeita

Durante um seminário internacional sobre ajuda alimentar europeia à África, um especialista de Gana propôs que os países doadores suspendam durante três anos a remessa de alimentos para as nações afetadas pela seca, for-

necendo em troca recursos para o desenvolvimento de tecnologias alternativas mais adequadas à realidade africana. Edward Ayensu, secretário geral da União Internacional de Ciências Biológicas e especialista de fama mundial acredita que a ajuda alimentar dada pelo Ocidente está criando problemas em vez de resolvê-los.



A ajuda ilusória

Ele disse que a entrega de excedentes alimentares aos países que sofrem os efeitos da seca, em vez de ativar o desenvolvimento de lavouras locais, adaptadas ao clima e às necessidades da região, está criando uma "perigosa dependência" em relação a produtos vindos de fora. Ayensu disse que durante a seca de 83/84, os países da área do deserto de Sahel exportaram 154 milhões de toneladas de algodão, ao mesmo tempo em que recebiam donativos para matar a fome. O biólogo ganense também revelou no seminário realizado em Oslo (Noruega) pela organização Earthscan, que hoje existem, em toda a África, cerca de 80 mil funcionários europeus, encarregados de organizar a ajuda alimentar, consumindo por mês apenas em salários o equivalente a oito milhões de dólares. Ayensu classificou

esses funcionários como "parasitas da fome" e sugeriu que os oito milhões de dólares sejam usados na formação de técnicos africanos.

Chile pode vender a ilha da Páscoa para pagar dívida externa

Crescem no Chile as pressões de grupos militares a favor da venda ou, pelo menos, aluguel por 100 anos da estratégica ilha da Páscoa, no oceano Pacífico, onde os Estados Unidos pretendem instalar uma base militar para rastreamento de foguetes intercontinentais e um aeroporto para naves espaciais. O vice-almirante Charles le May chegou a propor que a ilha seja vendida aos Estados Unidos, a exemplo do que aconteceu no Alasca, para que com o dinheiro, o Chile pague parte de sua dívida externa.

Caso a venda não se concretize, existem setores militares chilenos, especialmente na marinha, que defendem um contrato de aluguel por longo prazo semelhante ao existente na base de Clarkfield (assinado com os espanhóis) e na base de Diego García, no oceano Índico. O ministro das Relações Exteriores, Patricio Carbajal, disse que os opositores da cessão da ilha da Páscoa aos Estados Unidos, "são contra o Chile e contra a civilização ocidental". O problema deve ser decidido pelo general Augusto Pinochet, enquanto os partidos de oposição acusam o regime militar de traição nacional, ao estudar a entrega de parte do território chileno a um governo estrangeiro.

Nicarágua: o governo amplia a reforma agrária



A reforma agrária beneficia mais 2.700 famílias nicaraguenses

☐ O governo da Nicarágua decretou a desapropriação de terras do chamado "Grupo de Sainza" em Masaya, situado a 25 quilômetros de Manágua. O decreto foi assinado pelo ministro do Desenvolvimento Agropecuário e Reforma Agrária, Jaime

Wheelock, e a decisão foi comunicada a milhares de camponeses reunidos em Masaya, uma das cidades mais combativas durante a derrubada da ditadura de Anastácio Somoza em julho de 1979.

O decreto considerou como *território de reforma agrária* uma

extensa área desta região, que abrange os departamentos de Masaya, Nindirí, Tisma, e anunciou que dará apoio efetivo a 2.700 famílias de camponeses para a administração das terras. Seis mil hectares foram atingidos pela medida e foram entregues títulos de propriedade a 216 famílias.

A questão se originou diante da recusa dos proprietários em negociar com o governo a venda das terras, reivindicadas por camponeses organizados em cooperativas. Há algum tempo, os camponeses da região haviam iniciado uma série de manifestações com o objetivo de chamar a atenção do governo para suas reivindicações: ocuparam simbolicamente os estabelecimentos escolares e pediram o apoio estudantil a suas gestões.

Um grupo de cerca de 300 camponeses apresentou suas exigências na assembléia que o governo regional realizava no bairro indígena de Monimbó e conseguiu o apoio da população. Mais tarde, os Comitês de Defesa Sandinistas decidiram também apoiar as exigências camponesas.

Ecologia: a luta contra a "dúzia suja"

☐ Cerca de 400 Organizações Não-Governamentais (ONG) lançaram uma campanha mundial contra 12 pesticidas extremamente perigosos e cuja utilização está em vias de ser proibida nos países do Terceiro Mundo.

A campanha qualifica esses produtos como a "dúzia suja" e foi organizada por uma rede de ONG chamada "Rede de Ação Internacional de Pesticidas" (PAN).

Um comunicado do Centro de Intercâmbio para o Meio-Ambiente divulgado através de sua sede em Nairóbi, Quênia, as-

signala que a Rede se propõe a reduzir os danos provocados aos seres humanos e ao meio-ambiente pelos pesticidas, distribuídos e utilizados fora das condições de segurança. A campanha, iniciada a 5 de junho passado no Dia Mundial do Meio-Ambiente, obteve repercussão na imprensa e foi objeto de comentários em mais de 20 países.

Os pesticidas são amplamente distribuídos em todo o mundo e sua utilização contribuiu para aumentar as reservas de cereais e impedir a perda de alimentos por causa das pragas, entre outros be-

nefícios. "Mas a proliferação incontrolada desses produtos químicos também tem consequências devastadoras. Milhões de pessoas foram envenenadas e centenas de milhares perderam a vida por causa dos modernos pesticidas sintéticos", afirma o PAN.

Entre os pesticidas incluídos na lista do PAN figuram o DDT, Aldrina, Dieldrina, Heptacoloro e o Clorodane, todos eles proibidos nos países desenvolvidos mas que continuam sendo vendidos e utilizados em vasta escala no Terceiro Mundo.

As ONG envolvidas na campanha assinalam também com preocupação os crescentes abusos registrados no emprego dos pesticidas e os efeitos prejudiciais para a saúde e o meio-ambiente.

Uma das grandes causas do nosso tempo

A luta pela emancipação da mulher e pela afirmação de todos os seus direitos à igualdade com o homem é uma das grandes causas do nosso tempo. Assumi-la implica rejeitar falácias e equívocos que tendem, na prática, a desvirtuá-la e adiá-la. O mais difundido desses enganos consiste em supor que a eliminação dos meios de exploração capitalista trará, automática e simultaneamente, a liberação da mulher ou, pelo menos, uma elevação qualitativa da condição feminina.

Não menos errôneo é atribuir graus de prioridade às diferentes lutas de emancipação, colocando a libertação nacional à frente da liberação de minorias discriminadas e da mulher.

A dominação do homem sobre a mulher não é uma criação do capitalismo, nem resulta da divisão da sociedade em classes. Essa dominação é mais antiga, como provam estudos realizados em sociedades primitivas onde não existia a propriedade privada e as consequentes estratificações classistas. Nelas se encontraram, no que respeita à mulher, as mesmas formas de discriminação e de distribuição desigual do poder político, econômico e cultural de sociedades mais evoluídas e caracterizadas pela superposição de classes: as decisões que afetam a comunidade são tomadas por um grupo de homens, que são os detentores das funções de maior prestígio; as mulheres estão relegadas ao âmbito do lar e das tarefas domésticas, a serviço dos maridos e filhos. Essa foi a divisão sexual recebida e mantida pelas sociedades feudais, e, posteriormente, pelo capitalismo moderno.

A evolução milenar das sociedades primitivas para

formas superiores de organização social significou, naturalmente, avanços constantes para a humanidade. Mas, enquanto o desenvolvimento da ciência e da técnica expandia as bases materiais das sociedades, demolindo e substituindo as suas estruturas arcaicas, a opressão da mulher permaneceu, substancialmente, inalterada. A superação do capitalismo pelo socialismo tampouco significa, necessariamente, a solução do problema. Se a transformação se limitar à socialização dos meios de produção e à redistribuição da riqueza, e não houver uma mudança da consciência coletiva quanto à mulher, a subordinação da mulher ficará intacta. E este sistema não poderá ser considerado verdadeiramente socialista, pois continuaria marginalizando a metade da coletividade. O ideal socialista só pode ser qualificado de genuíno e real na medida em que se proponha a libertação do conjunto social, o que pressupõe a divisão igualitária das posições de poder e prestígio, da cultura e da produção, assim como a distribuição equitativa das tarefas, tanto na vida social como no âmbito doméstico, entre homens e mulheres. Um Estado socialista tem que promover o acesso da mulher à educação em todos os níveis, bem como favorecer a sua formação e o seu desempenho profissionais.

Os avanços concretos dos países que escolheram o caminho da socialização (termo aqui empregado em seu sentido mais amplo, de modo a abarcar todas as variantes do leque ideológico-partidário socialista-comunista) devem ser medidos, portanto, pelas melhorias da situação feminina e das perspectivas oferecidas à mulher para alcançar a

igualdade num prazo historicamente curto. Em outras palavras: essa igualdade deve ser objetivo prioritário em todos os programas governamentais socialistas.

Isso não significa, contudo, que se deve aguardar o advento do socialismo para solucionar o problema. Mesmo sob estruturas capitalistas, a condição da mulher pode ser amplamente melhorada, até o estágio em que, do ponto de vista teórico, ela se torne igual ao homem nos limites de cada classe.

O movimento feminista se expandiu, precisamente, nos centros capitalistas industrializados dirigidos por instituições democrata-liberais e impulsionadas pelas suas organizações, as mulheres obtiveram, nesses centros, uma série de triunfos.

O progresso tecnológico comum a todas as nações industrializadas — capitalistas ou socialistas — facilita, objetivamente, uma maior incorporação da mulher a setores dos quais ainda recentemente estava excluída.

Ao contrário, o atraso e a miséria nos países subdesenvolvidos tornam mais difícil a superação dos obstáculos. A emancipação da mulher no Terceiro Mundo está vinculada à libertação nacional, na medida em que requer a ruptura com a dependência externa e com as estruturas que geram o subdesenvolvimento.

Apesar disso, a luta pela libertação nacional deve ser simultânea à luta pela libertação feminina, pois a primeira tem que contar com a participação da mulher para alcançar os seus objetivos. E, para que a mulher se incorpore, efetivamente, à luta, esta tem que ser travada também em prol das reivindicações femininas.

Mas, a meta da paridade entre os sexos não pode ficar limitada ao plano político. Para que seja alcançada, é indispensável uma conscientização em todas as camadas sociais. As condições materiais para a plena incorporação feminina podem existir numa determinada sociedade e não serem devidamente aproveitadas. Elas pouco adiantarão, por exemplo, se os pais somente propiciarem educação e estímulos à formação

profissional dos filhos, condicionando e limitando a educação das filhas em função do matrimônio e dos afazeres domésticos ou, no melhor dos casos, de tarefas e serviços subordinados. Sem uma tomada de consciência, a incorporação da mulher será mais lenta, difícil e conflitiva mesmo numa sociedade tecnologicamente avançada.

Daí se depreende a universalidade da causa feminina. Não se trata apenas de remover obstáculos políticos e econômicos, mas também de eliminar mitos e preconceitos sociais que datam de tempos imemoriais. Esses resquícios de obscurantismo e barbárie marginalizam a mulher na sociedade, além de dificultar, no dia-a-dia, a comunicação e o entendimento entre o homem e a mulher. Os homens que aceitam, no que se refere aos sexos, os valores e papéis sociais herdados do passado, rendem um tributo à sociedade arcaica e se privam de uma visão moderna do mundo. O outro lado da libertação feminina é, portanto, o abandono dos preconceitos que atribuem aos homens uma inata e falsa superioridade em relação às mulheres, e a aquisição por parte destes de uma consciência solidária no que concerne à "outra metade do mundo".

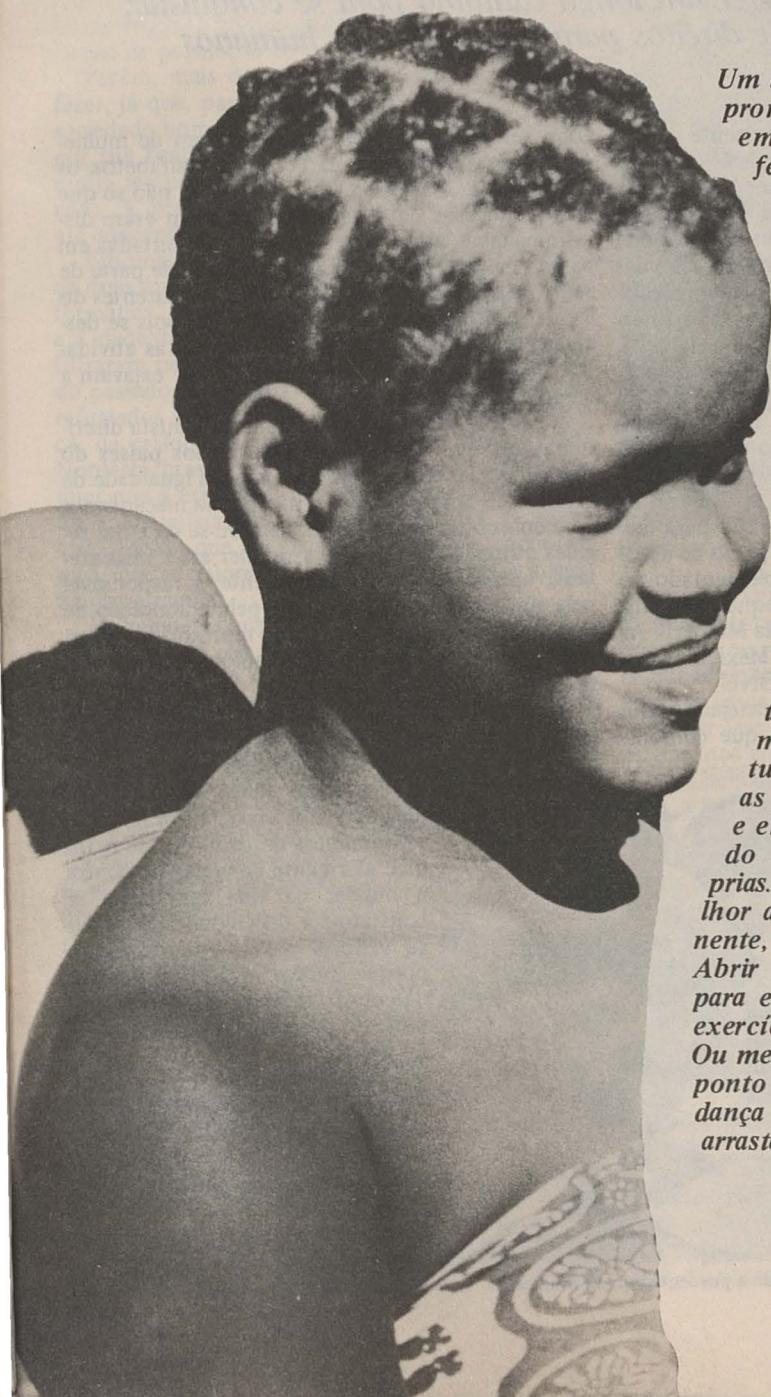
Não se deve pensar que as mulheres aguardarão que os homens se livrem desses atavismos para, só então, ocupar o espaço que lhes corresponde. O movimento feminista é irreversível e irrefreável porque segue a marcha da História. Opor-se, por ação ou omissão, a esse movimento poderá atrasar ou perturbar o seu avanço, mas não impedirá que, apesar de um conflito longo e inútil, ele acabe superando todas as resistências e alcançando o seu objetivo. A expansão do movimento feminista começou, tardiamente, há duas décadas. Trata-se, agora, de apoiá-lo, para que possa recuperar tanto tempo perdido. Esperamos que esta edição dos **cadernos do terceiro mundo**, dedicada à Década da Mulher das Nações Unidas, contribua para a sensibilização em torno de um problema que não pode ser transferido à próxima geração, tal como se apresenta hoje, e, sim, já em vias de solução. ●

A déc



R. Faria

ada da mulher



Um balanço da Década da Mulher, promovida pela ONU; reportagens em diversos países e em diferentes conjunturas políticas e sociais do Terceiro Mundo; dados estatísticos sobre a discriminação; e informes demográficos que revelam os efeitos da marginalização. Tudo isso faz parte deste número dedicado a um dos temas mais importantes dos tempos atuais: o da integração da mulher em todos os níveis da sociedade.

Participar pessoalmente do encontro em Havana sobre os problemas latino-americanos a partir da perspectiva da mulher, nos permitiu igualmente enriquecer em muito esta edição. Nada expressa melhor a discriminação e a situação difícil que enfrentam as mulheres do Terceiro Mundo, e em especial da América Latina, do que o depoimento delas próprias. Nenhum romance retrata melhor a vida das mulheres do continente, do que elas mesmas.

Abrir os olhos da opinião pública para esta realidade não é um mero exercício de militância feminista. Ou melhor, não é apenas isso. É um ponto de partida para iniciar a mudança de uma situação que já se arrasta por vários séculos.

Beatriz Bissio

A participação da mulher

Uma responsabilidade de todos

Ainda é necessário percorrer um longo caminho para se conquistar, na prática, a igualdade de direitos para todos os seres humanos

Fotos: Beatriz Bissio



A crescente participação da mulher em diferentes níveis desde o fim da 2ª guerra mundial levou a Organização das Nações Unidas a declarar 1975 o "Ano Internacional da Mulher", como reconhecimento de que só a integração

feminina ativa e completa "asseguraria o desenvolvimento e a paz mundiais". O ponto culminante desse ano foi a realização da Conferência Internacional, na Cidade do México, que aprovou um plano de ação para melhorar a condição da mulher. E esse plano de ação, por sugestão da ONU, devia ser implementado no período 1976-1985, declarado por aquele organismo internacional como "a Década da Mulher". As recomendações da Conferência do México foram aprovadas pela Assembleia Geral da ONU.

Desde então, começaram a ser manejados com maior amplitude dados estatísticos que demons-

tram ser muito elevada a percentagem de mulheres entre os esquecidos da Terra, os analfabetos, os desnutridos. A própria ONU descobriu não só que as funcionárias da organização também eram discriminadas e quase não estavam representadas em cargos de direção, como ainda que grande parte de seus projetos de auxílio às populações carentes do Terceiro Mundo estava mal orientada, pois se destinava aos homens quando, na verdade, as atividades econômicas que se desejava apoiar estavam a cargo de mulheres.

Veio à tona a legislação civil e trabalhista discriminatória que vigorava na maioria dos países do mundo e que, consagrando no papel a igualdade de direitos de ambos os sexos, não previa mecanismos para colocá-la em prática. Constatou-se que, nas regiões atingidas pela fome, a mulher era a mais afetada, apesar de ser ela, geralmente, a responsável pela produção dos alimentos e pela elaboração da comida, e do fato de que, como reprodutora da espécie, serem suas necessidades biológicas as primeiras que deveriam ser atendidas.

A discriminação política também se tornou clara, não apenas nos países subdesenvolvidos como nas sociedades do Norte industrializado, onde tanto se apregoa a igualdade dos sexos. Fizeram-se levantamentos de dados sobre o índice alarmante de violência contra a mulher na vida familiar e se constatou a dificuldade de ajudar as vítimas nessas circunstâncias, porque muitas vezes elas mesmas não denunciavam esse tipo de tratamento por parte de seus maridos ou filhos.

Enfim, entre os muitos méritos que teve a decisão da ONU de convocar a Conferência do México e de lançar a Década da Mulher, talvez o mais importante tenha sido a atenção chamada para um problema que transcende as barreiras ideológicas e as fronteiras políticas, como é o da discriminação



Entre os esquecidos da Terra é muito grande a percentagem de mulheres

da mulher em todos os níveis e em todas as atividades da sociedade humana.

Ao longo da Década da Mulher muitas reuniões internacionais foram promovidas, muitas discussões foram realizadas e, sem dúvida, alguns passos concretos foram dados, seja por iniciativa da própria ONU, por força da mobilização das mulheres ou por decisão de governos que se sensibilizaram com as exortações ou cederam às pressões dos grupos políticos e sociais que fizeram suas reivindicações de promoção da mulher.

Porém, mais do que foi feito, resta muito por fazer, já que, para modificar o papel da mulher na sociedade humana ou para designar-lhe o lugar que por sua função social já conquistou na prática há muito tempo (mas não, necessariamente, na legislação), é preciso transformar hábitos culturais e até concepções religiosas, muitas vezes seculares.

Em nosso século 20, convivemos com o choque de duas épocas, a dominada pela cibernética e a informática, ou seja, a que nos traz o mundo futuro, e a idade da pedra, ranços da pré-história que se infiltraram pelos séculos e nos fornecem um retrato do passado nos rostos descarnados dos milhares de refugiados africanos que sucumbem à fome crônica, de crianças barrigudas — mas de vermes — do Nordeste brasileiro, que morrem sem suspeitar sequer que a espécie a que pertencem está disputando a conquista das galáxias. E, através de todas essas épocas que coexistem no presente, encontramos intatos valores culturais que tendem a marginalizar a mulher.

Há mulheres que já foram ao espaço em missões que reúnem o que há de mais avançado no pensamento científico e na tecnologia. E há mulheres que continuam a ser vendidas a seus maridos como mercadorias. Há mulheres que alcançaram os mais altos escalões militares, conquistando-os no campo de batalha na atividade mais masculina, por excelência: a guerra. É o caso das comandantes dos movimentos de libertação da América Central e do Vietnã. E há mulheres cujas etnias ainda as submetem ao rito da mutilação do clitóris, para negar-lhes para sempre a possibilidade de se realizarem plenamente como seres humanos através do sexo.

Isso significa que há um desafio cultural global, acima de qualquer outra diferença étnica, linguística ou social, que é o que foi desvendado pela iniciativa das Nações Unidas com o Decênio para a Mulher: analisar e, depois de conhecer, modificar a situação de discriminação em que se encontram 50% da Humanidade.

**A discriminação é a mesma,
mas somos diferentes**

Embora seja inegável que a situação da mulher nas diferentes sociedades humanas apresenta mui-



Há hábitos seculares que marginalizam a mulher

tas características comuns, é igualmente verdadeiro que as formas concretas que assumem a discriminação, os níveis de exploração e os graus de marginalização feminina não são os mesmos em todos os casos.

É por isso que os movimentos feministas que surgem nos anos 70 na Europa ocidental, caracterizados pela queima dos sutiãs, a defesa do amor livre e a busca de uma igualdade entre o homem e a mulher baseada principalmente na liberdade sexual, tiveram pouco ou nenhum eco entre as mulheres latino-americanas, africanas ou asiáticas. Nas sociedades opulentas, como a européia ou a norte-americana, com os maiores índices de consumo per capita, jamais alcançados, as mulheres das classes médias, que foram o motor do movimento, tinham as suas necessidades básicas satisfeitas e canalizaram suas frustrações para reivindicações dirigidas mais para o plano do comportamento social — a disputa da igualdade sexual — do que para o questionamento do sistema econômico no qual estavam atuando.

Para a mulher do Terceiro Mundo, um movimento com estas características parece incompreensível e, em muitos casos, gera inclusive repúdio. Sua condição de mulher discriminada está vinculada à exploração de que são vítimas os povos dos

terceiro mundo - 19

países subdesenvolvidos e às características de dependência que apresentam as economias dessas regiões do mundo que, historicamente, sustentaram o desenvolvimento do Norte industrializado.

Apesar de pequenos grupos erguerem as bandeiras do feminismo europeu, a grande massa de mulheres que, na África, Ásia e América Latina, se está incorporando à luta por sua emancipação não separa esta luta da tarefa histórica de nossos povos de construir uma nova sociedade, assentada num sistema econômico diferente. Por isso, até o próprio termo "feminista" é usado com extrema cautela: enquanto que feministas em geral são consideradas as mulheres das sociedades desenvolvidas que concebem a sua emancipação fundamentalmente, como a equiparação de sua liberdade sexual com a do homem, no Terceiro Mundo, as mulheres que tomaram consciência de seu papel transformador na sociedade se inserem nos movimentos sociais, políticos, sindicais ou até mesmo em movimentos femininos. Mas, com uma concepção da luta por seus direitos no contexto mais amplo da luta pelos direitos de todos, homens e mulheres explorados do Terceiro Mundo. Antes de sua discriminação como mulheres, elas reconhecem a opressão e a exploração a que são submetidas como cidadãs.

Ao se aprofundarem nas causas de sua marginalização, as mulheres se vão conscientizando sobre a necessidade de lutar por uma mudança no siste-

ma econômico que domina nossas sociedades. Compreendem que o sistema capitalista é um dos entraves à sua incorporação mais completa na atividade produtiva e à sua plena realização como seres humanos, uma vez que os próprios trabalhadores estão sendo demitidos e perdem suas fontes de trabalho diante de uma crise econômica que é estrutural.

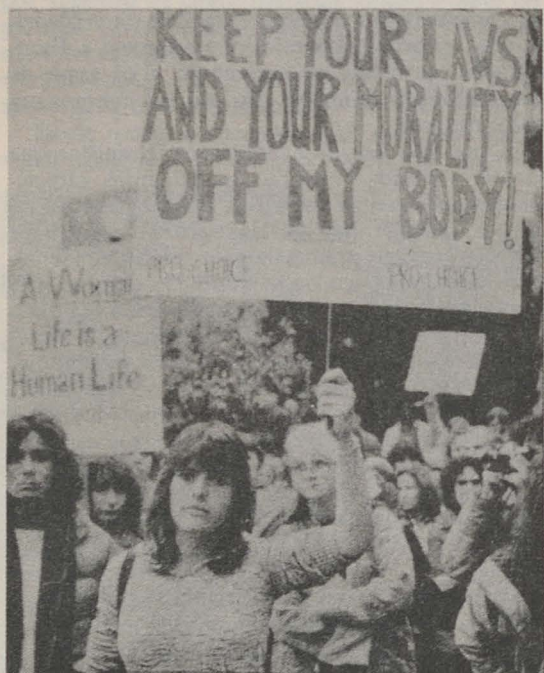
A luta continua, no socialismo

Seria simplista afirmar que todas as mulheres que, no Terceiro Mundo, lutam por seus direitos ou estão integradas aos movimentos sociais e políticos têm como meta final a construção do socialismo. Há toda uma gama riquíssima de atividades em que as mulheres estão participando, contestando regras de jogo impostas socialmente, reivindicando o respeito aos direitos humanos, lutando contra as ditaduras que ainda subsistem em diversas partes da América Latina e Ásia, e contra governos autoritários africanos, fazendo ouvir a sua voz através da poesia, expressando-se nos diversos campos das artes e da cultura em geral, militando politicamente, e a realidade supera, amplamente, qualquer definição esquemática.

Mas, é possível afirmar que a grande maioria das mulheres que atua no Terceiro Mundo, em diferentes níveis, na defesa de seus direitos, o faz a partir de uma inserção nos movimentos sociais e políticos, e que esses movimentos levantam plataformas de luta e programas de trabalho questionadores do *status quo* e postulam a criação de uma sociedade baseada na igualdade e na justiça social.

Poder-se-ia dizer ainda que cresce a consciência de que, embora a discriminação da mulher não termine num passe de mágica com a construção do socialismo, a superação da sociedade de classes é necessária para eliminar a exploração e a discriminação próprias do capitalismo. A partir daí se impõe a luta pelos direitos específicos da mulher. Isso não significa que seja preciso aguardar o socialismo para tratar da integração e das reivindicações femininas, mas que é necessário lutar, simultaneamente e em todos os planos em que a realidade concreta o permita, para assegurar o respeito aos direitos da mulher, inclusive nas sociedades injustas, dependentes e em crise em que estamos vivendo. A mudança de comportamento com relação à mulher é um processo cultural que deve ser incentivado a partir da própria luta por uma sociedade mais justa e igualitária, e como condição *sine qua non* para se chegar a ela.

Dados sobre a situação da mulher em Cuba, o único país socialista latino-americano, indicam que 37% dos trabalhadores do país são mulheres (quase 50% na cidade de Havana), que dois de cada três estudantes que ingressam na universidade e



As feministas européias basearam suas reivindicações principalmente no plano do comportamento social



Prensa Latina



A crise econômica tem atingido muito a mulher, que está sempre entre os contingentes lançados ao desemprego

53% da força técnica do país são mulheres. Essas cifras contrastam, nitidamente, com os dados de outros países do continente, como o que assinala que 80% dos vendedores ambulantes da cidade de Quito são mulheres; que quase 70% dos desempregados do Uruguai são mulheres; que 53% da população feminina economicamente ativa da República Dominicana está desempregada; que 40% das mulheres do Caribe são chefes de família, mas não têm empregos estáveis; que, de cada dez pessoas, três estão desempregadas na Guiana, e 40% delas são mulheres, e que as que estão trabalhando o fazem nos empregos com mais baixos salários e de menor qualificação; que 78% dos analfabetos do Distrito Federal, no México, são mulheres.

Sociólogos, economistas e políticos que analisam a realidade latino-americana e do Terceiro Mundo em geral constataram que a crise que nossos países atravessam afeta, fundamentalmente, as mulheres e as crianças, os menos protegidos pela legislação, os primeiros que sofrem as consequências da recessão e do desemprego, e os que estão, proporcionalmente, nas camadas mais exploradas da sociedade.

Tais dados fizeram muitos dirigentes de organizações políticas e movimentos de massas refletirem. "Ao nos limitarmos às formas clássicas do trabalho político" — explicava-nos uma dirigente feminina de um partido marxista latino-americano —, "percebemos que estamos chegando cada vez a menos gente. O trabalho nos sindicatos pressupõe que o trabalhador tenha emprego e, nos partidos, que tenha consciência política e tenha feito uma opção partidária. Deixáramos de trabalhar então com enormes contingentes de desempregados ou de mulheres que nem sequer chegaram a exercer

tarefas no aparelho produtivo, mas que, apesar disso, têm um enorme potencial político. Devemos, pois, readequar nosso trabalho às novas realidades. É necessário chegar à mulher em seu bairro e em sua casa, e mobilizá-la como dona-de-casa e mãe de família".

Nos partidos progressistas e de esquerda latino-americanos, havia, tradicionalmente, certo receio em tratar o problema da mulher como uma questão específica. Entendia-se, em parte corretamente, que, em nossos países, a luta é de todo um povo por sua libertação. Mas, de certa forma, essa postura desconhecia o fato de que a secular discriminação contra a mulher exige uma tomada de consciência e uma atenção especial para o problema, para não reproduzir no âmbito da esquerda — do agente de transformação — os esquemas de comportamento tradicionais que se deve combater e superar. Como nos dizia uma dirigente palestina, o trabalho com a mulher exige, no começo, um tratamento específico. Daí a decisão da OLP, que ela representava, de organizar a mulher primeiro como mulher. Suas inibições naturais e sua falta de hábito de expressar-se em público fariam com que ela dificilmente se integrasse diretamente, de forma ativa, em instâncias de trabalho conjunto.

Mas, foi a crise econômica o que mais ajudou a entender que a mulher pode ter tarefas e espaços específicos, partindo das próprias funções que tradicionalmente tem ocupado. A crise gerou novos protagonistas sociais, como é o caso das mobilizações das donas-de-casa contra a carestia, que agora começam a ser analisadas, com todo o seu potencial, pelos movimentos e partidos políticos. Nesse contexto, fica perfeitamente compreensível que, como nos contava uma mulher mineira boliviana,

o tema da dívida externa tenha sido analisado nas reuniões das donas-de-casa da Mina Siglo XX: — “Discutimos como a dívida nos afeta” — nos disse — “e o que nós, os povos, podemos fazer para pressionar nossos governos a não pagá-la”.

Nas sociedades repressivas e ditatoriais, apareceram novos métodos de luta, desenvolvidos por mulheres. É o caso das Mães e Avós da Praça de Maio, na Argentina, ou das mulheres das *poblaciones* no Chile. Estas últimas acharam uma forma acessível e rápida de expulsar de seus bairros as mulheres de classe alta que vinham supostamente “ajudá-las”, em missões encomendadas diretamente por Pinochet: ao catar os piolhos de seus filhos, guardavam, cuidadosamente, sua “colheita” em saquinhos, e nas reuniões com as senhoras da classe alta deixavam cair, discretamente, no chão os parasitas... Tanto em um como em outro caso, não só a iniciativa das mobilizações e das novas formas de luta partiu das mulheres como foram elas também suas principais protagonistas.

Ainda há muito que caminhar

Apesar de ser cada dia mais importante a presença da mulher nas lutas políticas e sociais do



A comandante salvadorenha Ana Guadalupe Martínez: a mulher em cargos de responsabilidade militar

22 - terceiro mundo

Terceiro Mundo, é inegável que sua grande participação na base não se traduz em igual proporção de mulheres exercendo cargos de direção, fazendo parte dos governos ou nos diversos níveis da tomada de decisões.

Inclusive na Nicarágua, onde há três mulheres com o grau de comandantes guerrilheiras (um grau que implica poder político-militar) e onde uma quarta comandante, Doris Tijerino, é a primeira mulher no mundo a exercer o cargo de chefe de Polícia, não há mulher alguma entre os nove membros da direção nacional da Frente Sandinista. E em Cuba, onde o Código de Família aprovado em 1975 constitui talvez o passo mais avançado dado em todas as revoluções socialistas com respeito à equiparação de direitos do homem e da mulher, só há uma mulher, Vilma Espín, no Birô Político do Partido Comunista, e assim mesmo, no cargo de membro suplente. Os próprios cubanos reconhecem que custou muito superar as concepções machistas, o que se está conseguindo, principalmente, com a irrupção das novas gerações, já formadas com a ideologia da revolução.

A situação parece encaminhar-se para uma forma mais avançada e irreversível de integração da mulher no caso de El Salvador, onde a proporção de mulheres comandantes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e a presença feminina nas diferentes frentes de luta é bem mais elevada do que nos casos da Nicarágua e de Cuba. Possivelmente, isso se refletirá no futuro numa representação feminina mais equitativa nas instâncias de poder.

Na África, são muito significativos os avanços realizados pelas mulheres nos países de língua portuguesa que estão completando os seus primeiros dez anos de independência. Sociedades de tradições seculares quanto à marginalização da mulher, como as de Angola e Moçambique, deram, em menos de duas décadas, saltos tão importantes, que, se continuarem nesse ritmo, nos próximos anos poderá haver uma participação feminina sem precedentes no continente em todos os níveis. Mas, mesmo nesses países, esse avanço inicial agora foi desacelerado: passa-se da etapa em que foi assegurada pela legislação a igualdade da mulher para a tarefa mais lenta e árdua da mudança dos hábitos culturais transmitidos de pais para filhos durante séculos.

Temos o caso da mulher argelina, de uma coragem e determinação fantásticas em sua ampla participação na guerra da independência, mas que uma vez conquistada a libertação do país, retrocedeu aos níveis tradicionais de atuação pública, muito pouco significativos, como ocorre, em geral, no mundo islâmico.

Na Ásia, foi um exemplo a atuação da mulher vietnamita durante a guerra de libertação, mas,



A redefinição do papel da mulher nas tarefas produtivas deve ser acompanhada por mudanças no núcleo familiar

embora se tenham rompido então muitas barreiras tradicionais, sua integração política na construção da nova sociedade, sobretudo nos cargos de direção, está longe de ser a que se poderia esperar. Talvez constitua uma exceção o caso da mulher maubere, no Timor Leste. Na luta contra a invasão indonésia ela se integrou de tal forma às tarefas militares, que já há destacamentos femininos e até mistos, comandados por mulheres, em todas as frentes de combate.

Mas, a atuação da mulher nas circunstâncias excepcionais de guerras de independência ou de libertação e de lutas contra as ditaduras ou contra a repressão sempre foi relevante. Apesar de ser a História escrita pelos vencedores e pelas classes dominantes, e, particularmente, pelos homens, é sabido que a participação da mulher nessas circunstâncias é sempre muito superior à que se dá em épocas, digamos, "normais".

Um dos desafios atuais do Terceiro Mundo, que é onde se estão gerando as experiências revolucionárias mais ricas e onde a potencialidade da mulher está ficando mais evidente, é assimilar essa participação feminina de forma irreversível e assegurar sua continuidade além das circunstâncias históricas da luta por uma ordem econômica internacional mais justa e uma nova sociedade no âmbito interno. E isso implica uma redefinição do papel da mulher não só nas tarefas produtivas e nos mecanismos de decisão política como também, e fundamentalmente, no núcleo familiar.

Nesse sentido, é importante ter em conta que as classes dominantes usaram a passividade da mulher em seu papel tradicional como instrumento para assegurar a manutenção do *status quo* vigente. A

mulher que vê o mundo que a rodeia através do vidro das janelas de seu lar não só está alheia às grandes lutas sociais e políticas de seu tempo, como transmitirá seus valores às novas gerações, perpetuando as relações de dominação. E, nessas condições, será muito mais manipulável pelas campanhas organizadas através dos meios de comunicação de massa pela direita, que, quando a convoca para sair à rua — como o fez no Chile contra o presidente Allende ou no Brasil, nas Marchas pela Família, quando se preparava o golpe contra o presidente Goulart — o faz para utilizá-la contra aqueles cuja mensagem não alcançou, mas com os quais, possivelmente, os seus interesses de mulher marginalizada teriam estado muito mais afinados.

Ao contrário, a mulher que sair à rua para desempenhar uma tarefa produtiva ou para fazer valer seus direitos viverá de outra maneira os problemas da sociedade em que nasceu e estão nascendo seus filhos, passará a ter outra visão de seu papel social e de mãe, em seu próprio lar, e romperá a cadeia da reprodução da ideologia das classes dominantes, convertendo-se num agente de mudança de potencial importantíssimo. Mas, isso também significa um desafio para a mulher, que terá que esforçar-se na sua capacitação para o trabalho, para as atividades políticas e para a tomada de decisões, já que não se trata de pleitear um lugar por sua mera condição de mulher, mas de acordo com as suas capacidades.

São tão dramáticos os problemas sociais, políticos e econômicos de nosso tempo, nos países dependentes, que, para superá-los, será necessário um grande esforço, ao qual a mulher não pode ficar alheia.

D.I.P. - MPLA/PT

Mais homens que mulheres

Atualmente, existem 20 milhões de homens mais do que mulheres: em relação à população mundial — 4 bilhões e 800 milhões —, essa diferença é insignificante. Isso, porém, em boa parte, permite compreender melhor a situação da mulher no quadro das diferentes condições sociais dos diversos países.

Nos Estados Unidos, na URSS e em grande parte da Europa, há muito mais mulheres que homens, enquanto na maioria dos países da América Latina, África e do sudeste da Ásia, ocorre um equilíbrio. Os homens são ampla maioria na maior parte da Ásia e da África setentrional.

Nos países ricos, as mulheres vivem seis anos mais, em média: sua esperança de vida é de 78 anos e a dos homens, 72. No entanto, nos países em desenvolvimento, a situação é bastante mais precária. Uma proporção incrivelmente alta de bebês — um em cada dez — morrem antes de completarem seu primeiro ano de vida. Nesse caso, as vantagens das mulheres não são tão grandes: 56 anos de expectativa de vida em comparação com os 54 anos dos homens.

Em alguns países da Ásia e do Oriente Médio, a balança pende para o lado do homem: aí, a morta-



As mulheres ganham menos do que os homens

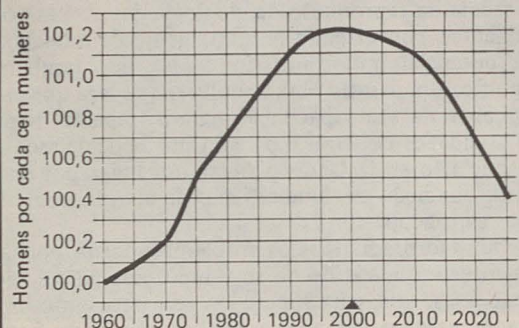
lidade feminina é maior que a masculina. Não é estranho que nessas sociedades os homens recebam um tratamento diferente, porque são eles que conservarão o nome da família e que trarão dinheiro para casa tão logo seja possível. As filhas são valorizadas segundo a ajuda econômica que possam prestar. Com frequência, não se espera que ganhem dinheiro fora do lar e quando encontram um trabalho remunerado, ganharão menos do que um homem. Um estudo da ONU sobre 24 países revela que as mulheres ganham uma média de 73 centavos de dólar por cada dólar de salário de um homem que faz o mesmo trabalho.

Nas famílias pobres, as necessidades das filhas recebem pouca atenção e são elas que sofrem a carência de alimentação adequada e de atenção sanitária. Em Bangladesh, por exemplo, entre os menores de cinco anos que sofrem de desnutrição, a proporção de meninas é maior que a de meninos e sua probabilidade de morrer no primeiro ano de vida é 21% mais alta.

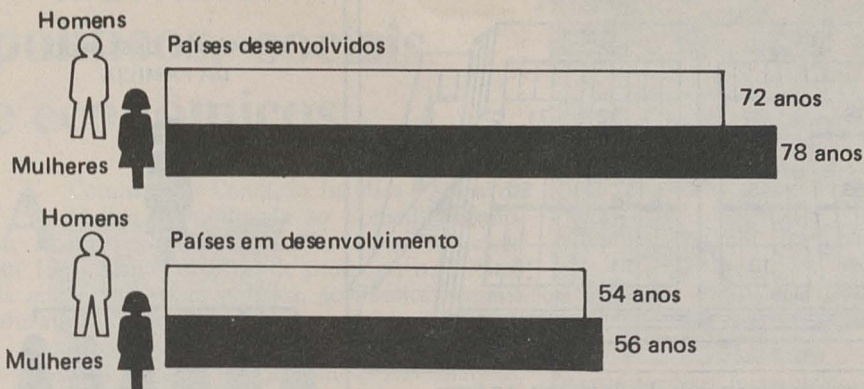
Mas as razões pelas quais num país há mais homens que mulheres ultrapassam a infância: suas probabilidades relativas de sobrevivência durante a vida adulta também têm influência. Nos países desenvolvidos, as mulheres vivem mais que os homens não só por motivos biológicos mas também porque suas vidas são mais saudáveis: consomem menos álcool e tabaco e estão menos expostas aos acidentes. No entanto, a situação tende a se equilibrar devido à recuperação da população masculina

TENDÊNCIA À IGUALDADE

No princípio do próximo século, a proporção entre homens e mulheres começará a diminuir.



ESPERANÇA DE VIDA



A longevidade natural da mulher é maior que a do homem, como se observa especialmente no mundo desenvolvido

depois da 2ª guerra mundial e porque as principais causas da mortalidade masculina, as doenças coronarianas, começam a ser prevenidas eficazmente.

Nos países pobres, as mulheres gozam de menos vantagens. Primeiro, espera-se que tenham muitos filhos mas as condições de atenção médica não são adequadas. Em consequência, 200 de cada mil mulheres morrem de complicações no parto em comparação com 10 de cada cem mil nos países desenvolvidos. A idade da mulher também influi no momento da primeira gravidez: as complicações derivadas desse período e do pós-parto são uma das cinco causas principais de mortalidade das mulhe-

res de 15-19 anos na maioria dos países da América Latina.

É de se esperar que essa situação comece a mudar à medida que o mundo em vias de desenvolvimento preste mais atenção à saúde da mulher, o que se refletirá nas proporções relativas de homens e mulheres. Segundo o relatório de 1985 sobre o estado da população mundial do Fundo das Nações Unidas para Atividades em Assuntos de População, no ano 2000 haverá 175 milhões de mulheres mais do que homens. Uma diferença que será um indicador esperançoso de uma mudança para uma maior igualdade dos sexos.

Educação para a vida

“A educação é a escada que permite o acesso da mulher à mobilidade social e profissional” e que “lhe dá um maior controle sobre sua vida”. Esta é uma das conclusões do Informe de 1985 sobre a Situação da População Mundial, do Fundo das Nações Unidas para as Atividades Populacionais (Fnuap).

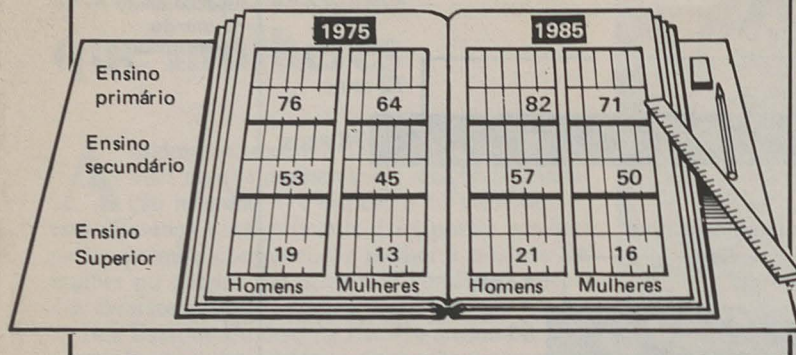
Ao chegar ao fim da Década da Mulher da ONU, as meninas começam a alcançar os garotos em matéria de educação e, por isso, a brecha entre eles tende a desaparecer. No Zaire, por exemplo, a diferença era de 25%, em 1975; dez anos mais tarde, diminuiu para 8%. Na Índia, enquanto a escolariza-

INSTRUIR PARA SOBREVIVER

Os filhos de mães instruídas têm mais possibilidades de sobrevivência. A tabela mostra a mortalidade infantil por mil nascidos vivos.

	Anos de estudos			
	0	1-3	4-6	7+
Egito	147	143	125	78
Indonésia	103	109	82	55
Portugal	63	40	37	30
México	90	80	65	47
Quênia	104	89	82	70

UM FOSSO MAIS ESTREITO

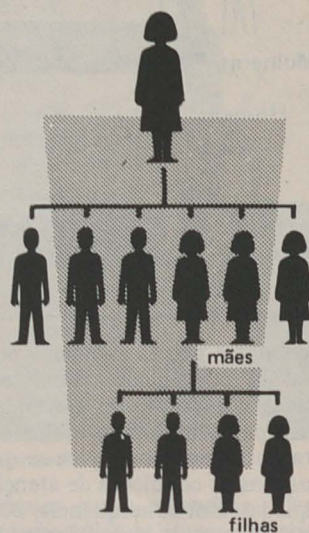


O número de crianças escolarizadas é o mais alto da história, e o fosso educacional entre homens e mulheres começa a se estreitar. As cifras mostram a porcentagem de população escolarizada segundo o sexo

Atualmente, as mulheres desejam ter menos filhos. Segundo uma enquête realizada em 19 países com mães e suas filhas adolescentes sobre o número de filhos desejados, as mães desejavam ter, em média, 5,7 filhos, enquanto suas filhas desejavam 3,8

DE MÃE PARA FILHA

TAMANHO DESEJADO DA FAMÍLIA



ção masculina se manteve praticamente constante nos últimos anos, a feminina aumentou em 12%.

No resto do mundo, os resultados foram ainda mais espetaculares. Na Bolívia e Peru, a diferença educacional se reduziu à metade, enquanto, no Sudão e Iraque, passou de 50%, em 1975, para menos de 15%, em 1985.

Essas mudanças têm três efeitos principais. Primeiro, retardam a idade em que as mulheres se casam, adiando o nascimento do primeiro filho. Segundo, a mulher instruída tende a desejar menos filhos. Terceiro, a probabilidade de que as mulheres conheçam e utilizem métodos anticoncepcionais eficazes aumenta paralelamente ao seu nível de instrução.

Na Síria, por exemplo, as mulheres com mais de sete anos de escolarização têm em média quatro filhos, ao passo que aquelas que nunca foram à escola costumam ter cerca de nove filhos. Em muitos outros países, a escolarização está associada à redução de 50% da taxa de natalidade. Uma pesquisa feita em 31 países revela que o número médio de filhos desejados por mulher caiu de 5,7 para 3,8 nos últimos 20 anos.

Na África, no entanto, a relação entre educação e fecundidade é mais tênue, porque faltam em muitos países os outros ingredientes básicos. Por exemplo, entre 32% e 92% das mulheres entrevista-

das numa pesquisa realizada em 10 países africanos nunca tinham ouvido falar dos métodos anticoncepcionais modernos.

A escolarização aumenta a possibilidade de um trabalho fora do lar na atividade industrial, o que também está relacionado com o fato de a mulher desejar menos filhos.

Infelizmente, a educação ainda não é universal. Os pais pobres costumam considerar mais sensato concentrar seus esforços educacionais nos filhos homens. Em Burkina Fasso, por exemplo, em 1981, havia duas vezes mais meninos do que meninas no ensino primário, porque elas começam a trabalhar no campo ou no lar aos sete anos, enquanto os garotos não realizam tarefas agrícolas antes dos 11.

Segundo as conclusões dos especialistas da ONU, a solução está em atacar a raiz do problema, isto é, destruir os velhos estereótipos associados a cada sexo. Um elemento decisivo nesse sentido é a educação. Os programas de estudo devem procurar reduzir as desigualdades educativas entre o homem e a mulher em vez de aumentá-las, o que significa capacitar a mulher para se desenvolver tanto dentro do lar, como fora dele. O relatório da Fnuap acentua, a respeito, que "a questão essencial está no grau de participação da mulher na tomada de decisões dentro da família e da sociedade".

Os direitos políticos, sociais e econômicos

A Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher, subordinada ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, foi criada em 1946 com o objetivo de promover os direitos da mulher na esfera política, econômica, social e educativa.

A atualmente está integrada por 32 membros que representam oito países africanos, seis asiáticos, seis latino-americanos, quatro estados socialistas europeus e oito estados da Europa Ocidental. Com a finalidade de alcançar as metas propostas, a Comissão esforçou-se em conscientizar a opinião pública mundial sobre a necessidade de elevar a condição da mulher como uma forma de promoção dos direitos humanos e da paz. Seu trabalho, nesse sentido, culminou com a aprovação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Há mais de 20 anos, a Comissão vem centrando seu esforço na função da mulher no desenvolvimento, segundo o princípio de que este não seria alcançado sem a participação plena e ativa da mulher, que representa metade da humanidade.

A Comissão também abordou temas como a relação entre a condição da mulher e os fatores demográficos, a participação no trabalho comunitário, a situação no meio rural e a atitude dos meios informativos em relação à mulher.

APRENDER A ESCOLHER

Quanto mais instruída for a mulher, maior é a sua probabilidade de determinar o número de filhos desejados. O gráfico mostra a proporção de mulheres que utilizam métodos anticoncepcionais eficazes.



Progressos notáveis foram obtidos no plano político

Direitos políticos

A maior parte dos progressos realizados a respeito da situação da mulher, desde a fundação da Organização das Nações Unidas, foi obtida no âmbito dos direitos políticos. Quando foi assinada a Carta, em 1945, as mulheres podiam votar em igualdade de condições com os homens em apenas 30 dos 51 estados membros originais; atualmente restam poucos nos quais as mulheres não têm direito a votar ou a apresentar sua candidatura para cargos eletivos (Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuait, Omã e Qatar).

Em 1952, por recomendação da Comissão, a Assembléia Geral aprovou a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, primeiro tratado de alcance mundial pelo qual são estabelecidos três princípios: o direito ao voto, sem qualquer discriminação; sua elegibilidade para todos os organismos políticos em igualdade de condições com os homens e seu direito a ocupar cargos e funções públicas em condições iguais e sem discriminação. A 1ª de janeiro de 1984, 94 estados tinham assinado a Convenção e 90 tinham-na ratificado ou aderido a ela.

Nacionalidade da mulher casada

No passado, as leis em muitos países eram discriminatórias para a mulher, privando-a de sua nacionalidade ao se casar ou divorciar de um estrangeiro. Em 1957, foi aprovada a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, pela qual os estados contratantes concordam que: 1) nem a celebração nem a dissolução do casamento entre nacionais e estrangeiros, nem a mudança de nacionalidade do marido durante o casamento, poderão afetar auto-

maticamente a nacionalidade da mulher; 2) a cônjuge de um nacional que mude de nacionalidade poderá conservar sua nacionalidade original; 3) uma mulher estrangeira casada com um nacional poderá adquirir a nacionalidade do marido mediante um procedimento especial de naturalização. A 19 de janeiro de 1984, 62 estados tinham assinado a Convenção e 54 tinham-na ratificado ou aderido a ela.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

Aprovada em 1962, essa Convenção estabeleceu uma série de objetivos para todos os povos e nações, mas sem força legal obrigatória. A Comissão conseguiu que, em 1981, entrasse em vigor uma Convenção de cumprimento obrigatório e, além disso, criou um Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, integrado por 23 membros. Até o momento, 56 estados tinham-na ratificado ou aderido a ela, e 90 tinham-na assinado, o que é um sinal da vontade dos governos em harmonizar suas leis nacionais com os princípios estabelecidos na Convenção.

Trabalho da mulher

Uma das metas a longo prazo da Comissão foi suprimir a discriminação contra a mulher e conseguir que ela tenha os mesmos direitos que o homem a respeito do emprego. A Comissão procurou atingir esse objetivo em estreita colaboração com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O princípio da igualdade de remuneração e de tratamento surgiu de diferentes recomendações da Organização Internacional do Trabalho. A Comissão também se ocupou de questões relativas à aposentadoria da mulher e aos direitos de pensão, que

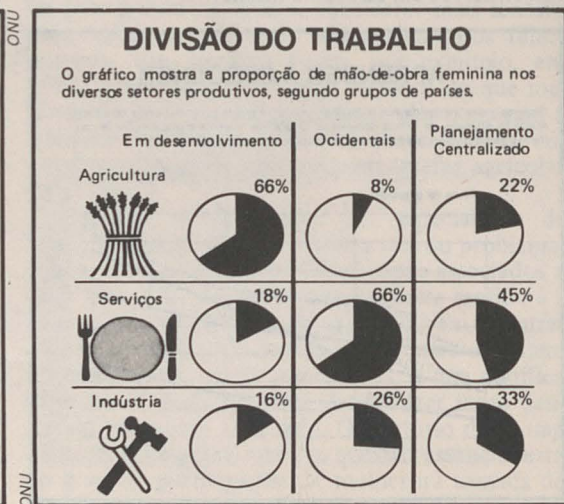
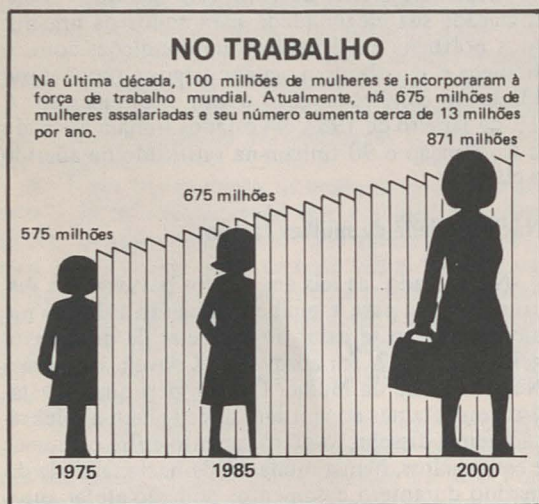


A valorização da mulher implica reconhecer seus direitos

em muitos países são diferentes para mulheres e homens.

Do Ano Internacional da Mulher (1975) aos nossos dias

Sob o lema "Igualdade, Desenvolvimento e Paz", 133 estados participaram no México da Conferência Mundial que aprovou um Plano de Ação para a concretização dos objetivos do Ano Internacional da Mulher. Esse Plano de Ação mundial estabeleceu esferas de ação nacional entre as quais figuravam a cooperação internacional e a paz; participação política; educação e capacitação; emprego; saúde e nutrição; família; população; moradia. Contava também com seções sobre pesquisa e





A falta de reconhecimento do valor do trabalho da mulher limita a proposta das Nações Unidas

UCR/MPLA

meios de comunicação de massas.

Como resultado desse acontecimento, as atividades do sistema das Nações Unidas foram ampliadas para abranger uma maior diversidade de questões. Agora, dá-se maior ênfase a assuntos tais como: a mulher e o *apartheid*; a mulher palestina; a mulher refugiada; a mulher migrante; as mulheres anciãs e as jovens; a prevenção da violência contra a mulher, a prostituição e o tráfico de brancas; a mulher vítima de crimes e a participação da mulher na consolidação da paz.

O acontecimento mais importante, desde 1975,

é o ressurgimento do movimento feminino, que deu lugar a um incremento da rede internacional de comunicações e das pesquisas e publicações de especial interesse para a mulher.

A Comissão, no entanto, identificou algumas limitações à execução do Plano de Ação adotado em 1975. São as seguintes:

- Falta de participação do homem nos esforços para modificar a situação da mulher na sociedade.
- Falta de vontade política em muitos países para modificar a condição da mulher.
- Atitudes tanto da mulher quanto do homem a respeito da função da mulher na sociedade.
- Falta de reconhecimento do valor do trabalho da mulher tanto no setor remunerado quanto no não-remunerado.
- Falta de atenção às necessidades específicas da mulher no planejamento.
- Número demasiadamente reduzido de mulheres em cargos de decisão.
- Serviços insuficientes para apoiar a participação da mulher na vida nacional, tais como cooperativas, centros de capacitação e de assistência diurna e facilidades de créditos.
- Falta de recursos financeiros.
- Falta de comunicação entre as mulheres que se encontram em estado de extrema necessidade e as pessoas que adotam as políticas em relação a elas.
- Ignorância, entre as mulheres, das oportunidades de que dispõem para seu desenvolvimento.

POSSIBILIDADE DE ESCOLHA

Conforme cresce a migração feminina para as cidades em busca de trabalho, também aumenta a proporção de mulheres que recorrem a métodos anticoncepcionais. O quadro mostra as proporções de mulheres que utilizam métodos anticoncepcionais eficazes, nas áreas rural e urbana.

	RURAL	URBANA
Egito	24%	63%
Gana	14	28
Tunísia	28	55
Malásia	34	53
Filipinas	33	56
Colômbia	30	62
R. Dominicana	25	52

Reunião de Nairóbi

A conferência de avaliação

A ONU faz reuniões em todos os continentes para levar no encerramento da Década da Mulher um balanço geral dos feitos alcançados e do que resta por fazer



“A metade da população mundial, quase 2,4 bilhões de seres humanos, sejam camponesas pobres lutando para manter suas famílias ou pioneiras no campo da ciência, afeta profundamente o resto da humanidade”. Para Leticia Shahani, secretária-geral

da Conferência Mundial para Avaliar a Década da Mulher das Nações Unidas, reconhecer a participação ativa, igualitária e completa da mulher é essencial ao desenvolvimento dos povos e à paz mundial. E esse foi, afinal, o objetivo da Década da Mulher.

Como marco do encerramento do decênio, a conferência será realizada entre 15 e 26 deste mês, em Nairóbi, capital do Quênia. Seus organizadores acreditam que o evento possa mostrar o caminho para “uma era dinâmica e progressista, na qual as mulheres possam contribuir e beneficiar-se do re-

sultado da soma total das aspirações e realizações da humanidade”, explicou Leticia Shahani.

As reuniões preparatórias

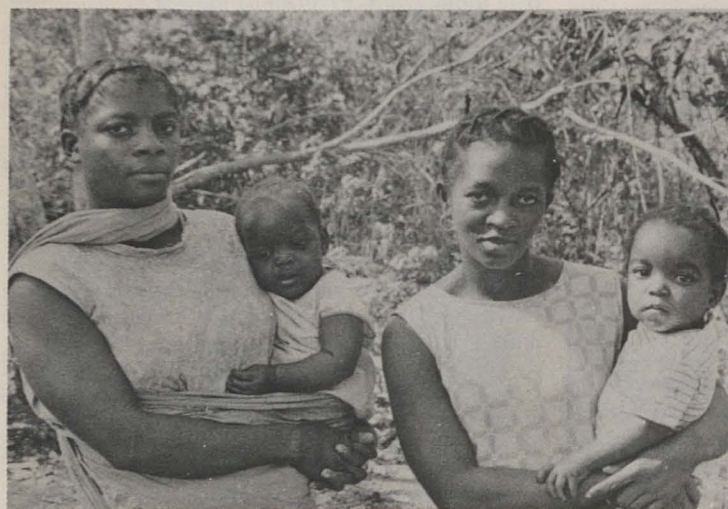
8 a 12 de outubro de 1984 — Realizou-se em Arusha (Tanzânia) uma reunião intergovernamental africana com a participação de 39 dos 51 países do continente, para examinar e avaliar os avanços realizados na África no que se refere às metas fixadas no Plano de Ação para a Década da Mulher.

Os participantes chegaram à conclusão unânime de que o principal avanço havia sido a elevação do nível de participação feminina na África e a crescente compreensão da função chave que as mulheres podem desempenhar no desenvolvimento sócio-econômico do continente.

Como obstáculos, foram apontados, basicamente os seguintes: a fragilidade estrutural do sistema sócio-econômico; as práticas e costumes culturais; o sistema pouco equitativo de direito consuetudinário e a falta de consciência política da mulher, assim como a resistência dos homens e de algumas sociedades à plena participação feminina nos assuntos públicos nacionais.

15 a 19 de outubro de 1984 — Em Viena, se realizou o Seminário da Comissão Econômica para a Europa (Cepe), que deu especial ênfase aos fatos relacionados à mulher desde o começo da década de 80. O encontro contou com a participação de 34 Estados-membros da Cepe, além de representantes da Argentina, Japão e Quênia.

Nas recomendações aprovadas pelo seminário, vale destacar a ênfase no sentido de que, ao se formularem políticas relativas à mulher, se levasse em conta a atual mudança dos modelos de comportamento das novas gerações, assim como a necessidade de assegurar a integração plena e permanente das



Na África, algumas sociedades ainda resistem à plena participação feminina



O subdesenvolvimento dos países latino-americanos dificulta a integração da mulher à comunidade

jovens na força de trabalho. Também se destacou a necessidade de regulamentar as profissões tradicionalmente exercidas pelos homens, prevendo outros regimes de trabalho em termos de horários e duração da semana de trabalho, de forma a que não se produzam discriminações.

22 a 25 de outubro de 1984 — Também em Viena, houve a reunião de consulta das Organizações Não-Governamentais, em que estiveram representadas cerca de 300 organizações. As sessões de trabalho chegaram à conclusão de que a mulher tinha a obrigação de mudar a atitude de exaltação da guerra e da violência, e que poderia fazê-lo, como educadora e mãe, através de brincadeiras e das histórias que contam às crianças. Outra conclusão da reunião é que as mulheres deveriam participar mais da campanha mundial pelo desarmamento.

Os resultados de uma pesquisa realizada pelo Comitê de Planejamento das Organizações Não-Governamentais entre 140 organizações revelaram que foram três os principais obstáculos ao progresso da mulher durante a década 1976-85: a deterioração das condições econômicas, que, em muitos países, chegou a níveis críticos; a falta de instrução e a escassa difusão de informação entre as mulheres; e as práticas tradicionais e atitudes culturais repressivas de homens e mulheres.

19 a 23 de novembro de 1984 — A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe se reuniu em Havana, encerrando um processo de exame e avaliação das conquistas da Década da Mulher. A reunião também teve como objetivo elaborar planos para o avanço da mulher até o ano 2000. Estiveram representados 26 membros da Cepal, que prepararam uma proposta de estratégias regionais a ser apresentada durante a Conferência de Nairóbi. A Cepal entende que os problemas que ainda impedem as mulheres da região de participar



de todas as esferas da vida nacional estão estreitamente relacionados com as condições gerais de subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Entre os dados fornecidos pela Cepal, se destaca o de que entre 60 e 80% do total da população analfabeta da região eram constituídos por mulheres.

3 a 6 de dezembro de 1984 — A Reunião Preparatória da Ásia Ocidental, realizada em Bagdá, foi a quinta e última das reuniões regionais de preparação da Conferência de Nairóbi. Organizado pela Comissão Econômica para a Ásia Ocidental (Cepal), o encontro exortou os membros a participarem plenamente da Conferência Mundial para o Exame e a Avaliação, com o objetivo de informar sobre os problemas e necessidades das mulheres da região, e poder contribuir, eficazmente, para a formulação da estratégia mundial para o avanço da mulher entre 1985 e o ano 2000.

Num conjunto separado de recomendações, se sugeriu ainda que sejam realizadas reuniões internacionais a cada cinco anos até o ano 2000, para avaliar as conquistas e identificar os obstáculos à execução das estratégias planejadas. Pediu-se também que as Nações Unidas e outros organismos proporcionem assistência técnica, quando for solicitada, a projetos destinados a promover o avanço da mulher.

A mulher na agricultura

A camponesa, essa esquecida

Quando se traçam planos de trabalho agrícola, nunca se pensa que quem os realizará são mulheres



No Terceiro Mundo, as mulheres desempenham diversas atividades agrícolas, dedicando-se, por exemplo, à colheita de cereais e à pecuária, sempre sem descuidar, naturalmente, das tarefas domésticas. Os últimos estudos sobre a função da mulher na

agricultura chegam todos à mesma conclusão: as mulheres contribuem muito mais do que geralmente se supõe para a produção agrícola e alimentar.

Os estudos demonstram que as mulheres produzem grande parte dos alimentos do Terceiro Mundo, além de prepará-los e cozinhá-los. Também desempenham uma função essencial na venda das colheitas. Na realidade, longe de se limitarem às tarefas domésticas, as camponesas dos países em desenvolvimento dedicam a maior parte de seu tempo à produção e à preparação de alimentos ou a atividades comerciais, restando-lhes só uma pequena parte do tempo disponível para alimen-

tar, vestir e atender a suas famílias.

Em uma pesquisa realizada pela FAO em 82 países em desenvolvimento, excluída a América Latina, 42% da força de trabalho agrícola era composta por mulheres. Tal proporção era de 46% na África sub-saariana, 45% na Ásia, 40% no Caribe e 31% na África setentrional e Oriente Médio.

A contribuição da mulher na agricultura

Na África, as mulheres desempenham uma função especialmente importante. Estima-se que contribuam com dois-terços de todas as horas dedicadas à agricultura tradicional e três-terços do tempo empregado na comercialização. Enquanto os homens costumam realizar trabalhos pesados e intermitentes para limpar as terras, cercá-las e prepará-las na região da África sub-saariana, as mulheres participam muito mais do que eles nos trabalhos de enxada e capinação, bem como na colheita, transporte, armazenamento, elaboração e comercialização dos produtos. A semeadura e a criação dos animais se distribuem, igualmente, entre homens e mulheres.



As camponesas destinam a maior parte do seu tempo à produção de alimentos

32 - terceiro mundo

FAO

Na Ásia, as mulheres se dedicam principalmente à produção de arroz, um produto básico nesse continente. Por exemplo, no Nepal, um detalhado estudo demonstra que elas contribuem com dois-terços da mão-de-obra necessária para semear o arroz, três-terços do trabalho de eliminação das ervas daninhas e todos os esforços de limpeza e armazenamento do arroz.

As mulheres têm uma importância especial na produção dos alimentos, durante e depois da colheita. Na maioria dos países pesquisados corresponde às mulheres mais da metade do trabalho dedicado ao armazenamento e elaboração. Elas limpam, debulham e se-



Na maioria dos países, mais da metade do trabalho de armazenamento e elaboração corresponde às mulheres

ONU

cam os cereais, dedicam-se a secar o pescado e preparam queijos e outros produtos de laticínio.

Na maior parte dos países em desenvolvimento, as mulheres participam mais do que os homens na compra e venda de alimentos. Por exemplo, na África Ocidental, as mulheres se encarregam da comercialização da maior parte dos produtos agrícolas e do pescado. Em muitos lugares da Ásia, as mulheres se dedicam à comercialização local de hortaliças. Também realizam grande parte do trabalho necessário à alimentação e criação de pequenos animais, como é o caso das aves domésticas, cabras, porcos e coelhos. Elas não só se encarregam de ordenhar os animais, como ainda preparam e comercializam a nível local o leite e outros produtos.

Aumento da carga de trabalho

Há provas de que as mulheres se dedicam cada vez mais às atividades agrícolas na medida em que os homens emigram para os povoados e cidades em busca de trabalho. As mulheres estão exercendo cada vez mais os trabalhos tradicionais dos homens, como o de arar e preparar a terra para ser cultivada. Por exemplo, na Suazilândia, um estudo demonstra que elas realizam a maior parte da lavoura da terra.

Quando os homens vão para as cidades, temporária ou permanentemente, abandonam as suas mu-

lheres, deixando-as com a responsabilidade da família. A proporção de lares que as mulheres dirigem na atualidade oscila entre 22%, na África subsaariana e 15%, na América Latina. Num país do sul da África, 63% dos lares são dirigidos por mulheres. Seja como for, sós ou acompanhadas, são as mulheres que se ocupam da maior parte das atividades domésticas. As mulheres africanas, em especial, se ocupam de tudo o que se refere à alimentação e cuidados familiares, encarregando-se de obter quase toda a água e combustível necessários ao lar. Em geral, as mulheres do Terceiro Mundo trabalham muito mais tempo do que os homens.

Excluídas dos programas de desenvolvimento

O não reconhecimento da função da mulher tem graves repercussões nas atividades de desenvolvimento. Desde o fim do colonialismo, os países do Terceiro Mundo se dedicaram à tarefa de modernizar sua agricultura e transformar os métodos tradicionais em sistemas modernos de produção.

Tentou-se, com êxito variável, aumentar os rendimentos agrícola, florestal e pesqueiro, sem destruir a capacidade produtiva das terras e os recursos do mar. Foram feitos investimentos para reduzir as perdas depois das colheitas, melhorar a distribuição e os sistemas comerciais, elevar o nível de nutrição e promover o desenvolvimento rural.



Em Bangladesh, as mulheres cultivam hortaliças e frutas

Os programas de assistência do Estado serviram de ponto de contato entre essas atividades e os agricultores, e, através deles, se dá assessoramento técnico e informação, contribuindo para conseguir os insumos necessários, tais como fertilizantes e crédito.

Será que grande parte dessas atividades foi canalizada para as pessoas erradas? Parece que sim. Os recursos desses programas são limitados e, inevitavelmente, por razões de caráter cultural e prático, se dirigiram de preferência aos homens, embora em muitas atividades sejam as mulheres que realizam os trabalhos. Por exemplo, os programas de redução das perdas de cereais depois da colheita podem não ter êxito, quando só os homens se ocupam de melhorar o armazenamento em lugares onde são as mulheres que estão efetivamente encarregadas dos celeiros.

A tendência dos programas de assistência em tratar os problemas com os homens pode ser surpreendente. O estudo de um grupo de agricultores do Quênia, que havia introduzido milho híbrido, demonstrou que 31% das propriedades agrícolas dirigidas por mulheres não foram visitadas pelos representantes desses programas. Em compensação, só 3% das administradas conjuntamente por homens e mulheres deixaram de ser visitadas.

34 - terceiro mundo

Muitos fracassos em consequência de não se haver levado em conta as mulheres foram documentados. Numa zona do noroeste de Bangladesh, um plano para a introdução de uma nova variedade de trigo de alto rendimento produziu resultados desanimadores porque as mulheres, que geralmente escolhiam as sementes, não foram incluídas no programa e, por esse motivo, se escolheram as sementes menos apropriadas. Nessa ocasião, como em outras, as tradições culturais não favoreceram o contato entre os programas de assistência e as mulheres.

Essa insistência em chegar aos agricultores através dos programas de apoio pode inclusive provocar, em determinadas zonas, uma mudança na produção local. Em Bangladesh, as mulheres cultivam hortaliças, frutas e especiarias, enquanto os homens se dedicam ao cultivo do arroz e do trigo. A primazia concedida aos homens no assessoramento e nos créditos reduziu a proporção de frutas e hortaliças cultivadas, diminuindo, possivelmente, os níveis nutricionais da produção.

Algumas vezes, os resultados dos projetos de desenvolvimento são limitados porque os planejadores não levam em conta toda a cadeia alimentar e as diversas funções da mesma. Numa zona do Oriente Próximo, fracassaram as tentativas de introduzir uma nova variedade de trigo porque o pão produzido com a nova farinha tinha uma cor diferente, não aceita pelas mulheres encarregadas de fabricá-lo.

A maioria dos especialistas em problemas das mulheres pode contar histórias parecidas. E falar de outros efeitos da supervalorização da importância dos homens, como a tendência de mecanizar trabalhos que, como a lavoura, são, normalmente, realizados por eles. Se não se melhorar a forma de realizar as tarefas afins na cadeia alimentar, como é o caso da moenda, a carga de trabalho das mulheres pode aumentar enormemente.

Porque se esquece da mulher?

O não reconhecimento da contribuição das mulheres na produção agrícola pode-se explicar, em parte, pela tendência das estatísticas oficiais a se concentrarem na mão-de-obra assalariada ou na produção comercial em que o homem predomina. A Organização Internacional de Trabalho (OIT) estima que, em geral, quase a metade das horas trabalhadas pelas mulheres não consta das estatísticas oficiais sobre a força de trabalho.

As mulheres podem ficar à margem do desenvolvimento por não estarem representadas nos escalões governamentais que tomam as decisões, assim como nos programas de habilitação e de assistência. Menos de 10% das pessoas dedicadas a es-

ses programas são mulheres. Na África, elas são apenas 3,4% do pessoal agrícola capacitado, segundo recente pesquisa da FAO.

Sem dúvida, essas médias escondem tremendas diferenças entre os países — em 12 países africanos, menos de 1% do pessoal agrícola capacitado é composto por mulheres, enquanto que em seis países elas são mais de 9%. O índice é 25% no Lesoto e na Suazilândia, onde os homens emigraram em massa das zonas rurais.

Nos programas de assistência estatais da maioria dos países em desenvolvimento, as mulheres que trabalham neles, se limitam a dar assessoria em matéria de economia familiar. Inclusive neste caso, os serviços são administrados, geralmente, por homens. Há, contudo, algumas exceções: mais de um-terço dos agentes empregados nos programas de assistência estatais na Malásia peninsular são mulheres. O mesmo acontece nas Filipinas. No futuro, é possível que aumente a participação das mulheres nesses programas e nos de organização agrícola. Inclusive na África, onde uma pequena proporção do pessoal agrícola capacitado é feminino, 15% dos estudantes de agronomia são, atualmente, mulheres.

A proporção de mulheres nas atividades de capacitação de grupos realizadas com o apoio da FAO, em 1982, oscilou entre 3,9% no Oriente Próximo e aproximadamente 12% na África, América Latina e Caribe, e 15,2% na Europa. Na Ásia e no Pacífico, só 5% dos participantes eram mulheres.

Igualdade de homens e mulheres

Que se pode fazer para ajudar as mulheres em suas atividades e dar-lhes uma maior participação nos assuntos que afetam diretamente as suas vidas? É evidente que elas devem ser consultadas quando se planejam os programas e projetos de desenvolvimento.

A FAO recomenda que os planos de crédito sejam elaborados de forma tal que a propriedade da terra não seja um requisito imprescindível à obtenção dos créditos, o que é particularmente importante para as mulheres cujos maridos emigraram para as zonas urbanas. As orientações da FAO também ilustram a forma de incluir as mulheres nos projetos de irrigação, organização de terras e águas, conservação de solos e emprego de fertilizantes.

Segundo esse organismo da ONU, os resultados dos programas agrícolas entre as mulheres poderiam melhorar se se soubesse mais acerca da função que elas desempenham. Os estatísticos deveriam ser estimulados a elaborar indicadores sócio-econômicos que permitam uma avaliação mais precisa do impacto dos programas

FAO



São as mulheres que aplicam os fertilizantes

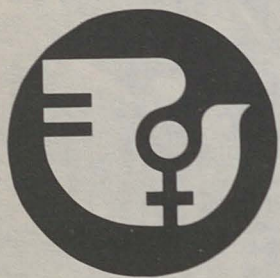
de desenvolvimento sobre o bem-estar e a prosperidade das mulheres.

A longo prazo, o ensino — de homens e mulheres — oferece a melhor possibilidade para melhorar a situação das camponesas no Terceiro Mundo. É necessário estimular as mulheres a participarem dos programas de ensino em todos os níveis, desde o trabalho de campo até os estudos universitários de pós-graduação. É preciso informar aos agricultores sobre como as mudanças em seus métodos de trabalho podem afetar as camponesas, positiva ou negativamente. Os dirigentes de ambos os sexos necessitam de mais informação sobre a função que as mulheres desempenham. ●

* Este artigo foi produzido pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação).

Dívida, repressão e crise

Num simpósio promovido pela Frente Continental de Mulheres, quase trezentas delegadas discutem os problemas do continente



De 3 a 7 de junho passado realizou-se em Havana o "Encontro sobre a Situação da Mulher na América Latina e no Caribe de hoje". Com a participação de 296 delegadas de 27 países do continente, o encontro, convocado pela Frente Continental

de Mulheres contra a Intervenção, discutiu temas como a dívida externa e suas consequências na vida da mulher e da família, a participação da mulher na vida política, métodos de luta contra a opressão em muitos países do continente e a mulher na cultura, nas artes e nos meios de comunicação.

A Frente Continental de Mulheres surgiu em março de 1982 em Manágua, depois de um encontro de mulheres latino-americanas que analisou as formas pelas quais a paz do hemisfério é ameaçada e as atitudes que a mulher deve assumir para resistir à agressão — em todos os planos — contra os

países da região. Decidiu-se, então, criar uma ampla instância continental de coordenação das ações das mulheres, que pudesse promover medidas concretas de resistência à agressão econômica, política, militar. Foram escolhidos vários países (México, Estados Unidos, Nicarágua, Chile, Cuba, Equador, El Salvador, Panamá e Venezuela) para constituir o comitê coordenador da Frente Continental. Neles foram fundadas frentes em nível nacional.

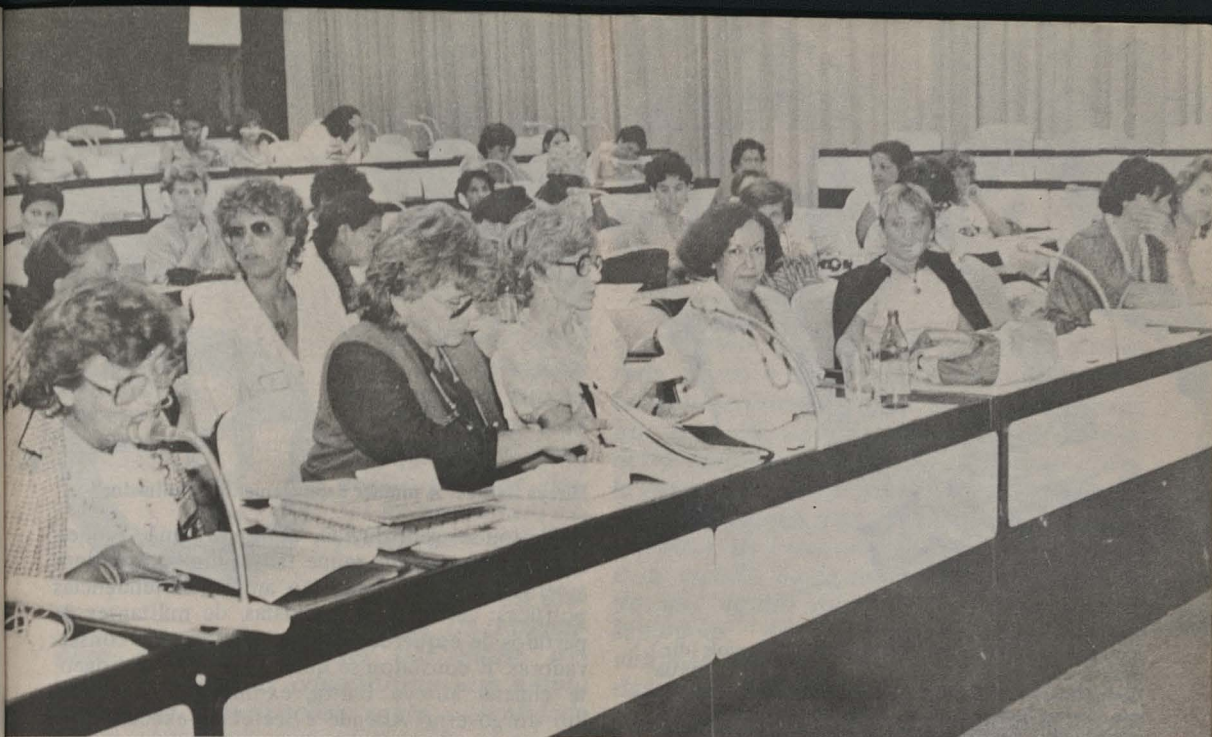
Em agosto do mesmo ano, uma segunda reunião, realizada no México, definiu que a Frente Continental não devia se enquadrar em nenhuma forma pré-estabelecida de trabalho, mas adaptar-se aos estilos organizativos e possibilidades práticas de cada país. "Também foi decidido não discriminar mulher alguma por razões ideológicas, políticas ou religiosas, e abrir a Frente a todas as mulheres que, a partir de diferentes setores ou perspectivas, se opõem à intervenção", explica Doris Tijerino, comandante nicaraguense responsável pelo trabalho de coordenação da Frente Continental de Mulheres.

A abertura do Encontro de Havana contou com a presença do presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros de Cuba, comandante Fidel Castro, da presidente da Federação de Mulheres Cubanas (FMC), Vilma Espín, membro suplente do Birô Político do PC cubano, do ministro da Cultura, Armando Hart, do dirigente Jesús Montane, do PC cubano, da comandante guerrilheira salvadorenha Sonia Aguiñada (comandante "Gália") e da comandante nicaraguense Doris Tijerino.

Na sessão de abertura, a primeira oradora foi Vilma Espín, que definiu o encontro como "uma demonstração a mais da força das mulheres e de seu pujante movimento, que adquire dimensões cada vez maiores". A dirigente cubana justificou a reunião co-



O encontro de Havana cumpriu amplamente as metas de suas organizadoras por sua representatividade e nível dos debates



Delegadas da Argentina, Brasil e Uruguai, presentes aos debates da Comissão de Dívida Externa

mo “uma necessidade de debater com a maior amplitude possível os problemas mais agudos do momento atual”. “Não são acaso as mulheres — perguntou — que sofrem com maior rigor as consequências da crise econômica que afeta violentamente as maiorias desfavorecidas e outras classes sociais dos países da América Latina e do Caribe?”

A coordenadora da Frente Continental de Mulheres, Doris Tijerino, foi a encarregada de uma análise profunda da conjuntura política e econômica internacional, para nela situar o papel das mulheres latino-americanas e do Caribe. Como ela disse, “mesmo quando se realizam mudanças estruturais, nós, mulheres, precisamos eliminar as barreiras ideológicas e culturais que se levantam contra a nossa participação em processos políticos e sociais. A falta de liberdade das mulheres para atuar se deve ao autoritarismo a nível público, nos países do continente que ainda não conseguiram sua libertação nacional ou não consolidaram seu processo de democratização, e se reflete no autoritarismo na família. Como resultado dessa ideologia que mantém a mulher fechada no lar, muitas não têm consciência de sua opressão e não reconhecem, por isso, seu próprio poder e potencial de organização e influência na vida social e política dos Estados. Essa falta de consciência faz com que, em muitos países, haja pouca participação das mulheres nas eleições e leva muitas delas a votarem nos partidos

conservadores e a aderirem às causas mais retrógradas”.

A comandante Tijerino acrescentou que “para obter a paz, a principal estratégia das mulheres deve ser preservar a unidade e opor-se, maciçamente, a que a vida humana continue sendo ditada por medidas de cunho militar. Esse propósito comum a todas as mulheres, sem distinção de classe social, etnia ou cultura, se baseia na adesão aos princípios de respeito aos direitos humanos e de busca da igualdade e democracia em nossas sociedades”.

Os trabalhos

O alto nível político, profissional e intelectual das delegadas, as experiências de vida de muitas delas — ex-presas políticas, ex-sequestradas, dirigentes guerrilheiras e sindicais, parlamentares, jornalistas, artistas, sociólogas e economistas — permitiram um rico debate nas quatro comissões em que se dividiram os trabalhos do encontro.

A Comissão 1, que analisou a situação econômica da mulher e deu ênfase particular ao estudo das consequências da dívida externa na vida de cada país, foi presidida pela dirigente mexicana Efigenia Martínez Navarrete. A comissão 2, sobre a integração da mulher na realidade política do continente, teve na presidência a vereadora uruguaia Amalia Alonso, do Partido Nacional. A Comissão 3, onde foram avaliadas as formas de luta



Rosalina Santa Cruz (esq.) e Margarida Genevois (dir.), duas das delegadas brasileiras, durante os trabalhos da Comissão 2. Rosalina fez uma exposição das violações aos direitos humanos como ex-prisioneira política e irmã de um "desaparecido". Margarida, em nome da delegação, relembrou os anos do regime militar e o trabalho desenvolvido pela Comissão Justiça e Paz

das mulheres, foi presidida pela deputada boliviana Amalia Decker, e a Comissão 4, que discutiu a situação da mulher na cultura, pela socióloga haitiana Susy Castor.

Ao contrário do que se poderia pensar, nem sempre as discussões enfocaram a problemática exclusiva da mulher em cada uma das circunstâncias analisadas e foi possível constatar que as mulheres do continente têm um acúmulo de experiências muito importante, tanto no plano teórico como prático, que reflete seu nível de integração na sociedade.

O comandante Fidel Castro demonstrou um grande interesse em conhecer os testemunhos e pontos de vista das delegadas. Ele acompanhou os trabalhos da Comissão 1 nos dois primeiros dias e, no terceiro, visitou as outras comissões, dialogando sobre os diferentes temas com as representantes dos movimentos, partidos ou entidades representados no encontro.

País por país, foram analisadas as conjunturas políticas, econômicas e sociais, as consequências da crise, a incidência da inflação e do desemprego no nível de vida, a discriminação contra a mulher, a perseguição política, as violações dos direitos humanos, a manipulação dos meios de comunicação, a penetração das transnacionais na economia e na cultura, as respostas populares, a posição dos partidos políticos representados no encontro, os desafios da unidade continental.

38 - terceiro mundo



Mireya Baltra: "A mulher é um elemento aglutinador"

Tratou-se, sem dúvida, de uma reunião pioneira. É a primeira que reúne tantas mulheres latino-americanas e um leque tão amplo de tendências políticas: de cristãs a marxistas, de militantes de partidos de esquerda a dirigentes liberais e conservadoras. E constatou-se que, como dizia a dirigente chilena Mireya Baltra, ex-ministra do Trabalho do governo Allende e secretária-executiva da Frente, "a força da mulher vai-se convertendo num elemento aglutinador, unitário. Mas, não somos uma força à parte, e sim uma força que se soma às mais combativas e organizadas de nossos países..."

O chamado final

O documento final do Encontro de Havana convocou "à luta decidida contra o subdesenvolvimento e a dependência, e pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, que assegure e proteja a vida e o sustento das gerações presentes e futuras"; condenou "a política de força, a agressão militar e o bloqueio econômico contra o povo irmão da Nicarágua"; apoiou "a gestão de paz do Grupo de Contadora"; denunciou "a instalação de bases militares norte-americanas em Honduras"; reconheceu o direito soberano da Argentina sobre as Malvinas"; elogiou os processos de democratização da Argentina, Brasil e Uruguai, e se solidarizou com as mulheres do Paraguai e do Haiti, ainda submetidas a ditaduras — entre outros temas amplamente abordados.

Na cerimônia de encerramento do encontro no anfiteatro do Centro de Convenções de Havana, transmitida em cadeia nacional de rádio e televisão, foram lidos os relatórios dos trabalhos das quatro comissões e o comandante Fidel Castro pronunciou um discurso, muito aplaudido pelas participantes, analisando a incidência da dívida externa no continente latino-americano e convocando uma "greve geral de devedores".

A mulher latino-americana



Seria difícil dizer qual das delegadas presentes ao encontro de Havana teve participação mais destacada, que países apresentaram experiências mais ricas, que circunstâncias foram mais dramáticas. Os testemu-

nhos e as intervenções das quase trezentas delegadas constituíram um amplo painel de informações sobre a realidade latino-americana, as lutas populares, a resistência cultural, as reivindicações econômicas, o custo social e humano da dívida externa e as imposições do Fundo Monetário Internacional. Outros pontos em debate:

a repressão declarada de governos ditatoriais, como o de Pinochet, ou supostamente democráticos, como o da Guatemala, que mantém uma formal separação de poderes embora submeta o Parlamento e viole sistematicamente os direitos humanos.

Constatou-se que, entre as militantes feministas, as lutadoras sociais, as marxistas e as cristãs, havia muito mais em comum do que aquilo que supostamente poderia separá-las. As reivindicações da mulher viram-se enquadradas no amplo contexto das reivindicações dos nossos povos explorados. cadernos do terceiro mundo entrevistou várias delegadas, mostrando o que a mulher faz, pensa, critica e apóia, em cada país.

Estas são algumas das entrevistas, que podem dar uma idéia do que é hoje a mulher latino-americana.

“Nós conquistamos tudo, ninguém nos deu nada de presente”

Comandante “Gália”, 29 anos, dirigente da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Com 15 anos de militância clandestina e de luta armada, filha de uma família de classe média da capital, San Salvador, a comandante (cujo nome verdadeiro é Sonia Aguiñada) explica que “a mulher ocupa cargos de direção na guerrilha salvadorenha não pelo fato de ser mulher ou por uma atitude propagandística da FMLN. Todas as companheiras que hoje têm cargos de responsabilidade se incorporaram há muitos anos e se formaram e desenvolveram suas capacidades no próprio combate”.

“Gália” afirma que em sua organização, o Exército Revolucionário do Povo (ERP), integrante da FMLN, um-terço da direção é formado por mulhe-



Comandante “Gália”: quinze anos de trabalho clandestino

res. Depois de vários anos na luta armada, durante os quais chegou a assumir a chefia militar da zona central do país, uma das mais conflituadas, "Gália" foi sequestrada em 1983 durante 16 dias e depois foi para a prisão. "No ano passado fui trocada, juntamente com outros companheiros, pelo ministro da Defesa. Foi na prisão que senti toda a minha responsabilidade de dirigente. Angustiei-me não saber até quando alguém vai poder aguentar a tortura física e psicológica ou as tentativas de suborno, enfim, todas as manobras que o inimigo utiliza para poder contar com o caudal de informações que temos. Mas, nesses momentos, pensava nos outros companheiros que já tinham passado por essa experiência e tinham tido um comportamento exemplar. Tudo isso dá forças".

Sobre a incorporação da mulher à luta em El Salvador, ela afirma: "Ninguém deu nada de presente à mulher salvadorenha. Seu desenvolvimento foi conquistado passo a passo, nesses duros

anos de combate. Atualmente, a mulher é ouvida e existe uma grande receptividade a seus pontos de vista. Pode-se afirmar que, através da guerra, temos conquistado a igualdade, embora ainda subsistam muitas das características machistas".

Ao analisar a situação da mulher salvadorenha uma vez terminada a guerra, a comandante "Gália" fez a seguinte reflexão: "Com a vitória revolucionária, deve haver uma certa desmobilização, uma volta da mulher às suas tarefas habituais. Mas isso, em grande parte, vai depender de qual tenha sido o grau de sua participação na luta, além de ser também um problema das organizações revolucionárias. Seguramente, isso não acontecerá com nossa organização, pois já estamos criando os mecanismos para evitar esse problema: estamos conscientes de que, para o futuro de nosso país e de nossa revolução, a presença da mulher é determinante, como tem sido até agora".

"Foram oito horas que me pareceram intermináveis"

María Hernández, salvadorenha, dirigente do Comitê de Mães e Familiares de Desaparecidos e Assassinados Políticos

"O Comitê de Mães e Familiares foi constituído em 1978 e, desde então, desenvolveu uma série de atividades de denúncia e solidariedade. O grupo conta com cerca de 500 mulheres, oriundas dos setores operários, camponeses, profissionais e estudantes do país, que trabalham, sistematicamente, nas tarefas relacionadas ao atendimento às crianças órfãs, partilha de víveres, visita aos presos, organização de atos etc. Já realizamos mobilizações às quais compareceram mais de quatro mil mulheres. Ao mesmo tempo, mantivemos contato com várias organizações de mulheres progressistas e de igrejas protestantes.

"A igreja católica foi quem deu o primeiro impulso para nos organizarmos. Foi quando o nosso pastor, monsenhor Oscar Romero, ainda vivia. Depois de sua morte, o apoio diminuiu sensivelmente. No meu entender, o atual bispo, monsenhor Rivera y Damas, tem medo e, por isso, nos negou seu respaldo. Em 1980, quando nossa sede foi destruída num atentado, o monsenhor Rivera permitiu que funcionássemos numa sala do arcebispo, até que, com medo das pressões da oligarquia e das ameaças de quadrilhas paramilitares, fechou-nos as portas e nos proibiu a entrada. Tivemos que nos reunir nos morros, embaixo das árvores, e colher os depoimentos em qualquer lugar:



María Hernández: "Nós continuamos trabalhando"

num bar, no mercado, dentro de um automóvel. De todas as maneiras, continuamos trabalhando."

Um dos milhares de casos...

"O meu é um dos milhares de casos que acontecem diariamente em El Salvador e que atacam a integridade da família, especialmente, a mulher. Em 1978, a Guarda Nacional sequestrou meu filho, que tinha então 13 anos. Isso me levou a vincular-me ao comitê de familiares, que, com o apoio de monsenhor Romero, iniciou uma campanha para conseguir sua liberdade. Em pouco tempo, o

monsenhor Romero soube que meu filho estava na prisão de La Libertad, destinada aos delinquentes comuns. Dois meses depois, ele me foi entregue com o corpo todo marcado pela tortura: tinha cicatrizes de cordas, choques elétricos, queimaduras.

"A partir daí, continuei trabalhando no grupo de familiares, a fim de denunciar a situação de centenas de mulheres com filhos ou maridos desaparecidos. Em 1980, desapareceu minha filha mais velha, que trabalhava numa fábrica e militava no sindicato. Poucos dias depois, ela foi solta numa estrada, também com sinais de que tinha sido barbaramente torturada. Seu marido, com quem estava casada fazia três meses, foi assassinado. Em setembro de 1981, sequestraram meus dois irmãos, um de 17 e o outro de 19 anos, cujos corpos apareceram pouco tempo depois, esquartejados e enterrados em diferentes regiões do país. Minha mãe e minha outra irmã tiveram que abandonar a casa devido às ameaças de morte. Desde então, nunca mais voltei a vê-las nem tive notícias do seu destino.

"Em outubro do mesmo ano, minha casa foi

invadida por 20 homens vestidos à paisana, que nos acusavam de esconder armas. Fecharam meu marido num quarto, onde foi surrado permanentemente por quatro homens. O mesmo fizeram com meus três filhinhos. Depois de golpeá-los com a culatra das armas, um dos invasores pegou minha filha mais velha, enquanto me dizia que ela era bonita e que já estava em idade de lhes servir. Rasgou-lhe a roupa e outro invasor roçou o pênis no seu rosto, tentando estuprá-la. Num determinado momento, a menina se soltou e fugiu para a rua. Isso os deixou enfurecidos comigo e eles decidiram me torturar e violentar durante umas oito horas, que me pareceram intermináveis, durante as quais, inclusive, introduziram uma metralhadora na minha vagina.

"No final, quando me arrastaram à rua, a fim de me levar num carro, já se tinham juntado muitos vizinhos ao redor do automóvel. A presença de tantas testemunhas fez com que eles optassem por me deixar ali, embora me advertissem que voltariam para me buscar. Por causa disso, tivemos que ir para a montanha, onde passamos muito tempo fugindo da morte."

"Quero viver para ver meu povo livre"

Carmen Rodríguez, dirigente dos bairros populares de Bogotá, Colômbia.

"Eu trabalhava em uma fábrica de confecções, operando uma das máquinas, e minha preocupação fundamental era o lar, sem interessar-me por nada do que se passava no mundo. Nessa época, também era uma fanática religiosa que vivia em absoluto obscurantismo. Quando consegui sair de tudo isso e me dei conta do que estava acontecendo no mundo, do que significou a revolução colombiana de 1810 ou a revolução cubana, achei que eu era uma pessoa que tinha qualidades e que tinha a obrigação de superar-me.

"Ao mesmo tempo, me preocupei em integrar-me às pessoas da minha classe, aos operários, aos meus vizinhos, aos indígenas que vivem em Bogotá, aos camponeses. Isso me deu uma grande satisfação. Já não me sentia mais isolada e comecei a considerar os demais como parte da minha família.

"Antes, vivia angustiada pelos problemas econômicos, pelo trabalho, pela opressão do meu marido, situações em que muitas vezes se deseja a morte. Porém, depois que tomei consciência de tudo isso, me deu muita vontade de viver e de trabalhar pelos demais. Aos 65 anos, posso dizer que não quero morrer, ao contrário, gostaria de viver para ver o meu povo livre da exploração e com seus ideais realizados.



Dona Carmen: "Perdi o complexo de não saber falar"

"Meu trabalho nos bairros populares começou por causa de um fato muito concreto: há muitos anos, o governo quis construir uma grande avenida que passava pelo meu bairro, e que exigia a remoção de muitíssimas famílias pobres e a desintegração da nossa comunidade. Ao mesmo tempo, significava um ótimo negócio para os ricos e as grandes empresas construtoras. Começamos a organizar os vizinhos e nasceu um movimento que, durante os três anos de mobilização, conseguiu congregiar as famílias de 150 bairros populares. Essa luta me permitiu conhecer muita gente importante a quem

tive que dirigir-me para dar-lhes conhecimento da nossa posição.

"Dessa forma, fui perdendo o complexo de não saber falar ou de não ter um vestido bonito para apresentar-me em uma entrevista, traumas muito comuns em mulheres da minha classe. Conseguimos o que queríamos e desde então continuei falando sem nenhum tipo de complexo, reclamando contra as injustiças que as pessoas dos bairros mais pobres e de todos os setores populares sofrem. Fui a muitas regiões do país para conhecer os problemas de meu povo, contar-lhes minha experiência e integrar-me no trabalho concreto. Principalmente para trabalhar, porque o povo está cansado de ouvir tanta teoria, está cansado dos intelectuais que em uma noite tomam o poder e não são capazes de integrar-se a um trabalho concreto. E há

muita coisa para fazer."

"Eu não quis militar em nenhum partido político. Considero que os partidos foram criados para ganhar as eleições e, na minha opinião, as eleições na Colômbia sempre foram um embuste. Quando eu era menina, os patrões da fábrica em que meu pai trabalhava o obrigavam a votar no candidato que eles apoiavam. Essas coisas continuam acontecendo e os partidos continuam se aproveitando da ignorância do povo, fazendo promessas que nunca cumprem. Os políticos chegam ao poder e se esquecem do povo que os elegeu. Por isso, creio que o fundamental é elevar a consciência política do povo. Por outro lado, há muitos grupos e pequenas associações de políticos que quando chegam até o camponês ou às reuniões dos bairros, não nos deixam falar e terminam brigando entre si." ●

O "grãozinho de areia" dos cristãos

Nelly Herrera, equatoriana, dirigente do Comitê Cristão de Solidariedade de Quito.

"A nível das comunidades cristãs, nos reunimos em assembléias com as massas e tomamos consciência da realidade que vivem nossos países quando desenvolvemos a solidariedade com El Salvador e Nicarágua. Não nos acostumamos nem nos resignamos à morte, à agressão e à fome a que a política dos Estados Unidos submete o nosso povo.

"A maioria daqueles que assumem um papel de liderança nas comunidades são mulheres, e em nossas bases quase todas são diaristas. As comunidades fazem denúncias e tornam conhecidos os resultados positivos das organizações populares. Isso é anunciado por meio de ações religiosas, como uma procissão, uma missa etc.

"Eu pertenço a uma família extremamente po-

Nelly Herrera: "Redescobri o sentido da fé"



bre. Na minha infância, vivíamos daquilo que no Equador se chama *partir*, quer dizer, usar um terreno para plantar e dividir o que se produz com o patrão. Minha mãe estava anêmica e meu pai também. Lembro que minha mãe chegou a roubar 'lavagem', que é a comida que se dá aos porcos, para não nos ver morrer de fome. Eramos cinco filhos naquele momento. Depois vieram mais dois.

"Nós fomos para as ilhas Galápagos quando meu pai soube que ali havia terra. Nunca quis emigrar só e deixar a sua família para trás... Realmente, era como um paraíso, havia terra para que todos trabalhássemos. Em pouco tempo, meu pai se endividou para comprar um rádio de três frequências. Era nosso único contato com o mundo. Minha mãe escutava sermões e meu pai gostava de ouvir uma voz, que sempre falava dos pobres, e que depois soubemos que era a voz de Fidel Castro. Era mais ou menos em 1962 ou 1963.

"Meu pai o ouvia e dizia, 'esse homem fala por nós'. O rádio a essa altura já tinha uma marca vermelha que meu pai havia feito, onde se escutava a rádio Havana. Pouco depois, meu pai morreu de câncer. Eu comecei a trabalhar como empregada doméstica. E a patroa me levou com ela para o continente. Em Guayaquil, eu cuidava do seu filho. Matriculou-me de noite em um curso de corte e costura.

"Quando completei 14 anos, um garoto da família tentou violentar-me. Mamãe sempre me dizia que se um homem quisesse me fazer filhos, eu devia resistir. Fugi de casa e uma amiga me ajudou. Depois fui morar com a minha avó, que era indígena, e de noite rezava para sentir-me forte. Um dia disse à minha avó que desejava tornar-me freira. Eu nem sabia o que era isso, mas intuía que podia melhorar a minha vida, ajudar os meus irmãos. Ela me levou para um convento e me aceitaram, mas

antes, disseram, eu tinha que cursar o ciclo básico. Era uma casa muito luxuosa. Pareceu-me estranho que, enquanto Jesus falava dos pobres, as freiras vissem com tantas comodidades.

"Eu continuava sem entender como elas podiam falar com Deus dentro de toda essa comodidade. Eu estava acostumada a falar com Deus nas minhas necessidades. Nessa época, vinculei-me a grupos juvenis da paróquia e a comunidades de base. Redescobri o sentido da fé. E comecei a perguntar-me que sentido tinha tornar-me freira. Para dar aulas aos filhos dos ricos? Eu queria ajudar os pobres. E expliquei isso à madre superiora, Soledad. Mas ela me disse que eu tinha que me adaptar às diretrizes de trabalho delas. Quando falei com a irmã Isabel, foi diferente. Era a professora das noviças e me explicou que os votos de pobreza significavam dividir tudo com os pobres e correr os mesmos riscos que eles. Também me explicou que o voto de castidade não era somente não ter relações sexuais, mas implicava uma entrega completa ao cumprimento da vontade de Deus, que não é o conformismo mas a libertação. E que o voto de

obediência era a capacidade de ouvir o que o povo nos pede, seus interesses, seus sentimentos. Que obedecer ao chamado de Deus e dos profetas é ajudar a construir uma nova sociedade.

"Ela ia me explicando tudo isso numa linguagem muito mística. Explicou-me também que a obediência não se deve somente aos superiores e ao papa, mas fundamentalmente respeitar a verdadeira mensagem de Deus.

"Eu acabei saindo do convento. De todas as noviças só duas puseram o hábito. A irmã Isabel Ceballos também acabou saindo. Várias das melhores freiras também. Não sabiam mais como ser coerentes com suas idéias dentro do convento.

"E aí começamos o trabalho nas comunidades cristãs. É um trabalho pequeno, um grão de areia, muito pouco em relação à tarefa gigantesca que temos que realizar. Mas os cristãos de El Salvador, da Nicarágua, nos ajudaram muito com o seu testemunho. Também aprendemos com teólogos como Leonardo Boff, ou os do Dei. Todos eles nos permitiram compreender melhor a situação de nossos povos."

"Defendemos nossos interesses até com dinamite"

Lucila Mejía de Morales, 36 anos, dirigente da Confederação Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia.

"Meu trabalho sindical e político começou em 1977, sob a presidência de Bánzer. Naquele momento, meu marido e eu fomos perseguidos pelas forças militares, porque meu companheiro era dirigente de nossa comunidade. Foi por essa época que tomei consciência da terrível situação em que vive o povo boliviano, de sua pobreza e do seu analfabetismo. Como eu tinha o privilégio de saber ler e escrever em espanhol, comecei um trabalho de alfabetização entre minhas companheiras do altiplano.

"Minha língua materna é o *aymara*, embora, devido ao meu trabalho, também fale o espanhol e o *quechua*. A primeira atividade de nossa organização sindical foi a participação na comemoração do aniversário de um líder camponês *aymara*, à qual comparecemos com um grupo de mulheres, cantando e recitando poemas indígenas. Foi aí que nos tornamos conhecidas como organização. Em 1978, realizamos um encontro com representantes camponesas de todo o departamento (estado). No ano seguinte, fracassamos na tentativa de organizar a federação de camponesas devido à situação econômica e política sob o governo de Lidia Gueiler e, a seguir, com o



Lucila Mejía: "Eu tinha o privilégio de saber escrever"

golpe de Natush Bush. A 11 de janeiro de 1980, pudemos, por fim, fundar nossa organização nacional, que, aos seis meses de vida legal, passou à clandestinidade, com o golpe de García Meza. Desde então, trabalhamos junto com as outras organizações populares, desempenhando diversas tarefas de conscientização e luta. Na clandestinidade, por exemplo, servíamos de correio e ajudávamos na comunicação entre as regiões mais distantes do país.

"Meu trabalho está ligado à tarefa de conscientização, à colocação e discussão dos problemas mais urgentes da mulher boliviana. Falamos de saúde, dos preços de venda de nossos produtos, de como enfrentar a escassez de alimentos,

organizamos cooperativas camponesas, etc. Essa tarefa de conscientização se dirige principalmente à mulher, porque entendemos que ela é o eixo do lar, em torno do qual deve-se formar o socialismo que desejamos para nosso país."

"Conciliar as duas coisas significou um grande problema para mim, porque, quando fui nomeada dirigente da organização, tive que me mudar para a cidade com meus três filhos, enquanto meu marido ficava trabalhando no campo. De segunda a sexta, trabalho em La Paz e nos fins-de-semana vou ajudar meu marido. Ele também trabalha como professor, mas ganha uma miséria. Imagine só que seu salário é de 6.500 pesos e apenas um par de sapatos custa 5.200.

"Nós fazemos parte da Central Operária Boliviana (COB) e sempre trabalhamos nela em estreita colaboração com o restante das organiza-

ções, especialmente com as companheiras mineiras.

"Em 1983, realizamos nosso segundo congresso, do qual participaram três mil camponesas de todas as regiões da Bolívia. Nesse congresso, foram eleitas duas representantes de cada departamento para que se responsabilizassem pela tarefa de formação e conscientização em suas respectivas localidades.

"Minha presença neste encontro deve-se, fundamentalmente, à necessidade de estreitar os vínculos com as organizações que trabalham no resto da América Latina e, ao mesmo tempo, de divulgar nossa organização e a problemática da camponesa boliviana. Participei da comissão que tratou das formas de luta, quando expus de que maneira nossas camponesas tiveram que utilizar estilingues, pedras, dinamite e gasolina engarrafada para defenderem seus interesses."

A participação da delegação brasileira

□ A delegação brasileira presente ao encontro de Havana teve uma participação destacada. Em todas as comissões, houve intervenções, depoimentos e palestras das diferentes delegadas. A deputada federal Irma Rossetto Passoni (PT - São Paulo), foi escolhida para ocupar a vice-presidência da Comissão 2, que estudou os problemas políticos do continente e a participação da mulher nesse campo. Nessa comissão também trabalharam Marta Suplicy, com vários livros publicados sobre sexologia, Margarida Bulhões Genevois (representante da Comissão Justiça e Paz de São Paulo), Rosalina Santa Cruz Leite (ex-prisioneira política), a cientista política mineira Angela Duffles Teixeira e a dirigente do PMDB do interior paulista Maria Terezinha Carrara. Na comissão que estudou o problema da dívida externa tiveram uma atuação destacada as três delegadas brasileiras, Eleieth Saffioti - socióloga cuja tese de doutorado acabou se tornando um livro de consulta obrigatória ("A mulher e a sociedade de classes") -, Vânia Bambirra, também socióloga e dirigente do PDT, e a jornalista Luzia Rodriguez. Na Comissão 3, que estudou os métodos de luta das mulheres, participaram a deputada estadual Lúcia Arruda (PT - Rio de Janeiro), a advogada Comba Marques Porto, também do Rio, e as delegadas paulistas Elza Chaim Rezk, Mariana Lopes Maranhão e a socióloga Josina Godoy, radicada em Brasília. Na Comissão 4, que estudou a mulher na cultura e nos meios de comunicação, estiveram as delegadas Rose Nogueira,



Eleieth Saffioti:
"O Encontro nos deu uma visão do que a mulher pode realizar"

da TV Globo, editora do programa "TV Mulher", uma das editoras do jornal "Mulherio", Ethel Leon, e a nossa editora, Beatriz Bissio.

Eleieth Saffioti conversou com *cadernos* sobre as suas impressões do encontro. Eis alguns dos seus comentários:

"Eu penso que esta reunião teve uma importância extremamente grande na medida em que conseguiu reunir delegadas de 27 países da América Latina e do Caribe. Ao que me consta, nunca ninguém conseguiu reunir tamanho contingente feminino para discutir problemas tão importantes da atualidade latino-americana.

"Por outro lado, penso que o fato de Cuba ter sido anfitriã desse encontro mostra toda uma visão do que a mulher pode realizar. A mulher, que é muito subestimada em outros países, encontra em Cuba um apoio. E isso ocorre porque neste país ficou demonstrado que as mulheres quando se propõem a fazer alguma coisa e lutam coletivamente para atingir uma meta, conseguem atingi-la. Disso há muitos exemplos e temos alguns no próprio Brasil, como o movimento feminino pela anistia. Eu me lembro que durante alguns tempos essas mulheres eram consideradas 'loucas'. Porém, conseguiram o seu objetivo."

Os "Clubes de Mães"

Donas-de-casa dos bairros da periferia da capital paulista se reúnem para encaminhar suas reivindicações



tura precária (quanto à luz, esgoto, asfalto, transporte coletivo, postos de saúde, escolas e creches).

A luta permanente desses moradores é de tentar tornar seus locais de moradia mais habitáveis e para isso se organizam de diferentes formas para reivindicar os serviços básicos.

A presença e o papel da mulher nesse tipo de movimento tem sido muito alta, principalmente nos grandes períodos reivindicativos, como nas décadas de 60 e 70, gerando, inclusive, em algumas dessas regiões movimentos muito abrangentes como foram o "Movimento do Custo de Vida" e o

A cidade de São Paulo atingiu, no dia 23 de março de 1985, segundo estimativas dos órgãos estatísticos, 10 milhões de habitantes. Uma grande parte dessa população vive nos chamados bairros da periferia, em terras pouco valorizadas e com infra-estrutura

"Movimento contra a Carestia" na década de 70, ou mais circunscritos e de maior duração como os "Movimentos de Creche" ou de Saúde.

Clubes de mães e grupos de mulheres

"Clubes de Mães" e "Grupos de Mulheres", no município de São Paulo, são organizações que reúnem, fundamentalmente, donas-de-casa de "tempo integral" que realizam atividades variadas: trabalhos manuais, discussões sobre o bairro e o encaminhamento de reivindicações e lutas. Nos clubes e grupos ligados à igreja, também se dedicam à reflexão das situações do dia-a-dia em função da fé e da evangelização.

Esses clubes e grupos existem há vários anos, mas a maior parte deles surgiu na década de 70. Nasceram e se formaram ligados a outras entidades. Muitos têm origem nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Outros estão ligados à Legião Brasileira de Assistência (LBA), um órgão federal. Existem ainda aqueles que estão vinculados às associações de moradores e amigos de bairros, a partidos políticos e outras organizações. Poucos clubes ou grupos são autônomos.

Márcia Lourenço



Os "clubes de Mães" reúnem fundamentalmente donas-de-casa

A pesquisa da Rede Mulher

Um grupo de profissionais, reunidas na Rede Mulher (ver Quadro) empreendeu um trabalho de pesquisa-avaliação sobre os clubes de mães e grupos de mulheres de São Paulo.

Foi uma pesquisa onde houve a participação ativa das mulheres envolvidas e a utilização direta da informação fornecida pelas pesquisadas. Também se procurou criar vínculos de confiança e amizade, o que foi um fator essencial no desenvolvimento do trabalho.

Verbalizar sua história pessoal, a história de sua participação e de sua organização, constituiu, para várias mulheres, um processo de auto-consciência. "Eu não sou mais a mesma de quando começou a pesquisa — diz uma das participantes — agora compreendo muito mais coisas que antes". E muitas confessam: "Antes não havia parado para pensar em tudo o que a gente já fez".

Segundo a coordenadora da Rede Mulher, Moema Viezzer, "o intercâmbio e a troca de informações foi uma constante durante todo o projeto e permitiu que experiências diferentes fossem discu-

tidas e que, mutuamente, aprendêssemos muito". Foi um processo de comunicação com as participantes, onde, principalmente, as mulheres se sentiram capazes de transmitir o que sabem a outras que não participam do movimento. Uma das participantes da Zona Leste afirmou: "Eu antes entendia tudo, mas se tivesse que explicar pra outra eu não sabia. Agora é diferente, eu já sei explicar".

(Beatriz Cannabrava*)

* A autora pertence ao grupo de pesquisadoras da Rede Mulher.

REDE MULHER

Moema Viezzer, socióloga e educadora, internacionalmente conhecida por seus trabalhos com mulheres na América Latina, principalmente por "Se me deixam falar... — um Depoimento de Domitila, uma mulher das minas de Bolívia", já traduzido para 14 idiomas e passando por seus trabalhos na República Dominicana e Haiti, é a fundadora e coordenadora da Rede Mulher.

"A idéia da Rede surgiu no sentido de criar um instrumento a serviço da articulação do Movimento Popular de Mulheres no Brasil, atuando nas áreas de pesquisa-participante, educação e comunicação popular entre mulheres, fundamentalmente com grupos dos setores populares das grandes cidades e também com mulheres da área rural.

"Por que Rede? Porque não pretendemos ser uma grande instituição, mas sim uma pequena equipe técnica que trabalha coordenada com grupos de mulheres organizadas, proporcionando esse tipo de intercâmbio que faz com que se vá estendendo uma verdadeira rede entre as mulheres dos setores populares.

"A proposta básica da Rede é a de Comunicação Popular entre Mulheres. Entretanto, essa comunicação participante traz sempre implícito um processo de pesquisa que evolui para a educação popular, na busca de alternativas de mudança, com vistas a uma sociedade justa. Isso só será possível realizar com relações igualitárias também entre homens e mulheres.

"A Rede Mulher foi criada em 1983, e nesse curto espaço de tempo já desenvolvemos dois projetos: um, com mulheres trabalhadoras de cinco categorias profissionais da cidade de São Paulo, estudando a relação entre os problemas da mulher trabalhadora e as possibilidades e limitações da organização sindical. O outro é o projeto-

Márcia Lourenço



Moema Viezzer num curso de treinamento

avaliação com clubes de mães e grupos de mulheres.

"Também temos dado assessorias curtas a grupos de mulheres de vários estados do país. Essas assessorias também obedecem a um processo participativo. São preparadas com antecedência, através de contatos, por correspondência ou outro meio, com os grupos interessados que preparam um trabalho sobre a problemática que querem discutir. Nos três ou quatro dias que passamos juntas, coordenamos oficinas de trabalho que versem sobre os temas já estudados anteriormente e projetamos uma reprogramação a curto e médio prazo. Esse tipo de trabalho já foi feito com grupos de mulheres do Maranhão, do Araguaia e de Vitória do Espírito Santo.

"A Rede Mulher conta atualmente com uma equipe técnica de seis profissionais e desenvolve seus projetos com a participação dos grupos de mulheres envolvidos em cada projeto. Dependendo do tipo de projeto, a Rede Mulher se articula com outros grupos com propostas similares.

"A Rede Mulher faz parte, também, da Rede Continental de Mulheres do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (Ceaal), através do seu Programa de Capacitação de Mulheres."

Mães da Praça de Maio

Mulheres que foram chamadas de "loucas" demonstram o que é possível fazer com imaginação, coragem e tenacidade



Muitos anos se passaram desde que Evita Perón — símbolo feminino da década de 40 — obteve o direito de voto para as mulheres na Argentina e no entanto a representação feminina em cargos governamentais é ainda praticamente nula.

No entanto a realidade social é bem diferente. Existem mais mulheres do que homens: a proporção é 100 para 97. Mas isso não é tudo. O julgamento dos novos comandantes-em-chefe das forças armadas revelou tudo o que as mulheres padeceram e fizeram durante os "anos de chumbo". As torturas e maus tratos a que foram sujeitas são hoje uma página importante da história da resistência à ditadura militar.

Hoje, a Argentina tem um novo símbolo feminino: Hebe Pastor de Bonafini, mãe de dois desaparecidos políticos e presidente das Mães da Praça de

Maio. Elas não aceitam acordos políticos. Por isso, seu caminho sempre margeia o abismo do isolamento. Não parecem temê-lo e, a 22 de abril passado, cerca de 100 mil pessoas as acompanharam em apoio ao julgamento que começou naquela tarde na Câmara Federal.

Elas se opõem à decisão do presidente Alfonsín de que seja a Justiça Militar quem processe os acusados por violações aos direitos humanos. "Aparecimento com vida", "Com vida os levaram, com vida os queremos", "Castigo aos culpados", são algumas das palavras-de-ordem mais repetidas.

"Continuar sendo o que sou"

"Quem era Hebe Bonafini antes das Mães da Praça de Maio?", perguntamos na entrevista que ela concedeu a cadernos do terceiro mundo.

— Uma mulher muito caseira. E procuro continuar sendo o que sou. É o que é mais difícil conseguir. Não quero que as coisas me mudem. Todas as noites, antes de dormir, penso que no dia seguinte tenho que varrer o pátio e fazer as compras, como todas as mulheres fazem.

Você trabalhava?

— Na oficina mecânica de meu marido.

E antes?

— Quando solteira tecia pequenos ponchos para vender em Córdoba. Apreendi a usar o tear e criei um desenho. Era uma novidade e ficou muito bonito. Levei-o a uma loja de La Plata e eles gostaram. Foi você quem fez?, me perguntaram. Eu era uma menina. Disseram-me que podiam ser muito bem vendidos em Córdoba e me encomendaram tantos que tive que comprar mais teares. Depois nos casamos, e ajudei a construir a nossa casinha. Sempre trabalhei, mas em casa.



Hebe Bonafini (à dir.): depois de Evita, o novo símbolo feminino

Você estudou?

— Não pude estudar. O reitor da Universidade de El Salvador (é uma universidade privada católica de Buenos Aires) não me deixou falar em um ato porque disse que não tenho nível acadêmico. É verdade. Eu tive que abrir mão de estudar para que meu marido pudesse fazê-lo. Em todos os lugares do mundo para onde vou, me pedem honestidade e moral, não nível acadêmico.

Teve dois filhos.

— Sim. Jorge e Raul. Mas além disso levei outras crianças para viver em minha casa e na época dos partos amamenteei outras crianças além das minhas. Há um rapaz que conta que eu o amamenteei e em seu trabalho não acreditam. Sempre me diz que um dia tenho que ir lá com ele para que se convençam.

“A mulher continuou subjugada”

Houve alguma evolução na sociedade argentina e na participação da mulher, não?

— No século passado as mulheres que tinham mais coragem bordavam bandeiras e doavam as suas jóias para a Independência. Isso era fácil. Além disso, eram poucas. A mulher continuou subjugada, realizando todo tipo de trabalho pesado, sem reconhecimento. Não podia atuar em política, não podia ser médica, não podia ser engenheira. Até que foi tomando consciência de que tinha os mesmos direitos. O peronismo lhe deu o voto e a participação política, que a pegou de surpresa e despreparada. Estava começando a despertar para a sua nova realidade, a lutar pelas suas reivindicações necessárias, quando foi surpreendida pela repressão brutal dos últimos anos, que a confinou em casa, sem participar nem fazer nada.

Não todas

— Fomos um grupo de mulheres que começou a atuar, não por consciência, mas como resultado da repressão e da falta de justiça.

Quando sequestraram os seus filhos?

— Jorge Omar, a 8 de fevereiro de 1977; Raul, a 6 de dezembro de 1977 e a mulher de Jorge, María Elena Bugnone, a 25 de maio de 1978.

Como reagiu?

— Meu irmão estava morrendo. Isso era a pior coisa que me havia acontecido até então. Uma madrugada tocou o telefone e me avisaram que haviam levado Jorge. Gritei e gritei. Era um vazio terrível, impossível de descrever, eu não entendia nada. Raul disse que tínhamos que apresentar um recurso de habeas-corpus. Não sabíamos o que era.

48 - terceiro mundo

Nós o escrevemos em um papel de embrulho, um sábado, debaixo da chuva.

O que aconteceu então?

— Oito dias depois meu irmão morreu. Eu ia e vinha, fazia mil trâmites, não chorava. Percorria delegacias, quartéis, casas da cidade de La Plata onde se dizia que havia sequestrados. E nada. Em junho minha sogra adoeceu. Até que apareceu um colega da escola primária, detido por roubar um relógio, que havia estado com Jorge na quinta delegacia.

Foi a primeira notícia.

— Contou-me as condições sub-humanas em que o mantinham, as torturas, a comida que eram restos e que atiravam no poço onde faziam as suas necessidades. Aí tomei consciência, pela primeira vez, de que ele podia não aparecer. Até esse momento só pensava em fazer gestões esperando encontrá-lo de um dia para o outro. Mas então me enchi de forças, não havia um minuto a perder. (Não perdeu um minuto desde então. A história das Mães da Praça de Maio é conhecida em todo o mundo. Não vamos repeti-la aqui.)

“Nunca escondemos nada”

Que influência acredita que as Mães da Praça de Maio tiveram na sociedade argentina?

— Mostramos que se pode lutar, de forma não-violenta (deixo claro que não somos pacifistas), contra a pior das ditaduras, arrebatando-lhe pequenos espaços a cada dia. Que a luta pela liberdade, a justiça e a vida está acima de ideologias, de religião, de raça. Com o tempo, a verdade se impõe, com moral e com dignidade. Nunca mentimos. Nunca escondemos nada. Tudo pode ser contado a todo mundo. Muitos deveriam aprender isso. Isso nos dá muitos direitos. Somos protagonistas dos fatos que provocamos.

Você é contra o feminismo?

— Não, em absoluto. Mas essa não é uma luta que me atraia. Creio na luta ao lado do homem, sou amante da família, do casal, da casa. Amo o ser humano. Temos que trabalhar ao lado do homem. Para ter o lugar que nos corresponde devemos ganhá-lo com nosso esforço. O mundo anda do jeito que está porque foi dominado pelo homem. As mulheres, nós que damos a vida, não queremos as armas nem as guerras. Há os que se queixam da pornografia. Pornográficos são os corpos crivados de balas, não os corpos nus. Que nos deixem governar um pouco, nós as mulheres do povo, as que sofremos, e o mundo andaria melhor. (Horacio Verbitsky)

“Não temos o direito de baixar a cabeça”

No encontro de Havana, as mães e avós da Praça de Maio foram representadas por Mirtha Acuña de Baravalle, secretária das avós. Seus testemunhos e intervenções tiveram uma ampla repercussão, por sua dramaticidade e pelas implicações de tudo o que se refere aos sequestros e assassinatos de crianças na Argentina.

No caso dessa avó, a repressão não só lhe tirou sua filha, genro e neto, como também seu marido: ele morreu pouco depois, como consequência do desespero pelo sequestro da filha.

— “Para um homem é muito mais difícil aceitar uma situação como essa, em que a gente se sente impotente” — disse-nos a sra. Baravalle. E continuou: “Eu o perdi em 15 minutos. Vi quando se sentiu mal e lhe disse que devia fazer um *check-up*. — ‘Acha que não sei que estou morrendo de melancolia?’, respondeu e foi a última coisa que disse. Só muito tempo depois soube que, sem me dizer nada, ele ia à casa de minhas irmãs para dar vazão à tristeza e batia a cabeça contra a parede com o desespero que sentia por não poder fazer nada pela filha.

— “Uma das coisas mais terríveis é acostumar-se com a solidão. Antes, em casa, aos domingos, nunca éramos menos de 11 pessoas. Eu tinha quatro filhos. Depois que sequestraram minha filha, os outros três tiveram que sair do país. Agora, estou sozinha, mas não temos o direito de baixar a cabeça. Há tantos casos iguais. Por isso, junto minhas forças e continuo...”

“Entraram atirando”

A avó nos contou ainda como foi o sequestro da filha e do genro: — “Por volta das 2h da madrugada de 27 de agosto de 1976, minha casa foi assaltada por um grupo de homens armados, que entraram pelos fundos e pelo terraço. As pessoas do bairro ainda se lembram com horror dessa noite. Nessa mesma operação, sequestraram um jovem vizinho que, depois de três dias, apareceu estirado numa estrada. Em casa, estávamos minha filha, meu genro, meu irmão e eu. Nessa época, meu marido trabalhava de noite”.

— “Depois, soubemos que participaram dessa operação caminhões do exército e que alguns dos



Mirtha Acuña: “Aprendemos o que é solidariedade”

homens que montavam guarda usavam uniformes de campanha. Entraram na casa atirando, arrombando portas e revirando coisas. Levaram minha filha, que estava no quinto mês de gravidez, e seu marido.

— “Através dessas informações que nunca sabíamos de onde vinham, soube algum tempo depois que minha filha havia dado à luz numa cela, a 12 de janeiro de 1977, data que coincidia com a que eu havia calculado. Por essa razão, me integrei ao grupo de ‘Avós da Praça de Maio’, no qual trabalho desde então, tentando localizar meu neto.

— “Nossos filhos lutaram por um ideal” — acrescentou a sra. Baravalle —, “trabalharam juntos para alcançá-lo e hoje estão desaparecidos. Nós procuramos seguir esse exemplo. Atuando em grupo, aprendemos a deixar de lado nossos ressentimentos, a não ser indiferentes à vida cotidiana dos demais, aprendemos o que é a união e a solidariedade. Individualmente, jamais teríamos localizado as 28 crianças que já encontramos.”

“Agora, a liberdade”

— “Nosso trabalho foi muito objetivo. Tivemos que procurar nossos netos em lugares muito específicos, percorrendo orfanatos e creches, tentando descobrir alguma informação que nos aproximasse da criança. Ao mesmo tempo, procurávamos nossos filhos e cada criança que encontrávamos significava uma pista de seus pais.

“Em alguns casos, as crianças apresentam problemas, mas, pouco a pouco, na medida em que se integram numa nova vida, vão mudando e reagem como crianças libertadas de uma opressão muito grande. Lembro o caso de um menino de 10 anos que, quando foi encontrado, veio com sua tia à nossa sede. Nossa secretária lhe fez algumas perguntas, a fim de preencher uma ficha. E, em dado momento, quando ela lhe perguntou o que estava fazendo, o menino pensou e respondeu: — ‘Coloca aí que agora vou para a liberdade’.”

Lutar e produzir

Uma década depois de conquistada a independência, a mulher angolana se integra ativamente à produção



“Lutando junto com os homens pela libertação da pátria do jugo colonial, as mulheres angolanas deram os primeiros passos para a sua própria emancipação”, afirma uma das resoluções do 1º Congresso da Organização das Mulheres Angolanas,

(OMA), realizado há dois anos, em Luanda. Ilda Carreira, secretária de Educação Política, Informação e Propaganda da OMA, conversou com a nossa colaboradora Guiomar Belo Marques sobre a situação das mulheres angolanas e as principais tarefas que se colocam para a OMA, segundo as conclusões do 1º Congresso.

“Em Angola, quase 300 mil mulheres foram alfabetizadas depois da independência, principalmente nas zonas rurais. Levando em conta o elevado índice de analfabetas ainda existente dentro da OMA, não só participamos de seminários para

alfabetizadores, como organizamos círculos de alfabetização de mulheres.

“Também são importantes as atividades culturais e esportivas, e temos incentivado grupos de dança e de canto. Na área cultural, trabalhamos muito com artesanato local, apoiando as mulheres que o produzem e criando atividades de manufatura e confecções. Na ‘Feira do Trabalhador’, de 1º de Maio passado, participamos, expondo trabalhos desse tipo. Na área social, damos grande apoio às crianças órfãs que as Fapla recolhem, colocando-as em orfanatos ou em casas de família. Também trabalhamos com as parteiras tradicionais: fizemos um levantamento delas em todo o país e estamos tentando dar-lhes uma formação, com cursos de aperfeiçoamento dados pelos centros de saúde. Depois do curso, elas voltam às suas aldeias e comunas, aplicando as novas técnicas adquiridas e em melhores condições de prestar serviço às suas comunidades.”

O planejamento familiar mereceu especial atenção por parte da OMA. Ilda Carreira comenta: “Conseguimos que fosse elaborado um projeto oficial, que está sendo apoiado pela Organização

DOR/MPLA



“Em Angola as mulheres lutaram junto com os homens pela libertação”

Mundial de Saúde e já foi aprovado pelo Ministério da Saúde. Procuramos sensibilizar as mulheres e contamos, para isso, com a ajuda dos médicos. Fazemos pequenas sessões em que apresentamos o corpo humano, passando em seguida a explicar as vantagens do planejamento familiar, principalmente com o objetivo de esclarecer sobre a necessidade de espaçar os estados de gravidez. Essa questão é muito importante, porque muitas crianças morrem devido à fraqueza das mães depois de partos sucessivos. A campanha tem sido feita principalmente em Luanda, mas já começa a se desenvolver também nas capitais provinciais. Há dificuldades, porque, para fazer o planejamento

familiar, precisamos de mais Dispositivos Intra-Uterinos (DIU) e pílulas. Isso acontece porque ainda se trata apenas de um projeto, e não de uma medida governamental”.

Para Ilda Carreira, a prostituição não é vista apenas como um legado da época colonial, mas como um problema social: “No nosso país, quem se prostitui são as mulheres jovens, muitas vezes estudantes e trabalhadoras, que fazem isso para conseguir roupas e calçados. São mulheres integradas socialmente. No nosso congresso, alertamos para esse fato e pedimos que determinados produtos fossem postos no mercado para satisfazer esses desejos naturais da juventude. Para prostituição de outro tipo ainda não encontramos soluções”.

A poligamia

Quanto à poligamia, Ilda Carreira afirma: “Ela faz parte da nossa cultura. Nas zonas rurais, existe uma poligamia assumida e reconhecida, porque na sociedade tradicional não se fazem casamentos formais. Existe o *alembamento*, que consiste na venda da noiva pelos seus pais. As pessoas se juntam e os homens levam as mulheres para casa. Nas zonas urbanas, já é um pouco diferente; em muitos casos, a poligamia não é assumida. Existem a primeira, a segunda, a terceira mulher, mas, como isso não é claro, surgem confusões e conflitos, principalmente por questões relacionadas aos filhos. O pai ajuda todas as mulheres, mas sempre acaba ajudando mais umas do que as outras e as menos apoiadas se sentem prejudicadas. No campo, as mulheres que estão ligadas a formas coletivas de produção estão começando a contestar esse sistema, porque não aceitam que as outras mulheres vivam do dinheiro que elas ganham. O MPLA — Partido do Trabalho está fazendo um estudo sobre o problema com base em consulta popular. O estudo faz parte do anteprojeto do Código da Família e será submetido à Assembléia do Povo”.

Em Angola, 25% da força de trabalho é feminina. “A mulher angolana tem dado uma grande contribuição à sociedade, principalmente através da sua participação ativa na produção nacional. São muitas as mulheres que trabalham na agricultura e começa a se verificar uma crescente incorporação delas na indústria. Além disso, mobilizam grupos de mulheres para o trabalho voluntário na cidade, onde se ocupam tanto na limpeza e no cuidado da cidade, como no campo, onde lavram a terra”.

A mulher angolana tem também um papel importante na defesa da integridade nacional: “As mulheres podem fazer o serviço militar como voluntárias, em determinados setores de apoio, como o serviço médico ou em serviços gerais. Porém, devido ao agravamento da situação militar



Ilda Carreira: “As mulheres integram as brigadas populares”

e, em consequência das agressões sul-africanas e da Unita, as mulheres se têm integrado nas brigadas populares de vigilância e nos grupos armados de defesa, organizados por empresas e bairros. Aí, elas recebem treinamento militar e, em caso de ataque, participam, ativamente, da defesa”.

As mães solteiras

A OMA também dedicou muita atenção à situação das mães solteiras. “Trabalhamos com elas — diz Ilda — e com as mães em geral. Exigimos que sejam protegidas por lei e elas já foram contempladas com o projeto do código da família. Em Angola, a mãe solteira não é muito bem aceita em algumas famílias, mas, como estas costumam ser muito numerosas, acaba havendo uma integração. O problema é, enfim, de caráter legal e social. É necessário que a sociedade compense de alguma forma a falta do pai”.

Como responsável direta pela formação política, informação e propaganda da OMA, Ilda Carreira fala do trabalho realizado nessas áreas: “Temos uma escola de quadros em Huambo, onde se formam encarregadas da promoção do desenvolvimento, que depois voltam aos seus locais de origem para ajudar a mulher a mudar de hábitos e a melhorar seu nível de vida. Essa escola existe no contexto de um projeto apoiado pelas Nações Unidas através do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). A nível da formação política, existem centros de estudos de massas sobre aspectos básicos da organização a partir de materiais simples e vinculados à realidade da mulher. No local onde não houver esses círculos, realizamos encontros, debates e conferências sobre temas diversos, como o da mãe solteira, a mulher e o trabalho, a paternidade etc., tanto nos bairros como nas empresas. (Guimar Belo Marques)

Moçambique

Um grande esforço

As mulheres moçambicanas participaram das tarefas logísticas durante a guerra de libertação e, agora, ganham novos espaços



Moçambique é um dos poucos países africanos onde os problemas relativos à situação da mulher na sociedade foram enfrentados simultaneamente à luta contra o colonialismo. E, nesse sentido, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) desempenhou um papel dos mais destacados.

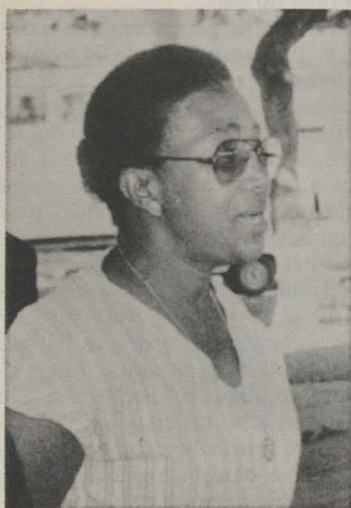
Duas dirigentes dessa organização, Sabina Santos e Gertrudes Vitorino, transmitiram a **cadernos do terceiro mundo** as experiências vividas durante a luta contra o colonialismo e ao longo de 10 anos de independência do país. Sabina é responsável pelo Departamento de Mobilização, enquanto Gertrudes é encarregada do de Relações Exteriores. Ambas viveram juntas a militância nos Grupos Dinamizadores organizados pela Frelimo durante o período do governo de transição, em 1974, para fazer frente aos desafios político-administrativos que se colocavam na nova etapa de

construção de um país livre e independente.

“Depois da independência, a mulher moçambicana cresceu como tal” — conta Sabina Santos — “e há um acontecimento chave que mostra bem isso: a segunda Conferência Nacional da OMM em 1976, em que se decidiu que a emancipação da mulher passava pela sua integração à produção. Sob essa palavra-de-ordem, surgiram cooperativas nas quais a mulher começou a trabalhar coletivamente e muitas delas chegaram inclusive a ocupar postos de direção. Com sua integração à produção, ela passou a realizar trabalhos que antes desconhecia ou que simplesmente lhe eram vedados. Por exemplo, na indústria, atividades como eletricista, mecânica, pintora. A partir de 1980, depois da terceira Conferência Nacional, se dá um passo importante na formação da mulher através das campanhas de alfabetização. Entre essas duas etapas, a mulher teve a oportunidade de exercer o seu direito de eleger e ser eleita para órgãos do governo, e é quando começam a surgir mulheres deputadas e integrantes dos comitês distritais, provinciais e centrais da Frelimo.”

Para Gertrudes Vitorino, a OMM desempenhou um papel decisivo na defesa de sua pátria. “Foi a primeira organização” — explica Gertrudes — “que surgiu durante a luta armada e conseguiu reunir todas as mulheres no esforço por um objetivo comum. A tarefa era mobilizar as mulheres para a guerra, transportando material para a frente de combate ou exercendo funções de apoio na área de educação, saúde e produção. E esse esforço foi muito grande: em algumas zonas libertadas, se chegou a obter duas ou até três colheitas por ano para alimentar os combatentes. A partir da independência, o papel da mulher está na frente de produção”.

A elaboração da Lei da Família contou com a participação de



Gertrudes Vitorino



Sabina Santos

cisiva da OMM. O Ministério da Justiça trabalhou baseado nas propostas que saíram das organizações de base, enriquecidas pelas mulheres ao longo da Conferência Extraordinária da organização, realizada em novembro de 1984.

"Analisamos a problemática da mulher na sociedade moçambicana" — diz Gertrudes — "e constatamos várias dificuldades que ainda impedem o seu avanço social. A questão da estabilidade da família fez com que aprofundássemos temas como o das crianças abandonadas, dos casais divorciados e da manutenção dos filhos. Da Conferência surgiram propostas que, por recomendação do presidente Samora Machel, devem ser levadas em conta em todos os órgãos do Estado. De acordo com essa orientação, o Ministério da Justiça realizou um seminário nacional com a participação da OMM e do qual surgiu um grupo de trabalho para rever a proposta da Lei da Família."

A nova sociedade que está sendo construída em Moçambique exige que se repense a instituição familiar. Gertrudes Vitorino caracteriza a família na sociedade tradicional como resultado de preconceitos: — "Os colonialistas portugueses repetiam, frequentemente, que 'o negro se casa hoje e separa amanhã'. Na sociedade tradicional, a população vivia organizada segundo clãs e grupos étnicos, com valores culturais herdados dos ancestrais, valores que a sociedade sempre respeitou. O que o colonizador valorizava e entendia como família não era o que nós, moçambicanos que morávamos no interior, entendíamos como tal. Podia ser para os chamados 'assimilados' das cidades, que constituíam famílias segundo os padrões portugueses, com casamento religioso e civil."

"Hoje constatamos" — analisa Gertrudes — "que o tipo de organização familiar muda de província para província. Em algumas, a estrutura é matriarcal: o homem, quando se casa, vai morar na casa da mulher e ali seus filhos receberão uma educação de acordo com os valores dos ascendentes maternos. Em outras, o conceito de família se baseia no sistema patriarcal. Considero que tais concepções não podem ser uniformizadas a curto prazo, pois isso só será possível com a evolução sócio-econômica do país, com as transformações das zonas rurais e o avanço da mulher através da alfabetização e do trabalho."

A luta contra a poligamia

Para Sabina Santos, a luta da Organização da Mulher Moçambicana contra as práticas poligâmicas é explicável, já que "ela reduz a mulher a uma situação de opressão e exploração. Quando analisamos as bases da poligamia, chegamos à conclusão de que são de natureza econômica. O homem procura dispor de mais mão-de-obra barata

para aumentar a produção e não é por acaso que a poligamia está mais difundida nas zonas rurais. Os filhos também entravam nesse esquema como importante fator de aumento da força de trabalho. O resultado era, para o homem, maior poder econômico e prestígio social".

Essa espécie de comércio realizado mediante o aumento do número de filhos era uma das causas de casamentos prematuros. Sabina concorda: "Muitas vezes o negócio, porque era exatamente disso que se tratava, era acertado quando a menina tinha apenas três anos de idade. Nessa altura, os pais recebiam as terras ou o gado estipulados na transação, comprometendo-se a entregar a criança quando chegasse aos 12 anos ou pouco mais".

Gertrudes enfatiza a importância de enfrentar esse problema: — "Tanto dentro do Partido quanto na OMM, se luta contra a poligamia. Por isso, ficou estabelecido que somente poderão ser membros da Frelimo os polígamos que o eram antes do 3º Congresso, realizado em 1977. Por outro lado, existe um trabalho político sendo feito entre as mulheres, particularmente nas aldeias comunais. Nelas, as mulheres experimentam uma vida mais comunitária, têm oportunidade de se alfabetizar e se politizar, e também descobrem o valor e o significado das novas formas de produção. A dinâmica de nossa revolução, a organização da família e a consciência que a mulher está adquirindo são fatos que contribuem para que, dentro de alguns anos, a poligamia seja coisa do passado".

Ambas as dirigentes da OMM concordam em que, com a independência, se verificou uma valorização da mulher como trabalhadora e do trabalho realizado por ela. "Durante o colonialismo" — comenta Sabina —, "a mulher trabalhadora quase não tinha acesso a cargos qualificados. As funções que exercia eram, quase sempre, subalternas. Nas fábricas de preparação de castanhas da Índia, havia um grande número de mulheres, mas que só faziam o trabalho manual de quebrar a casca. Sua atividade mais comum era a doméstica. Esse tipo de discriminação se estendia inclusive à questão do salário. Apesar de desempenhar a mesma função que o homem, o salário da mulher era menor.

"A Constituição promulgada depois da independência consagra direitos iguais para os homens e as mulheres. Passamos a usufruir de privilégios que nunca havíamos tido, como, por exemplo, licença de 60 dias por ocasião da gravidez, além de 30 dias de férias por ano. A mulher tem direito a dispor de uma hora por dia para amamentar seu filho, cumprindo-se dessa forma a orientação do Ministério da Saúde de que os bebês devem ser alimentados com leite materno."

As campanhas de alfabetização e a educação dos adultos foram dois pontos altos da participação da Organização das Mulheres Moçambicanas. ●

África do Sul

A opressão no *apartheid*

As sul-africanas são vistas como responsáveis pelo aumento da população negra e Pretória adota severas medidas punitivas contra elas



“Se não pudes
organizar o teu
povo, cede o teu
trono aos homens mais
capazes. Se não pudes
ser justo e imparcial, ce-
de o teu lugar aos ho-
mens justos. Se não pu-
deres defender os po-
bres e fracos do inimi-
go, entrega a tua espada
às mulheres, que elas te

mostrarão o caminho da honra.”

(Almamy Samori Touré, Imperador do Mali).

A história da resistência contra o colonialismo na África do Sul tem se caracterizado pela plena e ativa participação das mulheres. A mulher negra sul-africana tem sido, desde o começo da ocupação estrangeira, objeto da mais impiedosa humilhação, violência e opressão, tanto por ser africana como por ser mulher, tendo sua terra confiscada e sendo submetida à exploração de sua força de trabalho.



As mulheres negras se opõem às leis que visam oprimi-las

Participação ativa

A primeira participação historicamente registrada da mulher data dos primórdios das lutas dos africanos contra o roubo de suas terras pelos colonialistas. No diário do colonizador Jan van Riebeeck, que ocupou a região do Cabo da Boa Esperança com uma feitoria holandesa em 1658, consta que, além de terem de lutar contra os homens *khokhoi* (bosquímanos), os holandeses tinham que enfrentar também as mulheres.

Na África do Sul, ambos os sexos são vítimas da opressão do *apartheid*. Assim, as mulheres reivindicaram a *igualdade*, já incorporada à Carta da Liberdade aprovada no Congresso do Povo, realizado em Kliptown, África do Sul, em 26 de junho de 1955¹. Ultimamente, as mulheres negras têm feito oposição militante às leis que visam, especificamente, a oprimi-las como trabalhadoras. A história dessas lutas está marcada pelos confrontos nos quais as mulheres negras assumiram a liderança do combate às indignidades da legislação racista, tais como as que impunham o uso de passes de livre trânsito.

Em 1913, quando entrou em vigor a Lei da Terra, segundo a qual nenhum africano teria direito a possuir terra, 600 mulheres africanas do Estado Livre de Orange (província da União Sul-Africana) fizeram manifestações defronte às repartições municipais em protesto contra as leis de passe, seguindo o estilo de resistência passiva inaugurado na África do Sul por Gandhi. Com a ampliação dessa resistência, multiplicaram-se as prisões.

Na cidade de Winburg, a situação se repetiu, com 800 mulheres cantando hinos em marchas em frente à prefeitura. A luta feminina resultou numa vitória sem precedentes: a abolição do uso de passes.

O ANC (Congresso Nacional Africano), fundado em 1912,

criou um ano depois a Liga Feminina, que tem participado ativamente na luta. Os boicotes aos ônibus nos anos 40 pelos trabalhadores negros contaram com a participação de homens e mulheres. Elas também participaram, plenamente, da Campanha de Desafio às leis do *apartheid*, em 1952, e lutaram desde o início contra a imposição da "educação bantu" pelo governo racista, que pretendia baixar o nível da instrução e dos currículos destinados às crianças negras.

Contudo, o primeiro grande protesto das mulheres em escala nacional contra os passes ocorreu em 1955, quando o "ministro de Assuntos Nativos" anunciou que as mulheres africanas receberiam passes a partir de janeiro de 1956. Como esposas, mães ou filhas, as mulheres africanas tinham vivido por muito tempo a humilhação das batidas noturnas nos seus lares, das buscas e detenções dos seus maridos, pais ou filhos, da perda do emprego dos companheiros presos e processados pelo governo, e do desaparecimento dos homens recrutados para o trabalho forçado nas fazendas brancas.

A resistência se intensificou, conduzida pela Federação das Mulheres Sul-Africanas, organização multirracial que abrangia, sob a liderança de Lilian Ngoyi, a Liga Feminina do ANC. Duas mil mulheres, a maioria negras, vieram a Pretória protestar. Milhares de outras se manifestaram nas ruas da Cidade do Cabo e de Durban.

O marco histórico dessa época de resistência foi a grande manifestação em Pretória, de 9 de agosto de 1956, data comemorada, anualmente, como o Dia da Mulher Sul-Africana. Naquele dia, 20 mil mulheres de todas as raças e partes do país marcharam em direção aos *Union Buildings* (conjunto de prédios da sede do governo) em protesto contra as leis do passe, apesar da proibição de passeatas em Pretória. Apresentando suas reivindicações e entoando cantos de liberdade, elas avisaram ao regime branco: "*Wathint' abafazi, way ithint' imbokodo UZO kufa!*" ("Agora atingiram as mulheres! Vocês bateram numa rocha, botaram uma pedra a rolar, vocês serão esmagados!")

Os anos que se seguiram foram de uma severa repressão aos negros da África do Sul, culminando na proibição do Congresso Nacional Africano e do Congresso Panafricanista (1960). A Liga Feminina do ANC foi posta na ilegalidade, centenas de pessoas detidas sem acusação, homens e mulheres colocados sob vigilância permanente. Entre as perseguidas, personalidades eminentes como Lilian Ngoyi, Helen Joseph, Francis Baard, Mary Moodley, Winnie Mandela e Dorothy Nyembe. O período foi também marcado pelo surgimento da ala militar do ANC, *Umkhonto We Sizwe* ("A Lança da Nação"),

em resposta à perseguição dos negros pelo regime.

Um triplo fardo

O regime de Pretória vê nas mulheres negras não apenas produtoras ou reprodutoras da força de trabalho, mas também as responsáveis pelo aumento da população negra. Daí, as severas medidas contra elas adotadas. As leis sobre o trabalho migratório visam a separar o homem negro de sua esposa, reduzindo a mulher e as crianças a uma economia de subsistência.

As matanças em Crossroads, onde os trabalhadores se recusavam a ser removidos para os bantustões, vitimaram, sobretudo, mulheres, demonstrando não apenas a crueldade dos Regulamentos sobre Áreas para os Grupos da População, mas, acima de tudo, a fanática determinação do governo racista de destruir a vida familiar africana.

A vitória na luta de libertação é, para a mulher sul-africana, uma pré-condição para a sua libertação da opressão sexual determinada pela lei europeia ou pelo direito consuetudinário africano.

Entre as principais líderes femininas destacam-se Dorothy Ngoyi, que faleceu em 1980, militante na Liga Feminina do ANC e ex-presidente da Federação de Mulheres Sul-Africanas, participante na Campanha de Desafio às Leis Racistas e sindicalista ativa; Mary Moodley, da Federação de Mulheres Sul-Africanas e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Alimentares e de Conservas, que faleceu em 1979 e Dorothy Nyembe, libertada em 1984 depois de passar 15 anos no cárcere, uma das participantes dos protestos de 9 de agosto de 1956 em Pretória.

Albertina Sisulu, esposa do líder do ANC Walter Sisulu (condenado à prisão perpétua) foi uma das expoentes da Liga Feminina do ANC e da Federação das Mulheres Sul-Africanas, e atua na Frente Democrática Unida (UDF), tendo sido recentemente presa com outros líderes desta Frente. A esposa de Nelson Mandela, Winnie Mandela, viveu anos numa situação de prisão domiciliar e contínuo assédio, porém manteve-se sempre imbatível e lutando corajosamente. Magotake Esther Maleka foi presa em 1976 e mantida cinco anos no cárcere sob a acusação de recrutar jovens para a ala militar do ANC, o *Umkhonto we Sizwe*. Helen Joseph, que participou na Campanha de Desafio de 9 de agosto, milita, atualmente, na Frente Democrática Unida. Caberia recordar ainda Ruth First, militante que morreu em 1983, na explosão de uma carta-bomba enviada pelos fascistas de Pretória. Mas, elas são apenas algumas das mulheres que representam a participação feminina na luta. (Jennifer Dunjwa Blajberg, africanista e linguista sul-africana, diretora do Instituto de Estudos Africanos - Ineafric, Rio de Janeiro.)

¹ Ver cadernos do terceiro mundo nº 62 (janeiro - 1984)

A separação da família

O isolamento forçado entre os que vivem no exílio e os combatentes ou os que vivem sob ocupação é um dos fatores mais dolorosos na vida da mulher saarauí



Um dos processos mais interessantes de valorização e dignificação da mulher na sociedade africana é, sem dúvida, o que se registra no Saara Ocidental. A mulher participou da luta de libertação contra o colonialismo espanhol desde o início, depois que a Frente Polisario se constituiu em 10 de maio de 1973. Logo depois, veio a luta clandestina e a resistência à ocupação marroquina, assim como a busca do exílio que pusesse o povo a salvo dos bombardeios de napalm e fósforo dos aviões de Hassan 2º. Hoje, a mulher saarauí no exílio é uma das molas mestras da organização e administração dos campos de refugiados que se estendem pela *hammada* (região desértica) de Tinduf, ao sul da Argélia.

A gradual conscientização e participação da mulher saarauí pode ser apontada como exemplo

na África e uma exceção no mundo árabe, onde a mulher, na maioria dos países, ainda está sujeita a uma chocante discriminação.

Na extensa e inóspita região próxima à base militar argelina de Tinduf, encontra-se a maioria dos refugiados saaraus (existem outros na Mauritânia). De acordo com os dados de algumas organizações humanitárias, eles seriam quase 165 mil, distribuídos em 23 acampamentos ou *daira*. Cada *daira* leva o nome de um dos povoados do Saara Ocidental e funciona como tal, estando agrupadas em três grandes regiões administrativas ou *wilaia*. El-Aiun, Smara e Dhakla são as três grandes cidades do Saara Ocidental.

Uma organização participante

Ao longo dos últimos onze anos, a população saarauí — e, em especial, as mulheres — edificou uma organização social modelo, que constitui o embrião do que será a República Árabe Saarauí Democrática quando se alcançar a libertação total do país.

Em cada uma das *daira* existem cinco comitês eleitos pela população adulta do acampamento, que têm a seu cargo a educação, a saúde, o abastecimento, a justiça e a produção. Há também assembleias anuais para discutir a execução e os desvios dos planos, analisar os problemas que afetam a vida cotidiana e eleger os responsáveis. O conselho popular local — a autoridade executiva máxima na *daira* — é designado pelo congresso de base, constituído por um presidente, pelos responsáveis dos cinco comitês e por representantes regionais dos ministérios de governo da Rasd. Segundo declarou a *cadernos do terceiro mundo* Guejmoula Ebbi, secretária-geral da União Nacional de Mulheres



A mulher saarauí, hoje, é uma das molas mestras na organização do seu povo



Pelas próprias tradições saaraúis, as mulheres sempre assumiram tarefas imprescindíveis na vida coletiva

Saaraúis (UNMS), 70% dos cargos executivos das *dairas* são ocupados por mulheres.

No Congresso Popular Geral, que se reúne obrigatoriamente a cada três anos e constitui a instância máxima da Frente Polisário e do comando da luta de libertação, a participação da mulher também é significativa: nos últimos congressos, quase 46% dos delegados foram mulheres, segundo informou a secretária geral da UNMS.

No caso do Saara, a mulher não participa diretamente da luta armada. Essa tarefa é exclusiva dos homens, que integram o Exército de Libertação. A luta se trava no interior do país e a população masculina só visita os acampamentos durante os períodos de licença. Mas a mulher saarauí também recebe um rígido adestramento militar e está preparada para defender com armas as populações dos acampamentos ou para dirigi-las aos refúgios subterrâneos, em caso de ataque da aviação marroquina.

O peso das tradições

A constituição da Frente Polisário e o começo da luta de libertação elevaram a condição da mulher saarauí, conclamando à sua participação e valorização. Mas, na época anterior à colonização espanhola, a sociedade tradicional já reconhecia direitos e deveres das mulheres. O conselho dos 40 — uma espécie de assembléia de anciãos e “notáveis” designados pelas diferentes tribos do território —, que dirigia e supervisionava todos os aspectos da vida cotidiana com base na tradição e no Corão, já havia declarado a mulher elemento ativo

da vida coletiva, autorizando-a a participar da tomada de decisões relativas ao conjunto da sociedade.

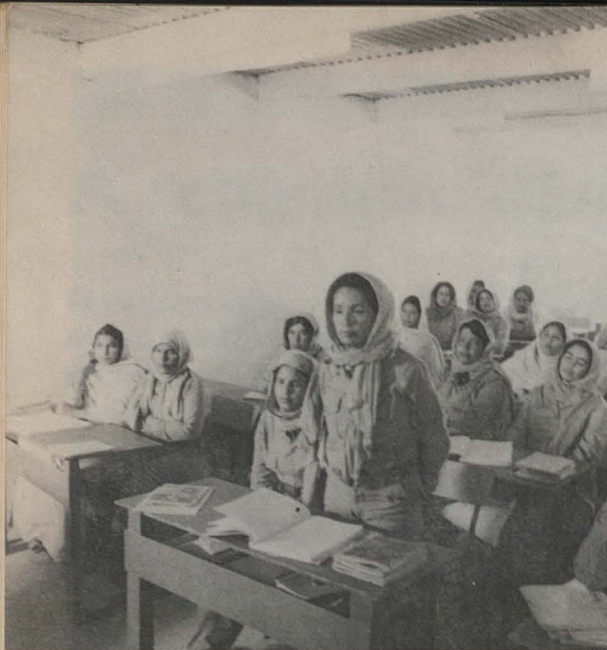
Esse reconhecimento de direitos, inexistentes em outras regiões do mundo árabe, se explica em grande parte pelo nomadismo que caracterizava as tribos da região. Os homens costumavam estar ausentes: pelas guerras, pela busca constante de pasto para os animais ou pelas longas viagens para comerciar com outros povos. E as mulheres tinham que assumir as tarefas imprescindíveis da vida comunitária.

Com o colonialismo espanhol e a gradual sedentarização, perderam-se alguns desses costumes e a mulher se viu privada de direitos e tarefas que a sociedade tradicional lhe havia atribuído. Além disso, muitos dos costumes negativos da tradição perduraram durante a época colonial. O mais generalizado era o casamento forçado, em que a mulher não tinha qualquer direito quanto à escolha do parceiro.

Essas práticas foram progressivamente erradicadas ao longo da luta pela libertação. Os dirigentes da Frente Polisário têm procurado fazer com que essa mudança se verifique gradualmente, através de uma ampla tomada de consciência, de maneira que não se produzam traumas e rupturas entre as novas e as velhas gerações.

A separação das famílias

A dispersão da família é outro dos fatores dolorosos na vida dos saaraúis, diante do qual as mu-



A luta de libertação elevou a condição da mulher saarauí, tornando-a um elemento ativo na comunidade

lheres são particularmente sensíveis. O isolamento forçado entre os que vivem no exílio ou combatem as tropas invasoras, de um lado, e os que sobrevivem segregados e reprimidos nas vilas ou cidades ocupadas pelas forças marroquinas marca, indelevelmente, a consciência coletiva desse povo. Nas *daira* quando se fala com qualquer combatente, eles invariavelmente afirmam que deixaram "do outro lado" pais, irmãos, filhos ou mulheres...

Não existe praticamente um saarauí maior de 16 ou 17 anos que não tenha gravado na memória aquele final de 1974, quando o Marrocos invadiu o território e as pessoas tiveram que optar entre partir ou ficar.

Depois, veio a fuga para as zonas controladas pelos guerrilheiros e o horror dos massacres perpetrados pela aviação marroquina contra as populações indefesas. Os mais jovens só estão livres dessas recordações porque ainda não haviam nascido ou eram pequenos demais para ter consciência da tragédia.

Fatimetu, uma mulher

Fatimetu, que tem hoje 35 anos, é uma das muitas mulheres saarauís que testemunham tudo isso. Ela nasceu em Smara, a cidade santa do Saara Ocidental e a segunda em importância depois da capital, El-Aiun. Descendente de uma família nômade de poucos recursos, Fatimetu nunca foi à escola e logo se viu obrigada a trabalhar para ajudar a manter a família.

Aos 14 anos já trabalhava na limpeza de um hospital e, pouco depois, como doméstica, na casa

de um oficial espanhol. Aos 23, Fatimetu decide integrar-se à luta de libertação e se destaca como formadora da consciência das mulheres e organizadora de células clandestinas. Junto com suas companheiras, ela ajuda a organizar e participa, ativamente, das grandes manifestações que se realizam no Saara Ocidental em 12 e 13 de maio de 1975, para demonstrar à comissão das Nações Unidas em visita ao território que a maioria do povo está com os nacionalistas.

Durante seis meses, Fatimetu permanece presa e, quando recupera a liberdade, é testemunha da ocupação de El-Aiun pelas forças armadas marroquinas. Em pouco tempo, como tantos outros saarauís, ela abandona El-Aiun em busca das zonas libertadas, deixando para trás sua casa, pais, irmãos e um de seus dois filhos. Em Tifariti, zona libertada, participa ativamente da resistência e transferência da população civil para o sul da Argélia. São muitos os feridos, muitas as crianças queimadas ou que perderam suas mães nas cinzas dos massacres produzidos pelo napalm e fósforo lançados pela força aérea marroquina.

Desde então, Fatimetu vive nos acampamentos e foi mãe muitas vezes (a fecundidade é uma palavra-de-ordem da Frente Polisario), mas seus filhos não conhecem os avós, tios ou irmãos. Três deles estudam nas escolas da Rasd e o mais novo frequenta uma creche da *daira* onde vive Fatimetu.

Praticamente analfabeta no começo da luta (como 95% da população), Fatimetu frequentou a escola de adultos e se tornou professora de ensino primário. Hoje, ela é diretora de uma das escolas da *wilaia* de El-Aiun. (Baptista da Silva)

A luta pela sobrevivência

Para a mulher palestina, a preservação de sua identidade nacional domina o seu dia-a-dia, há mais de cinquenta anos



A luta da mulher palestina começou em 1921, quando ficou clara a ameaça sionista no Oriente Médio. Mas, a primeira organização, o Comitê das Mulheres Árabes, surgiu em 1929, após o primeiro Congresso da Mulher Palestina, realizado em Jeru-

salem. Uma delegação formada no congresso levou às autoridades coloniais britânicas as principais reivindicações das mulheres palestinas: a cessação das pressões contra camponeses palestinos; a proibição das transferências ilegais de terras dos palestinos para os sionistas; o fim da imigração sionista ilegal; a libertação dos presos políticos e a anulação da Declaração Balfour¹.

A mulher palestina participou, ativamente, da luta contra o mandato britânico e o inimigo sionis-

¹Declaração Balfour – comunicado emitido em 1917 pelo governo britânico reconhecendo o direito do povo judeu de estabelecer um lar na Palestina (ver cadernos nº 27).

ta. Ela esteve presente na greve geral de 1936, que durou seis meses e foi a mais longa das realizadas pelos palestinos contra o poder colonial e as ameaças sionistas. Em 1935, 36 e 38, as mulheres se empenharam no apoio aos guerrilheiros, transportando armas, munições, alimentos e roupas para as montanhas. Foi neste trabalho que as forças coloniais mataram Fatima Ghazal, que se tornou a primeira mártir feminina da causa palestina. Em 1936, surgiu a União das Mulheres Palestinas, com sede em Jerusalém e núcleos espalhados por toda a Palestina. O movimento organizou grupos comunitários, associações, clubes e entidades assistenciais.

Em 1947, tais instituições foram transformadas em centros de emergência para atender feridos e desabrigados nos conflitos provocados pela partilha da Palestina. A repressão levou muitas mulheres a passarem para a clandestinidade e a se integrarem nas unidades militares dos palestinos. Durante os combates, foram mortas várias dirigentes, como Juliette Naif Zakka, Haiat al Balabsa, Helowa Zaidan e Rabab Abdel Karim. No ano seguinte, houve a criação do Estado de Israel, que representou uma tragédia para o povo palestino. Na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, as mulheres passaram a dar assistência aos refugiados até que fossem recolhidos pela Cruz Vermelha e pelo Comissariado das Nações Unidas. Depois, elas criaram hospitais, creches e orfanatos para os filhos de combatentes mortos. Assim surgiram o Lar da Criança Árabe, em Jerusalém, e os orfanatos de Nablus, de Tulkarem e da Faixa de Gaza.

Surge a UGMP

Quando foi formado o Conselho Nacional Palestino, em 1964, 21 mulheres foram escolhidas para participar do organismo máximo do povo palestino. Um ano mais tarde, as organizações femininas, em colaboração com o Departamento de Organizações Populares da OLP, criaram a União Geral das Mulheres Palestinas. O primeiro



A mulher palestina se integrou à luta a partir da década de 20

congresso da UGMP foi em Jerusalém, entre 15 e 21 de agosto de 1965, com a presença de 139 delegadas. Elas resolveram, no final do encontro, elaborar um estatuto baseado na Carta Nacional Palestina, no qual se propunham a lutar pela libertação da pátria ocupada. Além da eleição de um conselho executivo, a UGMP decidiu criar comissões em todos os agrupamentos palestinos nos países que os receberam como refugiados.

O empenho das mulheres não parou de crescer e, em 1967, elas já participavam, intensamente, da resistência militar contra Israel. Elas passaram a pagar um preço muito pesado pela sua participação na luta de libertação nacional. Além de milhares de militantes presas e torturadas, muitas foram expulsas com seus filhos menores dos lugares onde viviam.

No Líbano, em 1982, o papel das mulheres palestinas na resistência à invasão israelense foi particularmente importante. As organizações femininas foram as primeiras a organizar grupos de socorro e de auxílio mútuo. Foram elas também que assumiram, de imediato, a tarefa de reconstruir casas destruídas pelos bombardeios aéreos israelenses, e de substituir os homens em tarefas burocráticas nos escritórios e departamentos da OLP. Foram as mulheres ainda que acabaram pagando o preço

mais alto em sangue e sofrimentos durante os massacres de Sabra e Chatila.

Ainda sob o trauma dos acontecimentos no Líbano, as mulheres palestinas realizaram em Túnis, em maio de 1985, o seu último congresso, com a presença de numerosas delegações estrangeiras, entre elas uma representante do Brasil, Ruth Escobar. No congresso, foi eleito um conselho administrativo de 46 integrantes e um comitê executivo de 15 membros. O aumento da participação da mulher palestina na luta lhe valeu uma crescente presença nos principais organismos da OLP. O número de mulheres no Conselho Nacional Palestino se elevou a 35 e três delas já integram inclusive o Conselho Central Palestino.

As maiores dificuldades para a integração social da mulher palestina decorrem mais de tradições arcaicas do que de fatores religiosos. A religião muçulmana, por exemplo, nunca foi um obstáculo à participação da mulher na luta de libertação nacional. O que, frequentemente, cria dificuldades são concepções obsoletas do papel da mulher. Mas, segundo as principais dirigentes da UGMP, a situação está mudando rapidamente. As mulheres palestinas acreditam que os problemas de integração social serão resolvidos na medida em que a luta de libertação avançar e que a sua emancipação não acontecerá isoladamente.

Issam Hadi: a experiência da prisão

□ "Fui presa junto com minha filha de 15 anos em março de 1969, por tropas sionistas. Levaram-me para a prisão de Jerusalém e minha filha foi para Nablus, junto com 25 outros estudantes. Ela foi acusada de pertencer a uma organização estudantil clandestina e de ajudar a guerrilha. Eu fiquei quatro dias em Jerusalém, numa cela individual toda manchada de sangue. Minha cela ficava ao lado da sala de torturas. Eu ouvia, constantemente, os gritos dos torturados e cheguei a acreditar que muita gente pode acabar confessando, tamanho é o desejo de se livrar dos chicotes, dos choques elétricos, da água gelada ou fervente, e dos cães treinados para a tortura. Naquele mesmo período, vários combatentes palestinos, como Kasem al Tamini, foram torturados até a morte.

"Em seguida, fui transferida para Nablus, onde encontrei minha filha e outros estudantes com sinais das bárbaras violências sofridas durante as sessões de tortura... Quatro deles estavam tão machucados que achamos difícil a sua sobrevivência. Eles foram colocados em celas individuais e proi-



Issam Abdel Hadi: "Não confessei nada"

bidos de receber assistência da Cruz Vermelha. Apesar da tortura, não confessei nada, inclusive em Nablus, quando trouxeram minha filha e a torturaram na minha frente. Eu reagi e os israelenses acabaram nos chicoteando até começarmos a sangrar. Fui novamente mandada para uma cela individual, onde fiquei 45 dias. Depois, fui levada num carro militar até a ponte de Alenby, onde me expulsaram para a Jordânia."

“Superar um sistema social”

A mulher maubere continua, ao lado do homem, resistindo à invasão indonésia



A guerra de agressão movida pelo governo da Indonésia contra a República Democrática de Timor Leste, em dezembro de 1975, obrigou milhares de pessoas a saírem temporariamente da pequena ilha da Oceania. Alguns na condição de refugiados, outros

em missão de serviço encomendada pelo governo revolucionário da Fretilin. O fato de existirem importantes comunidades na Austrália, Portugal e Moçambique colocou desde o início a necessidade de organizá-las para prosseguir a luta contra o invasor e pela criação de um novo país.

Marina Alkatiri nos falou em Moçambique das atividades desenvolvidas pelas mulheres no exterior. Além das tarefas de cunho social, elas têm a seu cargo outras relacionadas com a mobilização e organização e ainda a de manter viva a chama da

solidariedade internacional através da participação em conferências, foros e seminários. Toda essa atividade — conforme destacou — ocorre de acordo com as orientações traçadas pela Fretilin, a vanguarda política do seu povo.

“A 28 de agosto de 1975 surgiu a Organização Popular da Mulher Timor. Nessa época, se aprofundava o processo de independência e era necessário organizar o nosso povo em novas frentes de combate”, explica Marina Alkatiri. “Considerando a situação subalterna a que se encontrava relegada a mulher, um dos objetivos da OPMT era a sua emancipação e libertação, junto com a libertação do nosso povo”.

“Houve uma simultaneidade entre a luta da mulher maubere para ser reconhecida como pessoa e a batalha pela independência e soberania nacional”, afirma a dirigente. Segunda ela, a luta da mulher maubere não visa reivindicar “as pseudo-liberdades masculinas herdadas da velha sociedade colonial e sim adquirir os mesmos direitos e responsabilidades que o homem, num contexto de uma sociedade inteiramente nova.”

“Dessa forma — acrescenta — a emancipação de que falamos não se reveste de um caráter estritamente feminista. Não aspiramos ao liberalismo burguês e sim a uma emancipação que seja consequência da vitória contra um sistema social injusto que oprime a ambos — homens e mulheres.”

Incorporação à luta de libertação

“Milhares de compatriotas se ofereceram para lutar juntamente com as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste (Falintil) tão logo se soube do perigo de invasão por parte dos indonésios. O primeiro destacamento feminino se criou exatamente neste período. Hoje, as combatentes estão integradas em companhias mistas.”



A mártir Rosa Bonaparte (centro) com dirigentes da Fretilin em 1975



Para as tropas indonésias, nem o sexo nem a idade são atenuantes. A repressão contra os mauberes foi brutal

“Não posso deixar de falar com emoção e carinho de camaradas como Rosa Bonaparte Soares, conhecida com o nome de guerra Muki, pelas suas virtudes humanas e importante papel no processo revolucionário do nosso país e na organização da mulher maubere. Com apenas 19 anos ela se engajou na luta, abandonando os seus estudos em Lisboa e ingressando na Fretilin. Morreu nas mãos dos invasores indonésios, e o seu exemplo deu mais vida à mulher maubere.”

Na luta clandestina

“Desde o início da resistência as mulheres participaram ativamente da luta contra a invasão estrangeira”, afirma Marina Alkatiri. “No combate clandestino, desempenham papel importante no controle dos passos dados pelo inimigo, transporte de material, alimentos e medicamentos para as zonas de guerra. Também colaboram na recepção e difusão de mensagens. Deve-se ressaltar que, além dessas atividades, as mulheres têm a seu cargo setores vitais como produção, saúde, educação. Estas áreas são estratégicas tanto hoje como no futuro, para a manutenção da luta.”

“Para o invasor, o sexo, a idade ou o estado de saúde não constituem atenuantes quando o objetivo em mente é liquidar a resistência nacional”, acrescenta Marina. “Somente para citar um exemplo dos métodos aplicados contra a população, basta dizer que, de acordo com relatos chegados ao exterior, tem se repetido como prática o assassinato de mulheres grávidas. Diante da população de uma aldeia, a futura vítima é espancada, seu ven-



Marina Alkatiri: “A mulher tem um papel importante”

tre rasgado a faca e o feto em seguida esmagado contra uma árvore. E as pessoas ao redor são proibidas de chorar. A lista de atrocidades é longa, indo desde os choques elétricos e queimaduras com cigarros até amputações de seios e detonação de explosivos introduzidos nos órgãos genitais.”

(Etevaldo Hipólito)

A carta de Sanguinetti

O chefe de estado uruguaio, falando em nome do grupo de devedores, chama a atenção para os riscos econômicos e políticos da falta de respostas por parte do Norte industrializado

Os países do Grupo de Cartagena escolheram o presidente Julio María Sanguinetti, do Uruguai, para escrever, em nome de todos, uma carta ao encontro de cúpula que reuniu em Bonn, em maio último, as sete potências principais do mundo capitalista. Na carta, o chefe de Estado uruguaio fala com dignidade, mas sem esconder a gravidade, do custo social que o pagamento da dívida está impondo àqueles países e dos perigos da crise econômica que assola as nações do continente.

A carta teve certo impacto entre os economistas europeus e nos meios de comunicação em que circulou, mas não mereceu qualquer comentário público dos dirigentes reunidos em Bonn. Tampouco se conheceram reações oficiais. Por considerá-lo de interesse, *cadernos do terceiro mundo* publica o texto completo da carta do presidente Sanguinetti, cedido com exclusividade por colegas da imprensa europeia.

Montevideo, 26 de abril de 1985

"Sua Excelência:

Tenho a grande honra de dirigir-me a V. Excia., em nome dos presidentes da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Peru, República Dominicana, Venezuela e em meu próprio, às vésperas de uma nova reunião de cúpula de sete países industrializados do Ocidente, que terá lugar em Bonn no próximo mês de maio.

Já em oportunidades anteriores,



Sanguinetti: "Trabalhar coletivamente por um sistema mais justo"

res, nós, chefes de Estado latino-americanos, temos feito chegar aos líderes políticos do mundo industrializado nossas preocupações ante os graves problemas que a crise tem provocado na América Latina e, em especial, a situação e perspectivas do endividamento externo, tema que transcende os limites de nossos interesses particulares para confluir com os de toda a comunidade internacional.

A relativa melhoria de alguns indicadores da economia latino-americana em 1984, que se manifestou de forma insuficiente e desigual, foi produto da reativação parcial em diversos países industrializados e, sobretudo, da responsabilidade e dos esforços internos dos próprios latino-americanos. Queremos ressaltar que o ajuste realizado por nossos países — o mais severo dos últimos 50 anos —, que tinha evitado até agora a precipitação de situações de grave risco para o sis-

tema financeiro internacional, está-se efetuando, fundamentalmente, às custas de uma drástica redução dos níveis de vida de nossos povos, com graves consequências econômicas, sociais e políticas. Embora tenha havido uma clara co-responsabilidade dos agentes financeiros e do próprio sistema econômico internacional na gestação da crise, os ajustes têm sido suportados, exclusivamente, pelos países devedores.

Seria um grave erro acreditar que o problema da dívida externa será superado ou que se corrigirá de forma automática pela dinâmica econômica dos países industrializados — tão assimétrica como incerta — ou pela mera continuação desse processo de ajuste. Por esse motivo, seria também altamente perigoso que uma apreciação precipitada dos fatos pudesse levar a uma situação de autocomplacência ou a ignorar a fragilidade e as insufi-

ciências dos recursos alcançados.

De fato, como é do conhecimento de V. Excia., persistem na economia internacional elevadas taxas de juros reais, uma dramática redução de muitos dos preços de nossos produtos básicos de exportação, dificuldades no acesso aos mercados externos e perigosas acentuações do protecionismo comercial. A retomada de correntes novas e adicionais de capital público e privado é incerta e pouco alentadora, e as mesmas continuam situadas num nível baixo e insuficiente, que as transferências de recursos da América Latina para o exterior, em particular as correspondentes ao serviço da dívida externa, não compensam. Esses fatos afetam nossa capacidade de pagamento e nos obrigam a conter as importações, acentuando a recessão e debilitando a formação interna de capital.

Tais considerações aumentam de significado quando se examina, numa projeção a longo prazo, as altas transferências que a região deverá realizar no quadro do serviço da dívida, se as taxas atuais do mercado se mantiverem.

Nesse contexto e apesar de nossas expectativas, temos que assinalar que, nas recentes deliberações do Comitê Interino e do Comitê de Desenvolvimento do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, não se registrou qualquer progresso significativo no posicionamento dos países em desenvolvimento, em particular no que se relaciona à dívida externa e às questões inter-relacionadas do financiamento e comércio.

Por outro lado, a iniciativa com vistas a uma nova rodada de negociações comerciais anunciada, assim como os passos no sentido de uma reforma do sistema monetário internacional — que consideramos urgente e peremptória —, se vêm delineando de acordo com critérios de negociação que, em alguns casos ex-

cluem, e, em outros, não asseguram uma adequada participação dos países em vias de desenvolvimento. Parece-nos fundamental que os avanços no campo da liberalização comercial sejam acompanhados por avanços nos campos monetário e financeiro, em virtude da clara inter-relação entre ambos conceitos.

Incremento constante das economias

Sem deixar de levar em conta as responsabilidades que cada país tem assumido e continuará assumindo em seus processos de ajuste e reordenação econômica — incluindo as operações individuais de renegociação —, estamos convencidos de que a falta de apoio a nossos esforços de desenvolvimento reduz a efetiva contribuição que nossas economias podem e desejam dar à dinâmica do comércio e da economia mundial. A decisão da região, confirmada na prática de cumprir seus compromissos externos, deve apoiar-se no crescimento constante de suas economias e não na persistente redução dos níveis de vida internos.

É por isso que se requer, com urgência, um enfoque integral ante o problema da dívida, que o situe no contexto do propósito fundamental que é a aceleração dos processos de desenvolvimento econômico e do progresso social. Isto requer decisões políticas que permitam superar os obstáculos que hoje persistem e que distribuem de forma tão injusta os sacrifícios desses processos de ajuste. Tais decisões políticas só poderão ser harmonizadas através de mecanismos de diálogo e da coordenação de esforços no mais alto nível, que transformem em efetivas realizações a vontade, tantas vezes expressada, de trabalhar, coletivamente, por um sistema internacional mais justo.

O objetivo do diálogo e da ordenação que propomos é o de

avançar de forma efetiva no sentido de soluções permanentes e duradouras. Temos que organizar ações de cooperação que transcendam as de alívio da carga do endividamento derivado das operações de renegociação e que permitam, através de medidas complementares nos campos da dívida, do comércio e do financiamento, uma rápida restauração das condições para um crescimento constante dos países em desenvolvimento.

Os riscos da falta de respostas

Ao mesmo tempo que chamamos a atenção para a necessidade do diálogo político responsável e eminentemente construtivo, queremos compartilhar nossa preocupação ante os riscos que têm para toda a economia internacional a falta de resposta e a continuação de situações que tornam tão onerosos os processos de ajuste interno em curso, e que, se persistirem, poderiam criar situações imprevisíveis para toda a comunidade internacional.

V. Excia. não ignora as consequências sociais e políticas desse estado de coisas para nosso clima de convivência interna. Tais consequências se tornam, contudo, muito mais dramáticas, quando se podem transformar em sérios obstáculos à estabilidade do sistema político internacional e ao fortalecimento e consolidação de nossas democracias, especialmente daquelas surgidas após custosos processos de mudança, impulsionados pela vontade de nossos povos e acompanhados pela solidariedade de países amigos.

Na certeza de que esses argumentos não de contribuir para uma visão realista e pragmática dos problemas da economia mundial em relação com a situação de nossos países, aproveito a ocasião para reiterar a V. Excia. as expressões da minha mais elevada consideração. ●

Unidade versus terror

Reagindo a uma nova onda de repressão, a oposição se une em um Compromisso pela Vida, os Direitos Humanos e a Democracia

Como consequência direta de uma onda de sequestros e crimes contra opositores chilenos, vários deles conseguiram superar suas divergências e assinar (ainda a título pessoal) um "Compromisso pela Vida, os Direitos Humanos e a Democracia". O presidente da Internacional Democrata Cristã, o chileno Andrés Zaldívar, revelou a *cadernos* que se os democratas não conseguirem derrubar Pinochet pela via pacífica a curto prazo (antes de 1989), "serão outros os atores em cena". A frase é uma alusão direta a quem, como a Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR), exerce uma oposição militar contra a ditadura do general Augusto Pinochet. Uma oposição militar ainda em baixa escala, mas constante e ao longo de todo o país, sob a forma de atentados contra obras públicas, edifícios do governo, quartéis policiais ou militares e estabelecimentos de empresas transnacionais.

Também parece uma alusão aos que, sob o pretexto de fazer uma "guerra suja" à FPMR e disfarçados sob a sigla Acha (Ação Chilena Anticomunista), aterrorizam a oposição em seu conjunto, recorrendo até mesmo à violência sexual contra as mulheres, como recentemente aconteceu com a filha de um advogado democrata cristão de Viña del Mar, um balneário próximo a Santiago. Noiva de um

preso político, depois de sequestrada, torturada e estuprada, a jovem foi abandonada nua, altas horas da noite, com seu corpo pichado de vermelho com a sigla *Acha*.

Torturas e sequestros

A filha de Alejandro Hales, ministro das Minas no período do presidente Eduardo Frei (1964-1970), Carmen Andrea Hales, também foi sequestrada, psicológica e sexualmente torturada, e insultada por uma quadrilha anticomunista, cujo chefe era chamado de "El Capitán" e

que dispunha de uma sede, de pessoal e veículos semelhantes aos de algum organismo policial, segundo Carmen Andrea.

A Associação Sindical de Educadores do Chile (Agech), instituição que mais sofreu essa repressão clandestina e criminosa na pessoa de seus dirigentes, denunciou publicamente que os autores do sequestro e assassinato do seu presidente metropolitano, Manuel Guerrero, do sociólogo e funcionário do Vicariato da Solidariedade do Arcebispo de Santiago, José Manuel Parada, e do desenhista Santiago Nattino, são membros de um organismo policial ou de informação do regime militar.

A detenção, no dia 26 de abril passado, de 264 socialistas — homens, mulheres e crianças — que comemoravam o aniversário do fundador do seu partido no Chile, mostra que a repressão não é só clandestina. Como também, a permanência no campo de prisioneiros de Piságua (localizada no deserto, a 1.900 quilômetros ao norte de Santiago) de cerca de 200 habitantes de bairros



A cada dia, mais chilenos saem às ruas para enfrentar a ditadura

pobres. O sub-secretário do Ministério do Interior, Alberto Cardemil, reconheceu que não se trata de meros "delinquentes comuns", como se havia assegurado desde a implantação do estado de sítio (6 de novembro de 1984), mas de "delinquentes comuns utilizados pelos opositores nos chamados protestos pacíficos destinados a subverter a ordem pública".

"Trabalho sujo"

Tal situação teve início em 11 de setembro de 1973, quando o presidente Allende, eleito demo-



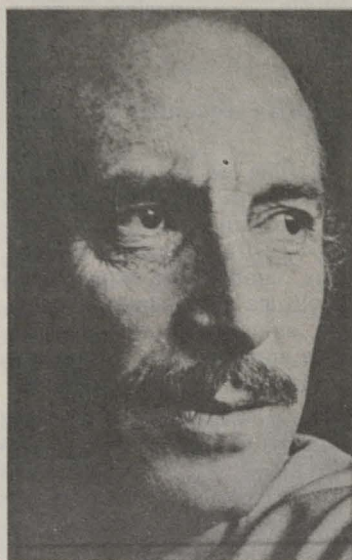
O general Carlos Prats (acima), um dos militares que se opôs ao golpe, e o ex-chanceler de Allende, Orlando Letelier (direita), morreram assassinados no exílio

craticamente em 1970, foi derrubado pelo general Augusto Pinochet, o "tio Augusto", como o chamavam, carinhosamente, os filhos do ministro da Defesa de Allende, o também socialista José Tohá González. O presidente Allende morreu em La Moneda, no palácio do governo, num combate com numerosos partidários contra soldados, tanques e aviões das forças armadas chilenas. O ministro Tohá morreu vítima de torturas físicas e psíquicas, depois de permanecer no campo de concentração da

ilha Dawson, ilha que ele mesmo havia entregue ao exército quando era secretário de Estado.

Basta reler "Labirinto", o livro escrito pelo ex-promotor do Departamento de Justiça do governo dos Estados Unidos, Eugene M. Propper (onde ele relata as tramas por detrás dos bastidores da investigação sobre o assassinato, em Washington, do ex-chanceler chileno Orlando Letelier), para entender que Pinochet se mantém no poder, em grande parte, devido ao "trabalho sujo" e "encoberto" de seus agentes de polícia.

A investigação de Propper desmascarou a Direção da Inteli-



gência Nacional (Dina), ex-polícia secreta de Pinochet, apontando-a como responsável pelo assassinato do ex-comandante e chefe do exército chileno, general Carlos Prats, que, junto com a sua esposa, morreu destrojado por uma bomba colocada em seu automóvel, no dia 30 de setembro de 1974, em Buenos Aires, Argentina. O general Prats, um dos altos oficiais chilenos que se opuseram ao golpe preparado por Pinochet, combatia do exílio a ditadura militar chilena.

Propper revelou também que a Dina atirou contra o velho líder democrata cristão Bernardo Leighton e sua esposa, numa cidade da Itália, deixando-os em estado grave e semi-inválidos. O ex-promotor descobriu ainda que a Dina fracassou na realização de um atentado no México contra exilados chilenos e na campanha para matar o ex-senador socialista Carlos Altamirano, que, de acordo com o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), havia conseguido infiltrar-se na Marinha antes do golpe militar, sendo descoberto. Tanto no assassinato de Letelier e Prats, como no atentado contra os Leighton, a Dina atuou em combinação com organizações secretas anti-comunistas existentes nos países onde residiam seus "alvos". Para atuar contra seus compatriotas chilenos, dentro do país, ela mesma se bastava.

Terror contínuo

Depois que veio à tona o escândalo, através da investigação de Propper e do FBI, Pinochet substituiu a ex-Dina pela atual Central Nacional de Informações (CNI). Por trás dela, existem órgãos de informação que atuam contra a oposição em todos os níveis das forças armadas e policiais: o Serviço de Inteligência Militar (SIM), o Serviço de Inteligência de Carabineiros (Sicar), a Direção de Comunicação de Carabineiros (Dicomar), o Departamento de Ordem e Segurança número 7 (OS-7), também de Carabineiros, e os serviços de inteligência da marinha e força aérea. Todos esses grupos vigiam e reprimem os opositores do regime militar. E, nessa tarefa, competem entre si.

A CNI se utiliza de todos eles, com ex-membros da Dina: civis que deixam o serviço militar e voltam às suas atividades habituais como "reservistas" e fun-



A oposição se une em repúdio aos crimes: da esquerda para a direita, Radomiro Tomic (Democrata Cristão), Jorge Lavandero (Projeto Democrático Nacional), Carlos Briones (Partido Socialista) e José Sinfuentes (Movimento Democrático Popular) ouvem os depoimentos de mães e pais cujos filhos morreram assassinados

cionários das forças armadas e policiais aposentados. Sua estrutura é compartimentada e celular, com “chapas” (pseudônimos), organizações sociais e políticas de fachada (como o movimento “*Avanzada Nacional*”), empresas etc. Embora desde o começo tivesse atribuições legais para coletar informação, Pinochet no último ano aumentou suas prerrogativas para deter pessoas e possuir locais de detenção. Antes, também prendia os oposicionistas e usava esses mesmos locais, só que ilegalmente.

Um longo grito de dor

O sequestro e degolamento, no final de março, do professor Manuel Guerrero, do sociólogo José Manuel Parada e do desenhista Santiago Nattino, não foi um fato isolado. O advogado Gustavo Villalobos, do Vicariato da Solidariedade do Arcebispo de Santiago, declarou que o ponto comum entre as três vítimas era a sua militância no Partido Comunista. O diretor geral dos Carabineiros e membro da junta de governo, informado tal-

vez pela Dicomar, assegurou que se tratava de “dirigentes comunistas de alto nível”. O jornal clandestino “*El Siglo*”, do Partido Comunista, lhes rendeu homenagem como “heróis do povo” e acusou, diretamente, a CNI e a Dicomar pelos assassinatos.

No mesmo dia do sequestro de Guerrero e Parada (sexta-feira, 29 de março), os Carabineiros e a CNI mataram a tiros, em plena via pública, os irmãos Rafael e Eduardo Vergara Toledo, de 18 e 20 anos, filhos de um casal de funcionários do Vicariato da Solidariedade, acusando-os de “delinquentes comuns que tentavam assaltar um estabelecimento comercial”. As testemunhas, dezenas de moradores do local, viram como eles caíram abatidos enquanto fugiam, perseguidos por numerosos policiais. Bandeiras e palavras-de ordem do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) foram levantadas durante os funerais.

Ao mesmo tempo, em outro local de Santiago, morria uma jovem estudante, metralhada pela CNI, acusada de resistência armada quando a polícia entrou

em sua casa. A estudante foi acusada pela CNI de possuir um arsenal e ser militante do MIR.

As seis vítimas foram assassinadas depois da morte de dois membros do órgão de segurança, enquanto desativavam uma bomba nas dependências de uma rádio clandestina (Rádio Libertação), na cidade de Concepción, 500 quilômetros ao sul de Santiago. Alguns observadores associaram os fatos, recordando antigas ameaças: “Morrerão três comunistas por cada membro das forças armadas assassinado”.

Mas, a realidade é mais do que uma *vendetta* e se concretiza nas dramáticas palavras de Estela Ortíz, esposa de José Manuel Parada, ao tomar conhecimento do assassinato de seu marido. Foi um longo grito de dor, entre soluços: “... há oito anos, a Dina levou meu pai (dedido-desaparecido)... hoje matam meu marido... Me deixam com quatro filhos. Com Javiera; com Camilo, que tem oito anos; Juan José, que tem seis, e meu Antonio, que tem um ano e oito meses...” (Juan Jorge Faundes)

Nicarágua

Denunciada manobra de intimidação do FBI

O alvo da manobra são os norte-americanos que visitaram a Nicarágua ou que participaram de reuniões em que se questionou a política de Reagan na América Central

A denúncia foi feita pelo deputado democrata Don Edwards, da Califórnia, presidente da Subcomissão Judiciária de Direitos Cíveis e Constitucionais da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos. Num artigo intitulado "Por favor, fale-me da Nicarágua", escrito para o *Wa-*

shington Post, ele revelou que o FBI estava procurando interrogar os cidadãos que haviam estado na Nicarágua ou participado de encontros em que se questionava, legalmente, a atual política dos Estados Unidos na América Central.

O artigo veio ratificar a vali-

dade de protestos formulados desde o início de abril por entidades como o Centro dos Direitos Constitucionais e a União Americana dos Direitos Cíveis. O diretor do FBI teve que reconhecer que os protestos eram fundamentados, embora negasse que o objetivo da campanha fosse intimidar ou perseguir os participantes do movimento antiintervencionista e de solidariedade com a Nicarágua.

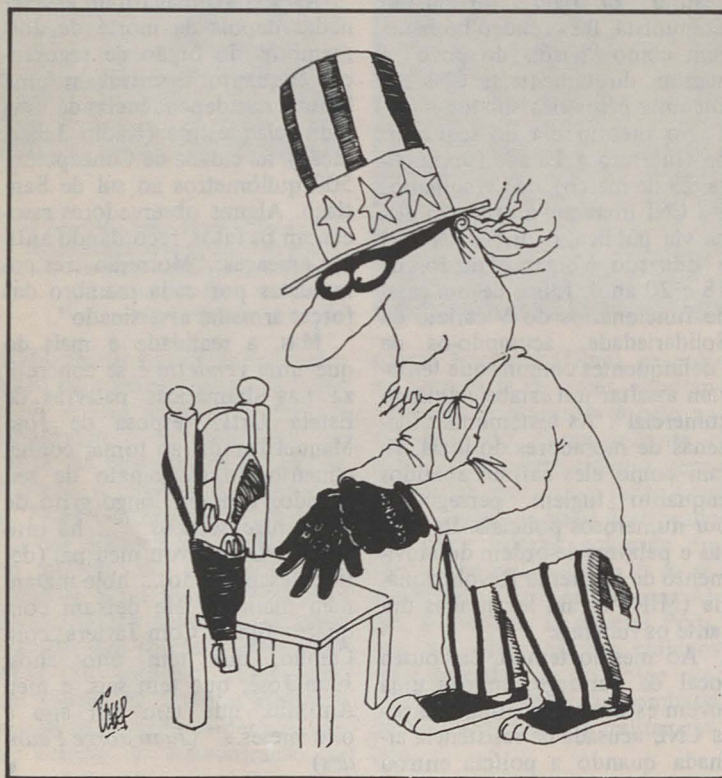
O artigo de Edwards merece ser reproduzido, inclusive por demonstrar que o respeito aos princípios constitucionais e liberais continua sendo, apesar de Reagan, uma das melhores tradições norte-americanas.

O artigo de Edwards

"Por favor, fale-me da Nicarágua. Trata-se de uma conversa amistosa."

"Agentes do FBI e de outros órgãos de informação do país começaram a deixar convocações nas caixas de correio dos cidadãos preocupados com os rumos da política dos Estados Unidos em relação à América Central. Os agentes também têm visitado essas pessoas e falado com seus vizinhos e amigos. A oposição ativa à política norte-americana parece não ser um pré-requisito das visitas. Um estudante de direito de Nova Iorque foi surpreendido por uma visita do FBI somente porque assistiu a uma reunião pública sobre a Nicarágua.

"Segundo o diretor do FBI, William H. Webster, seus agentes efetuaram pelo menos uma centena dessas visitas. Webster, cuja ascensão ao comando do FBI aplaudi com agrado, disse que os seus agentes são sempre cordiais e que as visitas nunca são ameaçadoras. Mas, independentemente de quão



amistosas possam ser tais visitas, elas suscitam várias questões perturbadoras.

“Primeiro, por que agora? O verdadeiro papel dos Estados Unidos na América Central é um dos temas mais calorosamente discutidos atualmente. Muitos norte-americanos têm sérias dúvidas quanto à sabedoria e à eficácia da nossa política na Nicarágua, El Salvador e outros países da região. Um número crescente de pessoas está indo à Nicarágua com o objetivo de formar as suas próprias opiniões sobre o que ocorre naquele país.

da pergunta: quem de terminou a realização das visitas? Webster afirma que o FBI recebeu ‘instruções específicas’ do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Agência Central de Inteligência (CIA) no sentido de realizar um certo número de entrevistas. Isso significa que o CSN — integrado pelo presidente, pelo vice-presidente, pelos secretários de Estado e da Defesa, e pelo diretor da CIA, designado pelo presidente — encarregou o FBI de ‘fichar’ as pessoas que se opõem à política norte-americana na América Central? Em nosso pas-

Estados Unidos na América Central responda a perguntas de um agente do FBI, da mesma forma como é improvável que uma pessoa apenas superficialmente envolvida saiba algo de importância para os nossos serviços de inteligência.

“Na maioria dos casos que chegaram ao meu conhecimento, as pessoas responderam ao gentil convite do FBI para uma conversa com um ‘não’ igualmente gentil. Deverá o agente do FBI, nesses casos, relatar: ‘sujeito contactado se recusa a cooperar’? E no caso da mulher que sugeri ao agente que a procurou que relese a Constituição? Haverá um prontuário sobre essa mulher com a informação ‘sujeito contactado, recusa cooperar, cita a Constituição’?”

“(…) Pelo terceiro ano consecutivo, o governo solicitou ao Congresso que aprove substanciais aumentos no orçamento de informação estrangeira do FBI. Se o atual quadro de agentes tem tempo para assistir a reuniões públicas sobre a Nicarágua e para visitar viajantes que regressam da América Central, o FBI deve ter agentes de sobra.

“A aparente futilidade desse tipo de interrogatório é que me levou à primeira pergunta: por que agora, no exato momento em que estão sendo debatidas e decididas a política centro-americana e a ajuda aos ‘contras’, agentes do FBI visitam as pessoas envolvidas no debate? Parece inevitável que tais visitas levem algumas pessoas a se afastarem do debate. E eu não creio que seja este o papel do FBI.

“Deve-se deixar que o FBI persiga, diretamente, qualquer agente nicaraguense que opere neste país. Mas, não se permita que, através de visitas ‘amistosas’, o FBI se veja envolvido — ou que se crie a impressão de que está sendo envolvido — no que não passa de um debate sobre política externa.” (Gregorio Selser)



Cindy Karp

Anti-sandinistas, apoiados pelos EUA, treinam numa base hondurenha

“Quando, no entanto, um agente do FBI bate à sua porta, por mais cortês que seja, deduz-se que você fez algo de errado. Você visitou um país cujos dirigentes o nosso presidente gostaria de ver de joelhos. Você esteve numa reunião pública. Você questionou a política externa norte-americana. Assim, no exato momento em que a polêmica nacional é mais intensa e a participação pública se torna mais importante, a visita sugere, com sutileza, que você não discuta nem participe.

“O que me leva a uma segun-

sado recente, os fazedores de política externa pretenderam, com muita frequência, envolver o FBI no confronto com a oposição doméstica. Não podemos apoiar um retorno desses métodos.

“Terceiro: qual é o sentido disso tudo? O governo acredita, realmente, que os sandinistas sejam uma ameaça à nossa segurança nacional? E, mesmo que fossem, o que o governo espera ouvir dos que contestam isso? É improvável que uma pessoa autêntica e ativamente contrária à política dos

Governador Leonel Brizola

O 13º salário para o funcionalismo público

O Governo Federal decidiu reajustar, a partir do dia 1º de julho, os vencimentos de seus servidores em 89,2%, acima, portanto, dos 100% do INPC (80,3%). A União, certamente, resolveu fazer justiça ao seu funcionalismo, concedendo esta margem acima do índice de elevação dos preços ao consumidor (INPC), para compensar a desvalorização real que há anos incide sobre os vencimentos dos servidores públicos.

Ao tomar essa medida, o Poder Central o fez sem maiores dificuldades. Tem e maneja a corrupção, conforme a sua vontade, e sem levar em conta, tantas vezes, as consequências sobre o conjunto da Nação e, neste caso, especificamente, para as exauridas finanças dos Estados e Municípios. Dispõe, a União, de uma espécie de monopólio das iniciativas em matéria de impostos, além de múltiplos mecanismos financeiros para obtenção de recursos. Pode, como de costume, cobrir todas as suas despesas através da emissão de papel-moeda. Destas facilidades, só o Governo Federal, e somente ele, pode dispor.

Evidentemente que sem o desejar, o Poder Central criou uma situação muito difícil para os Estados e Municípios. Pois, efetivamente, seria uma injustiça que só os servidores federais viessem a ter aqueles benefícios. Não se trata de uma questão de hierarquia, e sim de uma situação social, rigorosamente idêntica, à que se pretende acorrer.

O justo e correto seria que o Governo Federal, ao tomar aquela medida, provesse os recursos necessários para as despesas adicionais que impôs aos Estados e Municípios, porque estes não têm outra alternativa senão assumir os mesmos índices federais. Pelo que se sabe, tal possibilidade não foi sequer cogitada pelo Governo Federal.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, com imenso esforço, já havia adotado o critério de reajustamentos automáticos de 6 em 6 meses, e na base de 100% do INPC. Chegamos a esses níveis graças a uma política de austeridade e ao desempenho da Administração em matéria de saneamen-

to financeiro. Em lugar de reajustamentos ao azar de eventualidades, a correção dos efeitos da inflação tornou-se uma espécie de direito adquirido dos servidores. E foi exatamente com a preocupação de estabelecer um direito adquirido para o servidor que optamos, neste momento, pela adoção do 13º salário. Isto é, em lugar de simplesmente acompanhar a União em índices que amanhã podem ser rebaixados, ou extintos, inclusive sub-repitiamente, chegamos à conclusão de que o melhor seria instituir, como uma conquista permanente, o benefício justo e merecido do 13º vencimento para os servidores públicos do Estado e do Município do Rio de Janeiro.

Seria, pois, coerente e justo que a União Federal, já que nos ensejou esta oportunidade que tanto almejávamos, viesse a considerar a conveniência de transformar a diferença agora eventualmente concedida num direito adquirido do funcionalismo federal, o 13º vencimento.

Nos próximos dias será transformado em lei o projeto que encaminhamos ao Poder Legislativo e que recebeu dos Srs. Deputados aprovação unânime. A partir de agora, os servidores públicos do Estado e do Município do Rio de Janeiro passarão a contar, além da semestralidade e reajustamentos automáticos em 100% do INPC, com o 13º salário. Direitos adquiridos.

Gostaríamos de assinalar alguns pontos mais significativos da política que nosso Governo vem procurando pôr em prática em matéria de Administração e de Pessoal, como também as principais decisões que conseguimos tomar em benefício do funcionalismo público, civil e militar.

Secretariado — Ao assumir o Governo, fizemos as nossas avaliações sobre o ambiente que nos aguardava. Desconfianças, inconformidades, expectativa da Imprensa, estruturas, privilégios e vícios de 20 anos de arbítrio. Dei para a véspera da posse a divulgação dos nomes do Secretariado. O saudoso Sr. Tancredo Neves fez o mesmo. E foi muito exaltado por sua alta sagacidade política, pelos mesmos que me criticaram duramente.

Administração — O meu primeiro ato foi reestruturar a alta Administração. Precisava enfrentar o caos e a anarquia administrativa. Mais Secretários de Estado, descentralizar para controlar. Novas secretarias, sem novas despesas. Extinção da Secretaria de Segurança. O novo Governo recebeu logo uma saraivada de condenações e críticas. Como previmos, os condôminos do Poder iriam reagir. O eminente e saudoso Sr. Tancredo Neves também criou novos ministérios, procedendo da mesma forma, e, também, foi muito elogiado por isso.

Não ao empreguismo — Encontrei um decreto, em vigor, mas desmoralizado, porque ninguém o respeitava, estabelecendo que toda e qualquer admissão no Serviço Público do Estado e do Município do Rio de Janeiro deveria ser precedida de expressa autorização do Governador. Não foi preciso publicar o decreto que havíamos elaborado. Bastou-nos fazer observar as normas até ali desrespeitadas pelos seus próprios autores. E assim tem sido até agora. Sempre que me deparo com alguma violação, há consequências. Por enfrentar, firmemente, os vícios do empreguismo, o loteamento político do Serviço Público e os abusos das estatais, passei a ser considerado centralizador e, logo a seguir, chamado de caudilho e autoritário. Agora, a Nova República do Presidente Sarney anuncia que pretende adotar medida semelhante: ninguém ingressará no Serviço Público Federal sem autorização do Planalto. Teríamos, então, um caudilho maranhense? Certamente que não. Ao contrário, será muito elogiado.

Não às demissões em massa — O empreguismo mais desabusado propiciou o ingresso de dezenas de milhares de pessoas no Serviço Público, ao ponto que, só nos últimos dois anos do Governo anterior, os admitidos foram mais de 25 mil. Decidimos, por uma questão de humanidade, e para não agravar o problema do desemprego, manter e assimilar essa massa de gente. A propósito, as estatísticas vêm demonstrando que o Rio de Janeiro, nestes últimos meses, apresenta o menor índice de desemprego entre as grandes regiões metropolitanas do País. Em relação a 1984, as vendas do comércio cresceram de 5 para 14%. Sem nenhuma dúvida, vêm pesando nesse quadro a política sobre pessoal, as obras e os investimentos do Governo do Estado. A União reduziu drasticamente sua colaboração e realizações aqui. O Rio de Janeiro vem sendo discriminado há mais de dois anos.

Austeridade e saneamento financeiro — Desde o primeiro dia, iniciamos uma luta crescente visando racionalizar, moralizar e desenvolver os serviços de arrecadação. Simultaneamente, o controle e disciplina da despesa pública e o saneamento e consolidação das dívidas e compromissos desordenadamente acumulados pelos governos anteriores. Rigoroso controle financeiro das empresas do Estado, autarquias e fundações, seus investimentos e custos. Recuperação e fortalecimento do sistema Banerji, e restauração das legítimas funções das Secretarias da Fazenda e do Planejamento, deformadas pelos srs. Roberto Campos e Delfim Netto, desde o início da ditadura. A primeira, com a arrecadação, a despesa, o custeio, centro da vida financeira do Estado; a segunda, o planejamento geral da Administração direta e indireta, projetos, programas e controle dos investimentos.

Inativos — Com os seus proventos totalmente defasados, os inativos vinham recebendo quantias irrisórias. Durante a campanha eleitoral de 1982, nos mostravam seus contracheques, muitas e muitas vezes. Homens e mulheres,

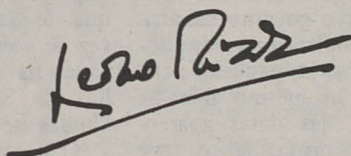
encanecidos no Serviço Público, à beira da marginalidade. Um quadro de clamorosa injustiça. Deixaram-nos a Lei da Paridade como uma bomba. Concederam aqueles benefícios, às vésperas das eleições, mas nada executaram. Pois bem, quiseram nos fazer um mal e acabaram nos ensinando o que desejávamos. Executamos a Lei da Paridade, revisando milhares e milhares de situações. A folha dos inativos deu um salto de 2.678% (de 1,4 passou a 37,5 bilhões de cruzeiros). Foi o setor mais beneficiado até hoje em matéria de funcionalismo. Foram mais de 30 mil aposentados que tiveram, na generalidade, seus proventos multiplicados algumas vezes. E ainda vêm recebendo os atrasados.

Concursos públicos — Reinstituímos o Concurso como norma permanente para o ingresso no Funcionalismo. Realizamos grandes concursos, inclusive em setores onde há muitos anos não mais se realizavam (Magistério, Polícias militar e civil, promotores, procuradores, defensores públicos, guardas penitenciários e outros). 95% dos que ingressaram no Serviço Público no atual Governo, o fizeram através de concurso público.

Reestruturações — Praticamente 90% dos servidores tiveram benefícios reais por reestruturações e reenquadramentos, nas diversas áreas da Administração. Desde a Magistratura, que alcançou níveis condizentes com sua alta missão constitucional, o Ministério Público, procuradores, os defensores públicos, o professorado estadual e do Município do Rio de Janeiro, as Polícias militar e civil, engenheiros e outros profissionais, fazendários, agentes administrativos, motoristas, além de diversas categorias funcionais de órgãos descentralizados.

Reajustamento — Sem descuidar da previsão de investimentos que a comunidade tem todo o direito de exigir e, de outro lado, do pagamento em dia do pessoal, fomos avançando com critério e prudência, até que pudemos atingir o patamar de reajustamento em 100% do INPC com semestralidade automática. E finalmente, agora, como aspirávamos, o 13º salário, corrigindo, dessa forma, uma discriminação contra o funcionalismo civil e militar, que se vinha perpetuando há mais de 20 anos.

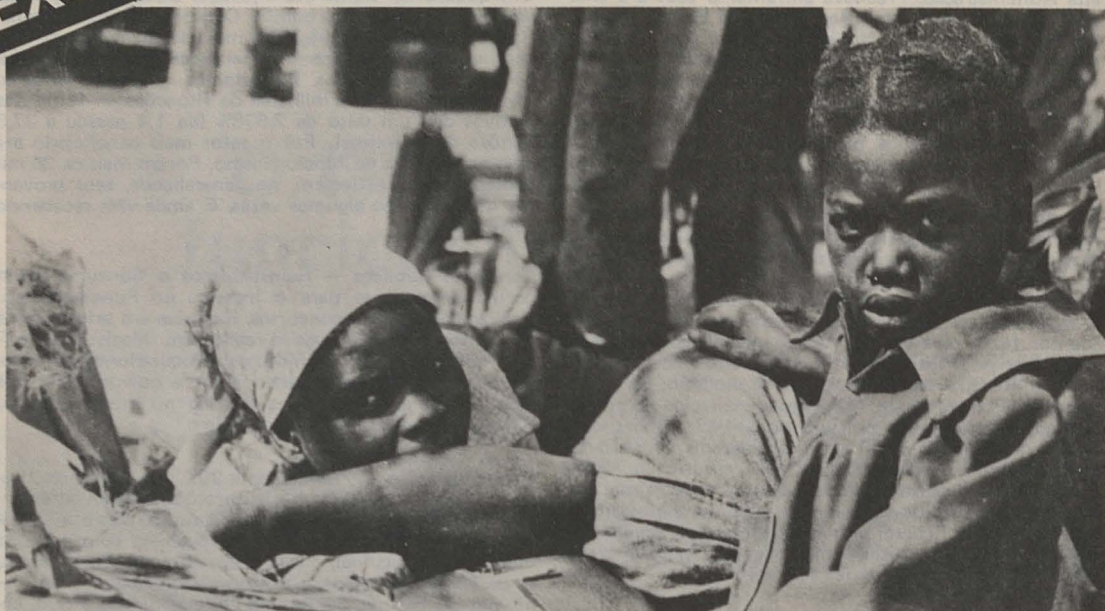
É possível que algum Estado da Federação tenha saneado suas finanças, feito investimentos e concedido benefícios aos seus servidores igual a nós. Mais que nós, gostaríamos de saber quem fez.



Governador Leonel Brizola

EXCLUSIVO

África/Namíbia



A repressão desencadeada pelas tropas sul-africanas obrigou um grande número de patriotas a se refugiar em Angola

Pretória desafia outra vez a ONU e a África

A criação de um governo interino em Windhoek agrava o impasse em torno da independência do último país africano ainda submetido ao colonialismo direto

Carlos Castilho, enviado especial

O Conselho das Nações Unidas para a Namíbia estava reunido em caráter extraordinário em junho em Viena, quando surgiram as primeiras informações de que o governo sul-africano iria instalar uma administração provisória naquele país, no dia 17 do mesmo mês. A coincidência das datas aparentemente foi proposital e teve como objetivo mostrar que o primeiro-ministro da África do Sul, P.W. Botha, continuava ignorando todas as pressões internacio-

nais a favor do fim da ocupação ilegal da ex-colônia alemã.

Além disso, deixou mais uma vez claro que ele está decidido a impor suas próprias decisões no que se refere à Namíbia, em vez de aceitar as propostas aprovadas há sete anos pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas através da Resolução 435.

O governo interino na verdade se constitui numa nova tentativa sul-africana de confundir a opinião pública mundial e tentar fazer com que a independên-

cia do território seja alcançada através de negociações entre grupos políticos da Namíbia favoráveis ao regime racista e o principal movimento de libertação do país, a Swapo, considerada pela ONU como o único representante do povo namibiano. O Conselho da ONU para a Namíbia condenou energicamente em Viena a instalação do governo interino patrocinado por Pretória, pedindo que ele não seja reconhecido por nenhum país do mundo. Mas não pode adotar

medidas mais concretas contra a África do Sul, devido à obstrução que tradicionalmente os Estados Unidos vêm exercendo no Conselho de Segurança, toda vez que as nações africanas propõem sanções mais duras contra o *apartheid*.

O governo interino substituiu o administrador colonial nomeado pela África do Sul, que governou a Namíbia durante os últimos anos, depois do fracasso da primeira tentativa de montar um regime títere, em 1978. Na época, os sul-africanos chegaram a organizar um simulacro de eleições nas quais só puderam participar os adversários da Swapo. O grupo vencedor foi a Aliança Democrática Turnhalle (DTA), que no entanto acabou se desmembrando dois anos depois, com o agravamento das divergências entre os 11 partidos que a compunham, na questão do *apartheid* e da submissão a Pretória. Agora, a mesma tentativa é revivida através da Conferência Multipartidária, que reúne um número ainda menor de partidos, num total de seis, dois dos quais são considerados grupos meramente formais. A outra diferença importante é que a África do Sul sequer considerou agora a possibilidade de realizar outro simulacro de eleições.

Sem flexibilidade diplomática

Durante a reunião do Conselho da Namíbia em Viena, o representante permanente da Swapo na ONU, Theo-Ben Gurirab, afirmou a **cadernos do terceiro mundo** que o novo regime interino é "politicamente mais fraco que o anterior, menos representativo dos setores pró-racistas, e possivelmente terá uma duração ainda menor do que o chefiado pela DTA". O que parece evidente é que ao recorrer a uma manobra tão desgastada, a África do Sul na verdade não mostra a menor flexibilidade diplomática a nível internacio-



Sam Nujoma

nal, que poderia ajudar a recuperar a sua enfraquecida imagem nos Estados Unidos e em alguns países europeus que são importantes sócios econômicos do *apartheid*.

A reunião em Viena permitiu constatar que a questão da Namíbia está hoje no centro de uma campanha internacional, onde a opinião pública terá um papel decisivo. Vários dos participantes do encontro, observadores e diplomatas, admitem que o impasse é total, e a única possibilidade de rompê-lo está no jogo de pressões dos grupos e movimentos ligados ao problema namibiano. Apenas estes grupos é que poderão levar os go-

vernros dos seus respectivos países a serem obrigados a mudar os alinhamentos diplomáticos atuais, responsáveis pela ausência de solução na questão. O Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, criado em 1967, é o administrador legítimo do território, mas nenhum de seus 31 membros conseguiu até agora entrar no país. Em 1974, a ONU aprovou o chamado Decreto Número 1 que proíbe a exploração das riquezas minerais da Namíbia por firmas e governos de países membros, e nunca esta lei foi levada ao pé da letra pelos Estados Unidos, Inglaterra, Holanda, Bélgica, França e Canadá, entre outros. A permanência sul-africana na Namíbia é considerada ilegal desde 1950 pela Corte Internacional de Justiça de Haia. Em outras palavras, as evidências são todas em favor da posição da ONU. Mas a organização tem o seu campo de ação limitado pelo poder de veto dos Estados Unidos dentro do Conselho de Segurança, onde as moções exigindo medidas concretas para o fim da ocupação colonial da Namíbia, são sistematicamente boicotadas pela delegação norteamericana.

Contando com a proteção dos Estados Unidos e a simpatia aberta da Inglaterra, o governo de Pretória entrenchou-se na



O Conselho para a Namíbia se reuniu em Viena no mês de junho passado

intransigência, ignorando apelos e pressões internacionais. Por isso, o Conselho da ONU para a Namíbia resolveu intensificar a sua campanha para conquistar "corações e mentes" na opinião pública mundial. Além das reuniões anuais com jornalistas de várias partes do mundo, o conselho vai promover em agosto um encontro de Organizações Não-Governamentais (ONG), cujo papel tem sido fundamental na divulgação e mobilização de pessoas a respeito da situação na antiga África do Sudoeste. O

Ação legal contra Holanda

Entre estes "fatos novos" estão, além da campanha em favor de sanções contra o *apartheid*, também a mobilização a favor da aplicação do Decreto Número 1. O Conselho acaba de iniciar o encaminhamento de uma ação legal contra o governo da Holanda, que é um dos membros do consórcio nuclear *Urenco*, do qual também fazem parte a Inglaterra e a França, e que importa urânio da Namíbia. A violação do decreto por estes



A Swapo mantém um sistema de autodefesa para proteger a população

Conselho reconhece que não pode avançar muito e que nem sempre os recursos disponíveis foram usados da maneira mais eficiente. Embora diplomaticamente nenhum de seus membros tenha afirmado publicamente, o Conselho aparentemente espera que as ONG criem "fatos novos" que ao serem divulgados pela imprensa, teriam possibilidade de pressionar governos que até hoje consideram mais lucrativos os negócios com Pretória do que a obediência às resoluções da ONU.

países é clara. O mesmo acontecendo com outras nações como Estados Unidos e Bélgica, mas os procedimentos legais para aplicar uma ação penal contra a Holanda podem levar anos, conforme admitiu o delegado indiano, no conselho da Namíbia, Amitav Banerji. A mesma coisa pode acontecer com processos idênticos que a ONU pretende iniciar em breve contra a Bélgica e Estados Unidos. E se não surgirem movimentos e pressões de grupos não-governamentais, é muito possível que as ações

legais com base no Decreto Número 1 acabem se perdendo no emaranhado burocrático-processualístico da justiça internacional.

Por isso, na reunião de Viena, os membros do Conselho da ONU para a Namíbia deram ênfase à realização de encontros e seminários nos vários continentes, com o objetivo de provocar uma discussão cada vez mais ampla da questão da ex-colônia alemã ocupada ilegalmente pela África do Sul. O Conselho acredita, por exemplo, que a divulgação da situação real da Namíbia, seus antecedentes históricos e das resoluções adotadas por organismos internacionais permitirá fazer com que o problema seja encarado em seu contexto concreto. Um dos exemplos mais mencionados foi o caso da controversa doutrina do *linkage*, surgida nos Estados Unidos no final da administração Carter e que prevê a vinculação da independência da Namíbia à saída dos soldados cubanos que estão em Angola desde 1975.

Segundo o diplomata Noel Sinclair, representante da Guiana e atual presidente em exercício do Conselho da Namíbia, a questão do *linkage* é "estranha ao problema do território porque foi introduzida pelos Estados Unidos e depois adotada pela África do Sul sem que ela tenha nada a ver com as resoluções internacionais já adotadas na questão. Ela está mais ligada a uma possível internacionalização do problema, dentro do quadro das tensões Leste-Oeste, do que à situação concreta no sul da África".

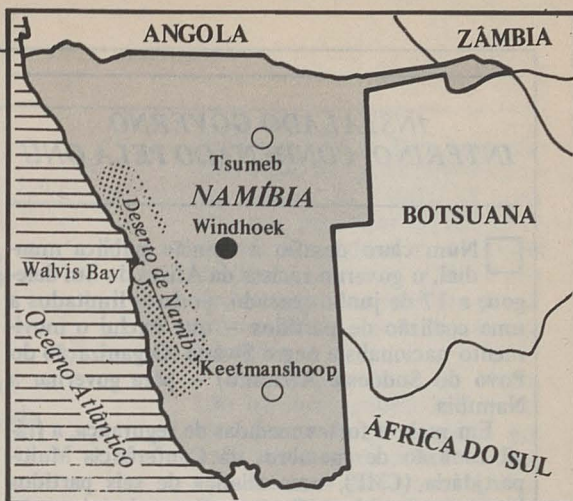
Ao ligar a questão da Namíbia à dos cubanos, a administração Reagan procura na verdade alcançar dividendo político interno e, com isso, cria um impasse diplomático na região, onde a principal vítima são os países como Angola, Zâmbia e Botsuana, que são obrigados a servir de retaguarda para a

O PAÍS

Com uma população de um milhão e 310 mil habitantes, numa superfície de 824.292 km², o território namibiano está localizado dentro da faixa desértica do trópico de Capricórnio. O deserto de Namib seria totalmente desabitado na costa se não fosse pela existência de ricos aluviões diamantíferos em exploração. A população se concentra ao norte e no planalto central, onde se registram as mais abundantes precipitações pluviométricas. A pesca e a pecuária eram a base da economia local até o boom da atividade mineira iniciada em 1960. Tem importante reservas de chumbo, zinco, cádmio e urânio.

O povo namibiano é composto por 11 etnias, das quais as mais numerosas são os *ovambo*, os *damara* e os *herero*. No entanto, são cada vez mais numerosos os negros que rejeitam a divisão tribal — reforçada pelo *apartheid* — e se identificam simplesmente como namibianos.

A Organização do Povo do Sudoeste Africano



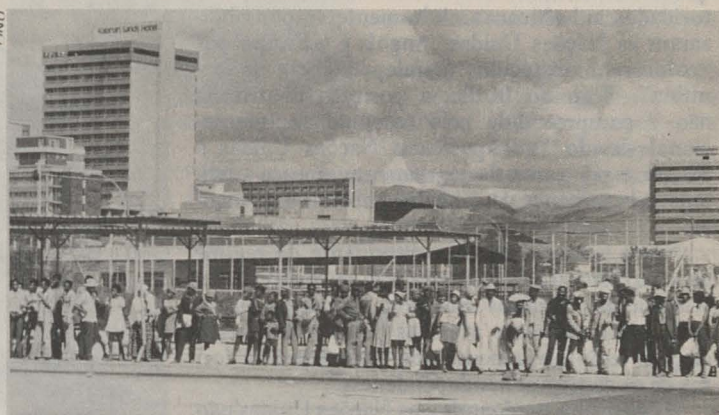
(Swapo), fundada em 1960 e presidida por Sam Nujoma, é o movimento que luta pela libertação da Namíbia. Iniciou a luta armada em 26 de agosto de 1966, por meio do Exército Popular de Libertação da Namíbia. (Mais dados, ver *Guia do 3º Mundo*, 84-85, p. 397)

Swapo, bem como sofreram permanentes represálias sul-africanas.

As pressões norte-americanas

Apesar do drama vivido por estes países onde existem hoje quase 300 mil refugiados da Namíbia, o peso da influência norte-americana é suficiente para obstruir todas as iniciativas internacionais visando à independência do território.

Além das pressões das Organizações Não-Governamentais, outro fator importante no enfraquecimento do poderio militar sul-africano recai sobre a Swapo. No momento existem na Namíbia mais de 100 mil soldados e policiais enviados pela África do Sul, o que corresponde a pouco menos de um soldado para cada dez habitantes. Além disso, o regime de Pretória gasta cerca de um bilhão de dólares anuais para manter o seu contingente de ocupação na Namíbia. A superfície do território é desfavorável à prática de ações guerrilheiras convencionais devido à exis-



Na Namíbia, há um soldado sul-africano para cada dez habitantes

tência de enormes desertos e baixa vegetação. Apenas na parte norte é que o terreno é mais favorável, mas é justamente aí que está concentrado o grosso das tropas sul-africanas, o que torna extremamente difícil as ações armadas insurrecionais. Assim, a Swapo prefere atuar em um sistema de auto-defesa, tentando proteger as populações perseguidas pelas tropas racistas. Sua possibilidade de grandes operações é reduzida e no momento os dirigentes do Exército de Li-

bertação Popular da Namíbia (Plan) consideram difícil uma ofensiva militar de grandes proporções. Mas segundo revelou Theo-Ben Gurirab, a Swapo está convencida de que a independência do território não será alcançada apenas pelo esforço diplomático. "Sabemos — disse ele em Viena — que a ajuda da ONU é importante e essencial, mas também temos certeza de que seremos nós que teremos de criar as condições finais para a independência."

INSTALADO GOVERNO INTERINO, CONDENADO PELA ONU

□ Num claro desafio à opinião pública mundial, o governo racista da África do Sul delegou, a 17 de junho passado, poderes limitados a uma coalizão de partidos — que exclui o movimento nacionalista negro Swapo (Organização do Povo do Sudoeste Africano) — para governar a Namíbia.

Em meio a fortes medidas de segurança, a frágil coalizão de membros da Conferência Multipartidária (CMP), uma aliança de seis partidos brancos e multi-raciais, assumiu a administração restrita do território, reservando-se à África do Sul a responsabilidade pela política externa e pelos assuntos de Defesa.

Na cerimônia realizada em Windhoek, capital da Namíbia, durante a qual o presidente do regime de Pretória, Pieter Botha, outorgou aquilo que definiu como “autonomia limitada”, as autoridades sul-africanas cinicamente responsabilizaram as Nações Unidas, Angola e a Swapo por “colocarem obstáculos à independência da Namíbia”. Segundo Botha, a posição sul-africana não é compreendida pela comunidade internacional devido “ao apoio das Nações Unidas à Swapo e por causa da permanente ameaça suscitada pela presença de soldados cubanos em Angola”.

Numa ameaça velada, o presidente do regime do *apartheid* afirmou que se não se concretizar a retirada dos efetivos cubanos, “todas as partes mais profundamente afetadas pelas atuais negociações terão obviamente que reconsiderar a forma de se conseguir a independência”.

Os governos ocidentais e as Nações Unidas não reconheceram o novo governo, que constitui a segunda tentativa sul-africana de conceder uma autonomia limitada à Namíbia. O primeiro governo entrou em colapso depois de quatro anos, em janeiro de 1983.

As autoridades provisórias ilegítimas que assumiram em junho passado, das quais participa inclusive um setor do Partido Nacional sul-africano, excluem a Swapo, reconhecida pelas Nações Unidas como a única representante legítima da população namibiana. Os dirigentes da Swapo, por sua vez, convocaram uma grande manifestação de protesto contra o novo governo fantoche, cuja ascensão ao poder consideram como uma tentativa sul-africana de evitar o cumprimento dos termos

da Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU, que prevê a independência da Namíbia a partir de eleições livres supervisionadas pelo organismo internacional.

O secretário geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, declarou que é “nulo e sem nenhuma validade o governo instalado pela África do Sul na Namíbia”, e pediu que nenhum país o reconhe-



O povo namibiano, através de sua legítima representante, a Swapo, está se preparando para grandes manifestações de protesto contra o novo governo fantoche

ca. “Usando essa medida ilegal — disse Pérez de Cuéllar —, a África do Sul desafia mais uma vez a autoridade das Nações Unidas, ameaçando novamente a credibilidade da organização”.

Nas Nações Unidas, o embaixador brasileiro, George Maciel, disse que a violência sul-africana contra os estados vizinhos era “uma arma reservada por Pretória para defender sua presença na Namíbia e continuar a exploração ilegal dos recursos naturais desse país”.

O período das vacas magras

O presidente Seyni Kuntché enfrenta o fim do "milagre do urânio" com a sua política da "Sociedade do Desenvolvimento"

Como tantos outros países do Terceiro Mundo, o Níger, que era o país mais pobre da África ocidental francesa no fim da era colonial, também viveu o seu "milagre". Ele se chamou "milagre do urânio", que começou para o Níger em 1974 e se estendeu até 1980, ano em que aquele produto estratégico chegou a representar 90% das exportações do país.

Mas, o "milagre" acabou com a queda dos preços do urânio no mercado internacional. E as exportações do produto, que haviam trazido 80 milhões de dólares para o Níger em 1980, renderam apenas 34 milhões dois anos depois. A abundância e a euforia cederam lugar à penúria e à insatisfação, que são, atualmente, os grandes problemas enfrentados pelo general Seyni Kuntché, chefe de estado e presidente do Conselho Militar Supremo do Níger.

A "Sociedade do Desenvolvimento"

Kuntché, que chegou ao poder em Niamey através de um golpe militar em abril de 1974, trata de enfrentar o desafio mediante a implementação do que o seu governo chama de "Sociedade do Desenvolvimento", uma estrutura política piramidal, que tem no topo um Conselho Na-



Kuntché: "o povo deve participar"

cional de Desenvolvimento. Recentemente, ele foi mais preciso a respeito numa entrevista concedida a Lyse Doucet, da revista *West Africa*, que é editada em Londres:

— A idéia é melhorar as con-

dições de vida de toda a população, e isso não pode ficar somente a cargo do Estado. O povo tem que participar do processo, através dos conselhos regionais de desenvolvimento. Cabe a eles decidir quais as medidas desenvolvimentistas que devem ser adotadas.

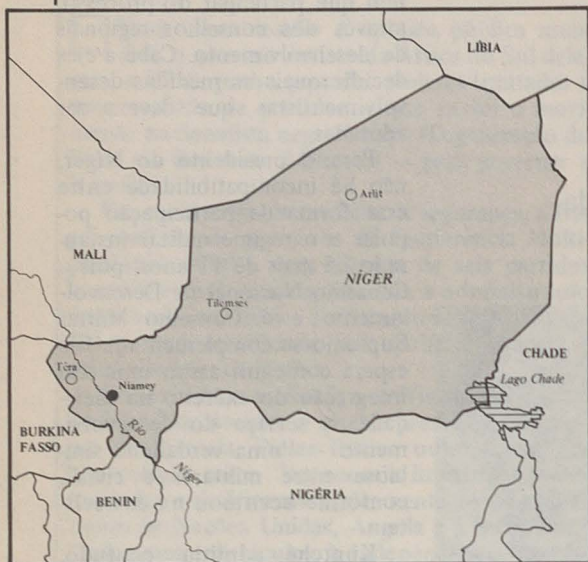
Para o presidente do Níger, não há incompatibilidade entre essa forma de participação popular e o regime militar instaurado há mais de 11 anos, pois o Conselho Nacional de Desenvolvimento e o Conselho Militar Supremo se complementam. Ele espera conseguir assim uma real integração do exército na sociedade, a serviço do desenvolvimento — "uma verdadeira simbiose entre militares e civis", conforme acentuou na entrevista.

Kuntché admitiu, contudo, que ainda está longe disso, ao reconhecer que, no momento, "o Conselho Militar Supremo é o poder supremo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento é o consultivo e o governo é o executivo". Uma fórmula, sem dúvida, meio confusa, mas que reflete as contradições existentes no Níger.



Mina de urânio de Arlit: depois do "milagre", a crise de mercado

UM PAÍS RICO EM URÂNIO



□ Sem litoral e com o norte do seu território ocupado pelo deserto do Saara, o Níger teve

a sua pobreza agravada pela seca que assolou a região africana do Sahel de 1972 a 1974. Essa catástrofe, e a fome em grande escala que provocou, contribuíram de forma decisiva para a deposição, em 1974, de Diori Hamani, que governava o país desde a sua independência da França, em 1960. O golpe foi dado por jovens militares, liderados pelo tenente-coronel Seyni Kuntché.

O Níger tinha, em 1982, 5.646.000 habitantes de diversas etnias: *haussa* (os mais numerosos), *djerma* (ou *zarma*), *songai*, *kamuri*, *tubat*, *peule-fulani* e *tuareg*. A religião predominante é a muçulmana, mas, no sul do país, são praticados cultos tradicionais africanos e existe até uma minoria cristã. É no sul que se concentra a maioria da população do Níger, cuja superfície é de 1.267.000 km². A maior parte do território é um planalto de 350 metros de altitude média, com predominância da savana ao sul.

É no norte do país que se concentram as grandes jazidas de urânio. No centro, predomina a pecuária (pastoreio nômade); no sul, a agricultura (amendoim, arroz e algodão). O grande objetivo do atual governo do Níger é o mesmo da maioria dos outros países do Terceiro Mundo: a auto-suficiência alimentar.

O presidente Seyni Kuntché enfrenta o fim do "milagre do urânio" com a sua política da "Sociedade do Desenvolvimento".

Os grandes problemas

Uma dessas contradições, comum à maioria dos países africanos, é a que opõe as estruturas de poder de um Estado moderno ao sistema tradicional de lideranças comunitárias. Kuntché procura superar o problema, transformando os chefes tradicionais em quadros, em agentes do Estado no processo de conscientização do povo. E acredita que poderá alcançar esse objetivo, uma vez que a maioria desses chefes das diferentes etnias do país frequentou os bancos escolares, onde muitos deles se especializaram como professores ou técnicos agrícolas.

Mas não é só quanto a isso que o presidente do Níger se mostra otimista. Ele também encara com tranquilidade os grandes problemas que o país enfrenta

Werner Gartung



Niamey: o choque entre um Estado moderno e o sistema tradicional

ta no momento, além da catástrofica queda dos preços do urânio: a seca, a diminuição das outras receitas de exportação e o fechamento da fronteira com a Nigéria, que prejudica até mesmo a chegada de ajuda internacional ao Níger.

O que Kuntché não quer é

que o seu otimismo seja visto como expressão de fatalismo muçulmano: "A vida é feita de altos e baixos, de períodos de luz e de sombra. Se tivemos períodos de prosperidade, é natural que enfrentemos também períodos de dificuldades, como o atual".

Oriente Médio/Irã-Iraque



Tropas iranianas capturadas na fronteira: adolescentes e crianças para a "guerra santa" de Komeini

58 meses de guerra

Enquanto recrudesçam os ataques aéreos, os países árabes mostram sua preocupação e fazem um chamado a uma solução diplomática do conflito

As sirenes de alarme antiaéreo voltaram a soar no Irã. Depois de quase um mês de virtual interrupção das sangrentas hostilidades, a aviação do Iraque retomou em meados de maio os bombardeios contra os objetivos civis e militares do Irã, que haviam sido suspensos a 7 de abril passado por ocasião da presença em Bagdá do secretário geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar.

As incursões tiveram como alvo, desta vez, um complexo industrial em Ahvaz, dois centros petrolíferos na província central de Lorestan e três acampamentos militares. Por três vezes seguidas, Teerã recebeu o fogo dos

aviões de combate iraquianos como "castigo ao Irã pelo atentado contra o xeque Jaber Al Ahmed, emir de Kuwait"¹, segundo informou a rádio Bagdá. Outras três cidades do sudoeste do Irã foram atingidas por mísseis iraquianos.

As dramáticas imagens dos campos de batalha da 1ª guerra mundial haviam ressurgido com a mesma crueza na frente que se estende ao longo de mais de 200kms da fronteira que margeia o rio Tigre, quando a ofensiva do Irã no território iraquia-

¹ A autoria do atentado, ocorrido em meados de maio, foi reivindicada pelo grupo pró-iraniano "Jihad Islami" (Guerra Santa Islâmica).

no foi derrotada a 11 de março. Em uma tentativa de controlar o importante eixo rodoviário que une o porto de Basra, ao sul, com Bagdá e, com isso, cortar em dois o território do Iraque, o exército iraniano lançou naquela ocasião um violento ataque de suas forças terrestres, no qual concentrou sete divisões e 13 brigadas. Mas a ofensiva iraniana foi rechaçada pelo intenso fogo de artilharia pesada e *katiushkas*, e pela aviação do Iraque, cujas quatro mil incursões a baixa altura encheram de cadáveres a pantanosa frente de guerra junto ao Tigre.

A resposta de Teerã à retomada dos ataques iraquianos pode

fazer com que ambos os países ingressem em nova etapa de agressões indiscriminadas a cidades, navios mercantes e petroleiros — que ano passado foram o alvo preferido dos mísseis —, e de violentos combates terrestres e aéreos.

Um milhão e meio de vítimas

A guerra do golfo Árabe, que já dura quase cinco anos, é o conflito mais sangrento desde a 2ª guerra mundial. De acordo com cifras fornecidas pela conferência internacional sobre os efeitos da guerra, realizada em Bagdá em julho de 1984, ela já custou um milhão e meio de baixas, das quais 600 mil são mortos — um-terço iraquianos, dois-terços iranianos. Em termos econômicos, o conflito custa, por dia, 700 milhões de dólares ao Iraque e 350 milhões ao Irã. Essa guerra de posições e desgastes chegou a alcançar um custo estimado em fins de 1982 em 100 bilhões de dólares, de acordo com cálculos difundidos por "Balance Militar", publicação anual do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, em Londres.

Sem dúvida, é também um dos conflitos mais incompreen-

síveis travado entre dois países do Terceiro Mundo que, apesar de antigas rivalidades, têm em comum a religião, o problema do subdesenvolvimento e mais de um inimigo.

Observadores imparciais da problemática do Oriente Médio reconhecem que o balanço da guerra parece servir somente aos interesses de Israel. Irã e Iraque são dois poderosos rivais do regime sionista que há cinco anos se neutralizam mutuamente. Para os Estados Unidos, a guerra alimenta suas pretensões hegemônicas na região, ao debilitar as forças armadas e as economias mais importantes da Ásia Menor. A região foi oficialmente declarada "zona vital para a segurança dos Estados Unidos" e, por essa razão, o Pentágono criou uma força militar de intervenção rápida, pronta para atuar em qualquer emergência.

Sem perspectivas de solução

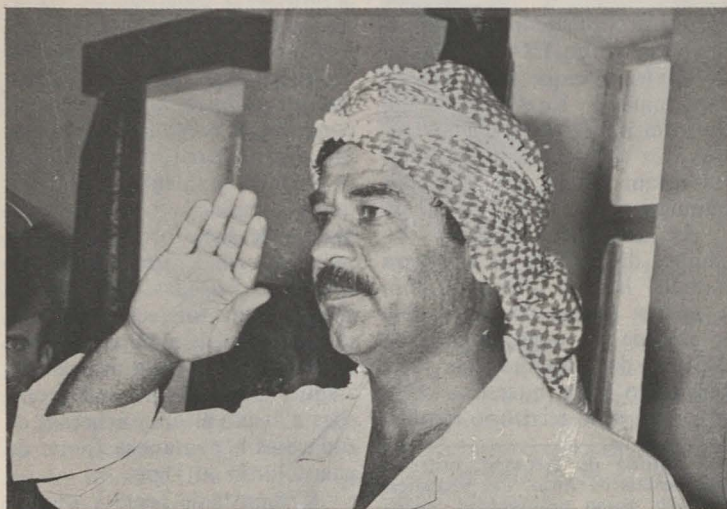
Iniciada a 22 de setembro de 1980, quando as divisões iraquianas cruzaram a fronteira do rio Shatt al Arab como represália pelos ataques iranianos do dia 4 às cidades de Mandali, Zurbatiya e Janaquín, e pela decisão do Irã de paralisar o tráfico ma-

ritimo internacional através do estratégico estreito de Ormuz, a guerra do Golfo Pérsico não parece ter perspectivas de solução imediata. (ver *cadernos* nº 47)

Até o momento, de nada serviram os esforços da comunidade internacional. As advertências dos países não-alinhados, as tentativas de mediação das Nações Unidas e da Conferência Islâmica, as exortações de cessar-fogo por parte do Conselho de Segurança e da Liga Árabe ainda não obtiveram resultados positivos.

"A guerra é uma bênção para o mundo, para todas as nações. É Deus que incita os homens a combater e a matar-se". Esta recente declaração do aiatolá Komeini não alimenta demasiadas expectativas de que as partes possam sentar-se em torno de uma mesa de negociação para resolver a disputa por via pacífica. A proposta iraniana — que condiciona o cessar-fogo à queda do presidente Saddam Hussein e de seu partido Baas, qualificados de "satânicos" e "ateus" pelos *mullahs* iranianos — também não ajuda muito nesse sentido.

A intransigência iraniana, que tem sua maior expressão em seu líder espiritual de 82 anos, foi determinante para que a guerra não tenha ainda terminado. Tudo parece indicar que nada mudará na frente de combate nem no campo diplomático até que Komeini desapareça do cenário político e o perfil da revolução islâmica possa se modificar no Irã, que enfrenta hoje um desafio ainda maior do que o sangrento conflito fronteiriço. A "guerra santa" fomentada pela autoridade do clero, que se fortaleceu depois da queda do xá Reza Pahlevi em 1979, não resolveu os graves problemas sócio-econômicos do país. Os milhares de jovens que marcham diariamente para a frente cheios de fervor religioso provêm dos setores mais pobres da socieda-



Saddam Hussein recebe um apoio internacional cada vez maior

de. Para eles, a revolução islâmica não ofereceu outra coisa senão a confiança na vitória final sobre o Iraque, enquanto as regiões subdesenvolvidas do país continuam esperando pelo impulso do progresso e os interesses dos setores sociais mais ricos, localizados sobretudo no norte do país, continuam intatos.

Contra o tempo

A ofensiva iraniana de março, na qual Teerã decidiu mobilizar o máximo de seus recursos bélicos, parece indicar que os dirigentes do Irã sentem que o tempo trabalha contra eles. Em primeiro lugar, porque o desenvolvimento de novas instalações alternativas permitiu ao Iraque depender menos das rotas de fornecimento de petróleo pelo golfo Árabe e, em consequência, tornar-se menos vulnerável aos ataques dos foguetes terra-terra iranianos contra as suas instalações petrolíferas. Em segundo lugar, o prolongamento da guerra estaria produzindo descontentamento em setores cada vez mais numerosos da população iraniana, particularmente depois do recrutamento de adolescentes e até crianças para a frente de guerra. Por último, o isolamento do Irã no mundo islâmico e a nível internacional, em evidente contraste com o apoio sempre crescente recebido pelo Iraque, não deixaria de significar um elemento que os líderes de Teerã devem levar em conta.

Nesse sentido, a presença recente em Bagdá do presidente egípcio Hosni Mubarak e do rei Hussein da Jordânia foram uma importante ratificação do apoio de ambos os países ao presidente Saddam Hussein. Em Bagdá, também se realizou a última reunião do Comitê Executivo da OLP e do *Al Fattah*, e Yasser Arafat manteve contatos com os mais altos dirigentes do governo e do partido.

O governo de Bagdá afirmou

Gamma



A frente de batalha no rio Tigre: somente morte e destruição

que se recusa a “terminar parcialmente com a guerra”. O fim dos ataques aéreos chegará — afirmou Saddam Hussein a Mubarak — quando o Irã manifestar intenções de caminhar para uma solução diplomática do conflito.

Temerosos de que a intensificação da guerra em uma região tão tensa e crítica possa levar a uma catástrofe, o restante dos países árabes reiterou uma exortação para que se ponha fim ao conflito. No decorrer da 83ª sessão do Conselho da Liga Árabe, realizada em Túnis em fins de março, os ministros árabes de Relações Exteriores acentuaram a resposta positiva do Iraque a todos os esforços de mediação para restabelecer a paz e conter

os danos que ameaçam solapar a segurança e a estabilidade da região.

O presidente da reunião, Rashid Abdullah, representante dos Emirados Árabes Unidos, expressou sua esperança de que o Irã responda positivamente aos esforços de mediação para pôr fim à guerra. Com relação à escalada das hostilidades, ele reconheceu o direito do Iraque de defender seus territórios. Uma afirmação semelhante havia sido manifestada pelo Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCASG) na reunião que manteve em Riad, ao declarar sua total solidariedade com o Iraque. (Eduardo Varela).

As Zonas Francas na berlinda

Sua contribuição para os países em desenvolvimento tem sido "decepcionante", diz um relatório da Unctad

Até pouco tempo atrás, as Zonas Francas eram vistas como expediente fácil e útil para a industrialização do Terceiro Mundo. Hoje, o encanto desses "enclaves comerciais" começa a diminuir diante de dúvidas crescentes quanto aos benefícios que realmente trazem aos países em desenvolvimento.

Afirmam os críticos que as Zonas Francas não contribuem significativamente para aumentar a receita de divisas, nem para transferir tecnologia, nem para desenvolver o parque industrial dos países onde estão instaladas. Um recente estudo da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento) veio confirmar tais suspeitas. O relatório diz que a contribuição das Zonas Francas é "decepcionante" em comparação com o que delas se esperava inicialmente.

Esperança frustrada

As Zonas Francas são um fenômeno relativamente novo. A primeira a ser implantada num país em desenvolvimento foi a de Kandla, na Índia, em 1965. Em 1980, cerca de 55 estavam funcionando em 30 países em desenvolvimento. Vinte delas situavam-se na Ásia, outras 20 na América Latina e no Caribe, enquanto a África e o Oriente Médio contavam com seis cada.

A proliferação de Zonas Francas no Terceiro Mundo continua até hoje. Em 1980, outras 33

estavam sendo planejadas ou desenvolvidas em cerca de 20 países.

Uma Zona Franca é uma área industrial fechada, destinada a processar mercadorias para exportação, dentro da qual existem fábricas isentas de tarifas de importação sobre matérias-primas e componentes utilizados na produção de bens de exportação. As firmas das Zonas Francas — a maioria das quais estrangeiras — desfrutam ainda de consideráveis incentivos, tais como isenções de impostos e acesso a crédito barato, e seus processos de importação e exportação são bastante simplificados.

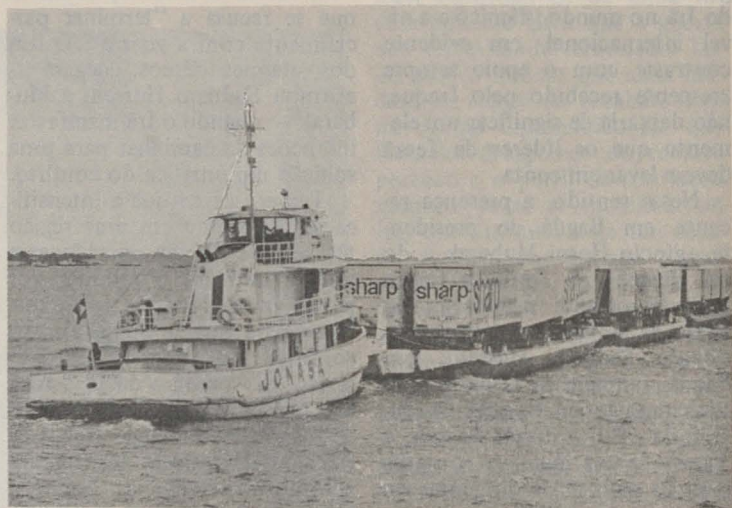
Tais privilégios são concedidos na esperança de que atraiam capital e tecnologia avançada e

gerem empregos e divisas estrangeiras em benefício do país onde estão instaladas. Essa esperança, porém, vem sendo parcialmente frustrada, motivo pelo qual a Unctad qualifica de "decepcionante" o desempenho das Zonas Francas.

Efeitos mínimos

Em primeiro lugar, há pouca transferência real de tecnologia por parte das empresas estrangeiras aos trabalhadores e profissionais locais. Grande parte do trabalho realizado nas Zonas Francas é do tipo de montagem ou atividades simples de processamento que exigem pouca mão-de-obra qualificada. As matérias-primas e os componentes são importados pelas empresas de suas matrizes nos países industrializados. Depois de processados e montados, os produtos são exportados de volta à matriz, ou para uma subsidiária desta no exterior.

Qualquer processo de produção tecnicamente sofisticado é realizado pela matriz num país



As Zonas Francas (na foto, produtos de Manaus, Brasil), segundo o relatório da Unctad, têm um desempenho econômico "decepcionante"

desenvolvido. Pesquisa e desenvolvimento também são atribuições da matriz, e até mesmo a comercialização e a distribuição dos produtos são controlados de lá. Assim, a firma da Zona Franca do país em desenvolvimento não tem qualquer controle direto sobre a verdadeira tecnologia, nem sobre a pesquisa e o desenvolvimento, nem sobre o acesso aos mercados de exportação.

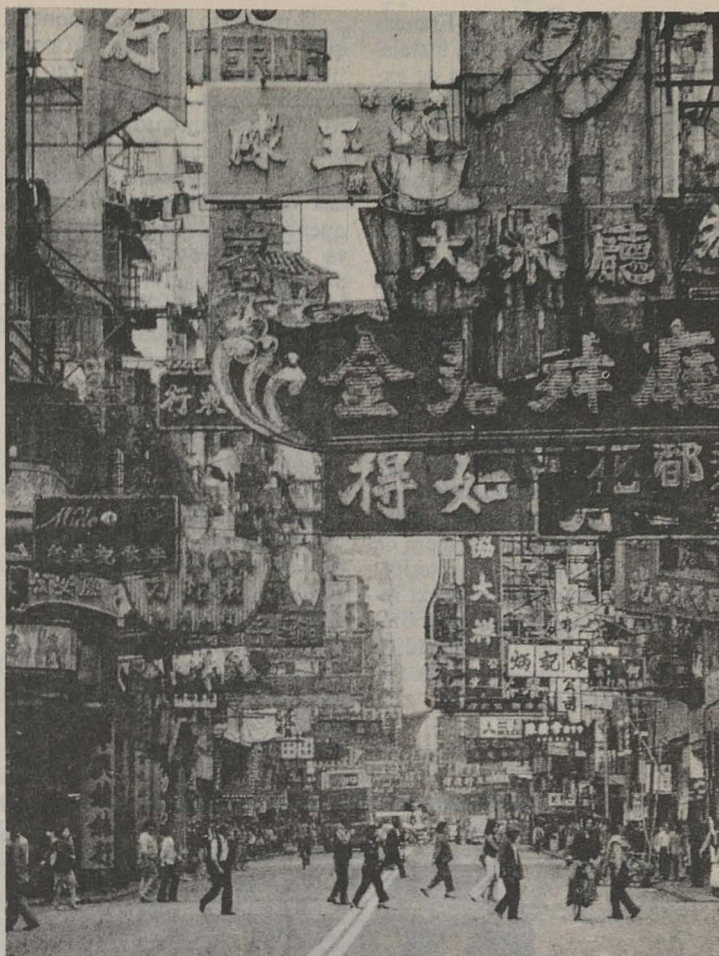
Esta situação ocorre até mesmo quando a firma da Zona Franca é uma *joint venture* entre uma empresa transnacional e uma firma local, já que a empresa estrangeira é quem decide sobre as atividades principais do projeto.

Em segundo lugar, a vinculação entre as Zonas Francas e a economia nacional é mínima. A maioria das firmas instaladas nessas zonas importa seus suprimentos das matrizes ou subsidiárias no exterior. Por isto, é mínima a conexão com as indústrias locais fornecedoras de insumos de produção — a não ser no caso de serviços básicos, como abastecimento de água ou de eletricidade.

Em terceiro lugar, embora as Zonas Francas realmente criem empregos, não chegam a alterar de modo significativo o problema do desemprego local, nem a desenvolver especializações profissionais no país onde estão instaladas.

Afirma o estudo da Unctad que o total de empregos, em todas as Zonas Francas dos países em desenvolvimento, equivale a pouco menos de um milhão de pessoas. As empresas empregam mão-de-obra de baixa qualificação em operações manuais simples, que podem ser aprendidas e dominadas em breves períodos de aprendizado. "Seus efeitos sobre a melhoria de qualificação da força de trabalho têm, portanto, sido mínimos", diz a Unctad.

As firmas das Zonas Francas



Esses enclaves econômicos (acima, Hong Kong) deveriam aumentar a receita de divisas e as oportunidades de emprego no país em que se acham

oferecem poucos cargos de direção a pessoal local. Grande parte das funções gerenciais, tais como as de comercialização e planejamento da produção, são desempenhadas no exterior pela matriz. Via de regra, os cargos-chaves de diretor-geral e tesoureiro são preenchidos mediante a transferência de pessoal da matriz, sobrando para o pessoal local os cargos de média gerência e de engenharia.

Influxo de divisas

O estudo conclui que o principal benefício das Zonas Francas para os países em desenvol-

vimento termina sendo o influxo de divisas, sob a forma de receita de exportação e capital de investimento. Contudo, até mesmo neste aspecto o desempenho é desanimador. A parcela da receita de exportação das firmas das Zonas Francas retida pelo país que as hospeda é quase sempre de menos de 25%, podendo ser bem menor em certos casos.

A maior parte do valor adicionado no local é representada pelos salários pagos a trabalhadores das Zonas Francas. Esses salários, mais algumas despesas adicionais com serviços locais, constituem a receita líquida em divi-

sas geradas pelas Zonas Francas para os países onde estão instaladas. O restante da receita de exportação destina-se ao pagamento de insumos importados e à distribuição de altos lucros aos investidores estrangeiros. A maioria desses lucros é repatriada, e não reinvestida no país onde estão localizadas. Além disto, a receita líquida em divisas gerada pelas Zonas Francas pode ainda ser menor, por causa dos recursos locais que têm que ser utilizados para que se tornem operacionais.

Os governos dos países onde se situam as Zonas Francas são obrigados a gastar quantias vultosas para construir o parque industrial e promover a imagem da indústria do país no exterior; além disso, perdem parte da receita que normalmente obteriam em virtude dos subsídios e incentivos concedidos às firmas instaladas nessas zonas.

O relatório da Unctad conclui que as Zonas Francas não constituem solução positiva ou importante para o desenvolvimento. "O treinamento de mão-de-obra qualificada é muito limitado e restringe-se às necessidades do trabalho específico em questão, que geralmente envolve um processamento apenas parcial de mercadorias", diz o relatório. "Portanto, elas não criam uma força de trabalho treinada que, ao deixar a Zona Franca, possa ser usada no setor industrial local. A característica de *enclave* e as diferenças entre os processos de produção das mesmas e os dos setores locais também limitam em muito o desenvolvimento da aprendizagem e o efeito de demonstração nas economias em que elas operam".

A partir dessa análise, a Unctad aconselha os governos dos países em desenvolvimento a definirem claramente o papel a

ser desempenhado pelas Zonas Francas na industrialização de suas economias.

As Zonas Francas deveriam constituir um meio de aumentar a receita de divisas e as oportunidades de emprego. Mas não se pode esperar que elas aumentem sensivelmente a qualificação da mão-de-obra local, a transferência de tecnologia ou os vínculos com os setores da economia interna do país.

O relatório da Unctad acrescenta que as Zonas Francas deveriam ser projetadas unicamente como um componente da industrialização de um país, e que este não deve tornar-se demasiadamente dependente das mesmas. Pelo contrário: deve dar mais atenção a outros aspectos da industrialização, especialmente àqueles que promovem indústrias locais e aperfeiçoam a capacidade tecnológica local. (*Khor Kok Peng*)

Jornal do País

Nas bancas

SEM MEIAS PALAVRAS, SEM MEIAS VERDADES.

Em cada edição, um Suplemento Especial de 8 páginas sobre a realidade brasileira.

Todas as semanas nas bancas. Distribuição nacional.

☐ Desejo receber gratuitamente um exemplar de arquivo do Jornal do País.

Desejo fazer uma assinatura semestral ☐ (Cr\$ 30.000,00); trimestral ☐ (Cr\$ 15.000,00).

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____ Estado: _____

Estou remetendo cheque nominal ou vale postal em anexo em nome da Editora Século Vinte Ltda., à rua da Lapa, 180 - grupo 1104/1106 - Tel.: 222-5771 - CEP 20241 - Rio de Janeiro.

Mais que um disco, a realização
de um desejo



“Há 40 anos queria fazer um disco como este, tocado só ao piano. Mas com uma música popular mais apurada, mais para concerto. Só agora consegui colocar isto em prática.”

Radamés Gnattali

No disco: *Carinhoso* — Pixinguinha/João de Barro, *Ponteio* — Edu Lobo/Capinam, *Corcovado* — Tom Jobim, *Cochicho* — Pixinguinha, *Preciso Aprender a Ser Só* — Marcos/Paulo Sergio Valle, *Manhã de Carnaval* — Luiz Bonfá/Antonio Maria, *Chovendo na Roseira* — Tom Jobim, *Do Lago à Cachoeira* — Sergio Ricardo e *Nova Ilusão* — José Menezes/Luiz Bittencourt.

Realização: Discos Terceiro Mundo — Libertas — F. Mario Produções Artísticas

Pedidos: Editora Terceiro Mundo Ltda. — Rua da Glória, 122 — grupos 105/106
Rio de Janeiro — RJ — Cep 20241 — Tel.: 242-1957

ENTREGA IMEDIATA

Desejo receber disco(s) de Radamés Gnattali. (Cr\$ 25.000, cada). Estou efetuando meu pedido por:
() Cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) à Editora Terceiro Mundo Ltda., remetidos juntamente com este cupom;
() Reembolso Postal (neste caso o porte será pago pelo destinatário).

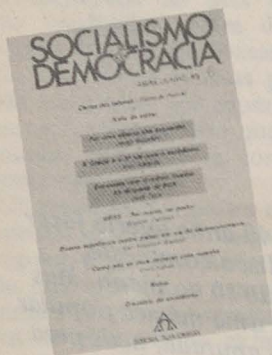
Data: / /

comprador

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep.: Profissão:

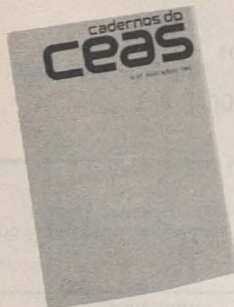
Revistas do 3.º Mundo

SOCIALISMO & DEMOCRACIA — Nº 6 — abril/junho de 85 — Publicada pela Editora Alfa-Omega, em São Paulo, tendo como objetivo principal, se-



gundo a editora, "o debate em torno do socialismo". Nessa edição, a revista inicia um debate sobre a possibilidade e a necessidade de uma aliança das esquerdas no Brasil. Outros temas: a via grega para o socialismo, a substituição da "velha guarda" na União Soviética e a guerra econômica contra o Terceiro Mundo. Além disso, uma entrevista com Armênio Guedes, ex-dirigente do PCB. *Editora Alfa-Omega - Rua Lisboa, 500 - 05413- São Paulo - SP.*

CADERNOS DO CEAS — Nº 97 — maio/junho de 85 — Publicação do Centro de Estudos e Ação Social, em Salvador, Bahia.



A revista é editada por um grupo de jesuítas e leigos preocupados com a realidade e a democracia

86 - terceiro mundo

no Brasil. Temas principais: as primeiras medidas econômicas da Nova República, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a luta dos índios *kiriri* pelas suas terras e contra a aculturação, as alternativas educacionais dos pobres, uma nova compreensão da "doença mental", a tensão entre o real e o literário no último romance de Jorge Amado, e os males da modernização agrícola. *Ceas - Rua Aristides Novis, 101 (Federação) - 40000 - Salvador - BA.*

CASA DE LAS AMÉRICAS — Nº 148 — janeiro/fevereiro de 85 — Editada pela *Casa de las Américas*, em Havana, Cuba.

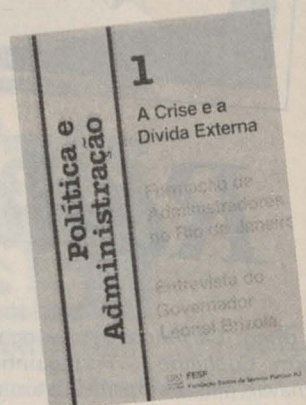


Temas principais: a vida e obra do político e teatrólogo guatemalteco Manuel Galich, a posição de Bolívar na história do pensamento filosófico e político da América Latina, a sociedade nicaraguense e a intervenção norte-americana, o neocolonialismo no Caribe e a literatura hispano-americana. *Casa de las Américas - 3ra. y G - El Vedado - Habana - Cuba.*

IFDA DOSSIER — Nº 47 — maio/junho de 85 — Publicação trilingue (inglês, francês e espanhol) da IFDA (Fundação Internacional para Alternativas de Desenvolvimento), em Nyon, Suíça. Temas principais: a ne-

cessidade de uma reforma na ONU, a experiência das novas organizações econômicas populares no Chile, a educação da mulher para o desenvolvimento no Marrocos, a força política dos "verdes" (grupos ecológicos, pacifistas e alternativos) na República Federal da Alemanha e na Itália, o desarmamento na América Latina, a luta contra a fome na África, os movimentos pela paz na Europa e os movimentos de liberação na América Latina. *IFDA - Case Postale, 1260 - Nyon - Suíça.*

POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO — Nº 1 — abril/junho de 85 — Lançada pela Fundação Escola de Serviço Público (Fesp), no Rio de Janeiro, sob a direção de Theotônio dos Santos.



Os artigos refletem uma preocupação teórica e analítica com os grandes temas das políticas públicas, como a dívida externa do Terceiro Mundo. A revista contém ainda um balanço das atividades do governo do estado do Rio de Janeiro e da própria Fesp, além de reproduzir uma entrevista que o governador Leonel Brizola concedeu ao diário "Folha de São Paulo". *Fesp RJ - Av. Carlos Peixoto, 54 - Botafogo - 22260 - Rio de Janeiro - RJ.*



O CAMARADA E A CÂMERA

Ruy Duarte de Carvalho.
Instituto Nacional do Livro
e do Disco (Inald), Angola.

"Cinema e Antropologia, mais além do filme etnográfico", assim o autor define, em subtítulo, o seu trabalho, "apontado prioritariamente para a necessidade de dotar a nova geração de cineastas angolanos com um instrumento de reflexão". Reflexão que parte do pressuposto "que não se pode esperar fazer um cinema sério em Angola sem levar em conta as informações que a antropologia e o filme etnográfico lhe podem fornecer".

Trabalho pioneiro, não só em Angola como na área cinematográfica dos países africanos de língua portuguesa, e válido igualmente para a maioria dos Estados africanos, onde as diversas culturas nacionais ainda coexistem em estágios diferentes de desenvolvimento.

A grande maioria dos cineastas africanos recusa o filme etnográfico por motivos que não são propriamente ou apenas a extrema carência de recursos técnicos

e humanos. A verdadeira razão dessa recusa se deve, segundo Ruy Duarte, à marcada antipatia pela antropologia, "por não serem capazes de perdoar-lhe por ter servido aos dominadores do passado e se prestar ainda hoje a manipulações por parte dos dominadores do presente".

Ruy Duarte, pela sua prática cinematográfica desde o início da independência de Angola, e por formação antropológica (prepara neste momento a tese de doutorado para a Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris) situa-se numa posição privilegiada para sustentar a sua opinião.

Depois da reflexão teórica nos dois primeiros capítulos em torno da relação cinema/antropologia, concretiza essa conexão com a sua experiência de "Nelsita", um filme de ficção com base narrativa da tradição oral *nyaneka*, prolongamento do documentário "Presente angolano, templo mumufla" e que já recebeu oito prêmios em festivais da África e Europa.

Através das dificuldades com que a realização do filme se foi confrontando, pela preocupação em respeitar valores como atualidade, cientificidade, seriedade e, acima de tudo, a validade cinematográfica, o autor confirma a antropologia como "suporte significativo aos elementos filmicos", sem no entanto "incorrer na fatalidade do filme etnográfico".

E vai mais longe, questionando a própria Antropologia: "Angola é um país do Terceiro Mundo. Em relação à antropologia clássica situa-se francamente no hemisfério do observado. Que revolução, porém, estará em curso para a própria antropologia, quando o observado se transforma em observador e — dificuldade teórica maior em relação ao ser e ao modo da disciplina — se

observa a si mesmo? Que acontece quando o observado assume a palavra? (Manuel Freire)

THE POLITICAL ECONOMY OF LAND IN ZIMBABWE (A economia política rural em Zimbábue)

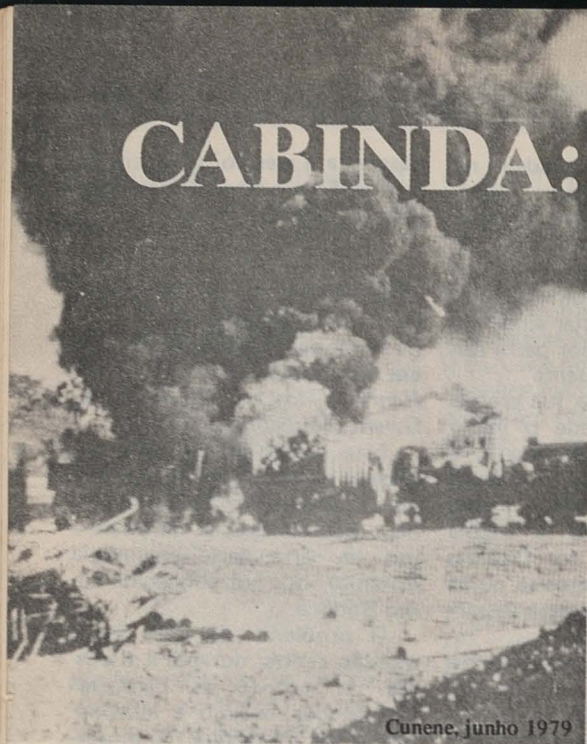
Henry V. Moyana, Mambo Press,
Gweru, Zimbábue, 1984.

Este é o primeiro livro publicado depois da independência do Zimbábue em 1980, analisando a questão crucial da posse e uso da terra nesta ex-colônia britânica, outrora conhecida como Rodésia.

O problema da terra foi a questão central durante a discussão do Acordo de Lancaster House, que decidiu a independência do Zimbábue. Tudo porque os colonos brancos, que usurparam as terras dos camponeses africanos e os expulsaram à força de suas lavouras comunitárias, se opunham a uma expropriação pura e simples como queriam os movimentos de libertação nacional. O acordo acabou acontecendo depois que a Inglaterra, Estados Unidos e outros países ocidentais se comprometeram a fazer donativos em dinheiro para permitir a compra de terras pelo governo independente. O compromisso assumido não foi até agora cumprido integralmente mas, mesmo assim, o primeiro-ministro Robert Mugabe já conseguiu distribuir terras a quase meio milhão de camponeses africanos.

O Zimbábue é um país basicamente agrícola, daí a importância da produção rural na consolidação da economia após a independência. Henry Moyana é tido como um dos mais importantes intelectuais de Zimbábue, além de ser um especialista muito consultado pelo governo. Ele estudou nos EUA e hoje dá aulas para universitários em Harare.

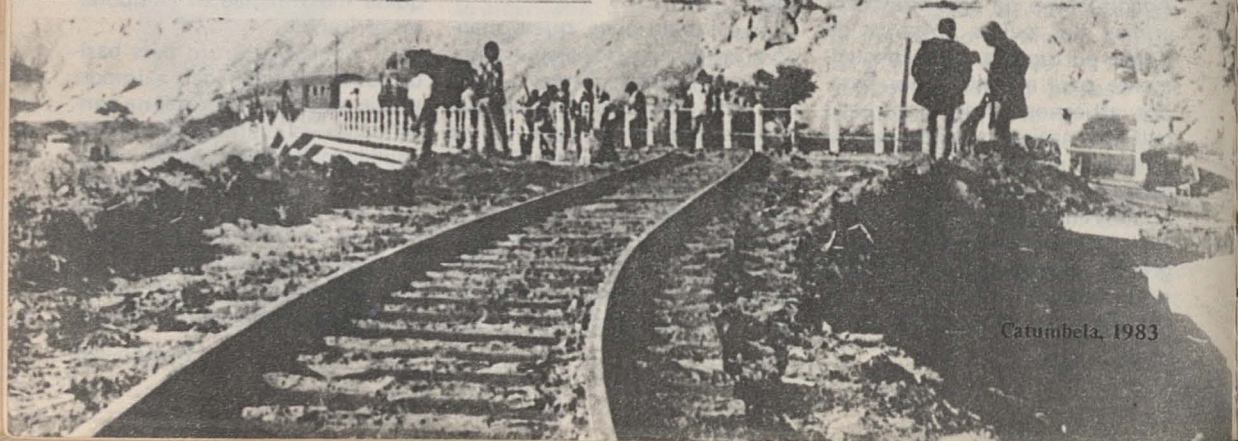
CABINDA: o crime sul-africano



Cunene, junho 1979



Serra da Leba, outubro 1979



Catumbela, 1983

Uma frustrada tentativa de sabotagem contra o complexo petrolífero de Cabinda — que contribui com 170 mil dos 200 mil barris diariamente produzidos em Angola — veio mostrar que o terrorismo continua sendo uma prática oficialmente adotada pela África do Sul.

O leitor poderá argumentar que isso não chega a constituir uma novidade no caso do regime de Pretória, responsável pelas ocupações da Namíbia e do sul de Angola, por ataques ao Lesoto e pela ajuda ao terrorismo em Moçambique. Um regime que, também no plano interno, sempre se destacou pela violência, prendendo, torturando, matando e exilando os líderes da oposição, mantendo cassada a cidadania de oito milhões de pessoas, negando o direito de voto a 73% da sua população.

Mas, houve, ainda assim, um fato novo no malogrado atentado de Cabinda: a prisão do chefe do comando terrorista sul-africano, um capitão que resolveu contar o que sabia. E o que ele contou desmente as propaladas boas intenções de Pretória ao anunciar a retirada das suas tropas do sul de Angola.

As provas irrefutáveis

Material bélico e logístico usado na ação militar é apreendido em Angola, e nem os interesses norte-americanos escapam das sabotagens do regime do apartheid

Foi preciso que o exército angolano capturasse um capitão sul-africano em flagrante ação de sabotagem para que a opinião pública mundial tomasse conhecimento de uma realidade já muitas vezes denunciada pelos governos de Luanda e Maputo: a política de desestabilização, através de atos de terrorismo, que o governo de Pretória pratica em relação a Angola e Moçambique. Desta vez, a própria África do Sul confessou o crime.

O capitão sul-africano, Winan Petrus du Troit, foi preso por uma patrulha das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (Fapla) na tarde de 21 de maio passado, quando, à frente de um comando especial de nove homens, tentava destruir os tanques de armazenamento de petróleo da *Cabinda Gulf Oil Company*, em Malongo. Dois soldados sul-africanos foram mortos na ação das Fapla, que resultou ainda na apreensão de armas, estações de rádio, minas, bombas incendiárias e quatro caixas de explosivos.

Uma longa série

Maior prova de que o governo de Pretória está violando os compromissos que assumiu com vistas à normalização da situação na África Austral não poderia haver. Até o governo dos Estados Unidos, principal suporte externo do regime racista sul-africano, viu-se forçado a reclamar. De fato, dois dias depois, o porta-voz do Departamento de Estado, Bernard Kalb, qualificava a operação terrorista de "contrária aos objetivos dos Estados Unidos na região" e acrescentava textualmente: "nós deploramos tais ações". Como se o atual governo de Washington não tivesse meios de pressionar as autoridades de Pretória a respeitar a inviolabilidade das fronteiras de um outro país.



Provas do terrorismo sul-africano em Angola são apresentadas à imprensa

Na verdade, a frustrada ação de sabotagem sul-africana é apenas a mais recente de uma longa série, que abrange operações terroristas contra diversos alvos como as instalações da refinaria da Petrangol em Luanda, a ponte do Giraul, na província de Namibe, os depósitos de combustíveis em Lobito e dois navios atracados no porto de Luanda. Ocorre, no entanto, que se costumava atribuir a responsabilidade por ações deste tipo à organização contra-revolucionária Unita. A esta, por sua vez, convinha enfeitar-se com as penas alheias, no afã de demonstrar a sua atividade em Angola.

Para o governo da África do Sul, empenhado em autoproclamar-se o maior interessado na superação das tensões na região, a manobra da Unita em reivindicar a autoria dos atentados vinha a calhar. Não só ajudava o governo de Pretória no seu propósito de atribuir a Angola a responsabilidade pelo atraso na aplicação das decisões e resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como os comunicados da Unita, apesar das notórias ligações desse grupo com Pretória, acabavam confundindo a opinião pública, ao criar a impressão de que o problema do terrorismo em Angola era interno, sobretudo após a suposta retirada oficial das tropas sul-africanas do território angolano, em abril último.

Coube a um oficial do exército regular sul-afri-

cano a tarefa de provar, a quem ainda duvidasse, que a verdade era bem diferente. O capitão Winan Petrus du Troit não se fez de rogado, em todos os contatos que manteve com a imprensa após a sua captura em Angola. Além de relatar, minuciosamente, os objetivos e as etapas do malogrado ato de sabotagem em Cabinda, Du Troit falou ainda da sua participação em outras operações semelhantes, tanto em Angola como em Moçambique.

O capitão da Força de Defesa da África do Sul se declarou membro de uma unidade de forças especiais estacionada na baía de Saldanha, na província do Cabo. Confessou ter participado de diversas operações de sabotagem nos seus oito anos de carreira militar. A primeira resultou na destruição da ponte de Giraul, na província angolana de Moçamedes, em fins de 1982. O objetivo principal da ação, segundo o capitão, era cortar a linha de apoio logístico da Swapo (Organização do Povo do Sudoeste Africano).

A segunda das "operações especiais", como são chamadas pelo capitão Winan Petrus du Troit, teria a sua autoria reivindicada pela África do Sul: a explosão da sede do *African National Congress* (ANC), na capital de Moçambique.

A terceira operação, de novo contra a Swapo, durou de finais de 1983 a janeiro de 1984, mas resultou apenas na descoberta de uma base já abandonada por aquela organização.

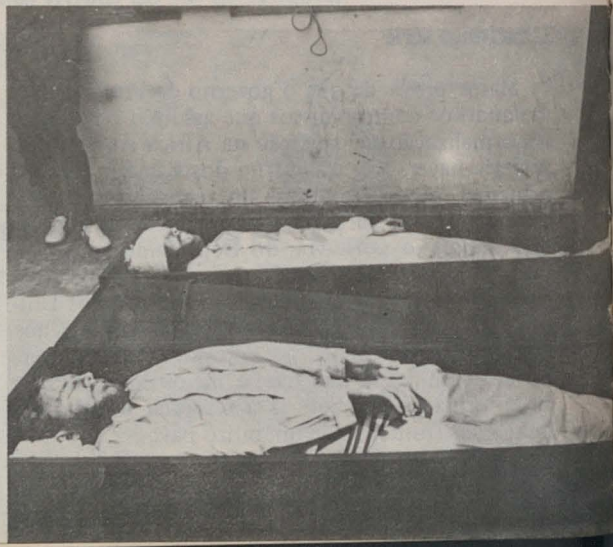
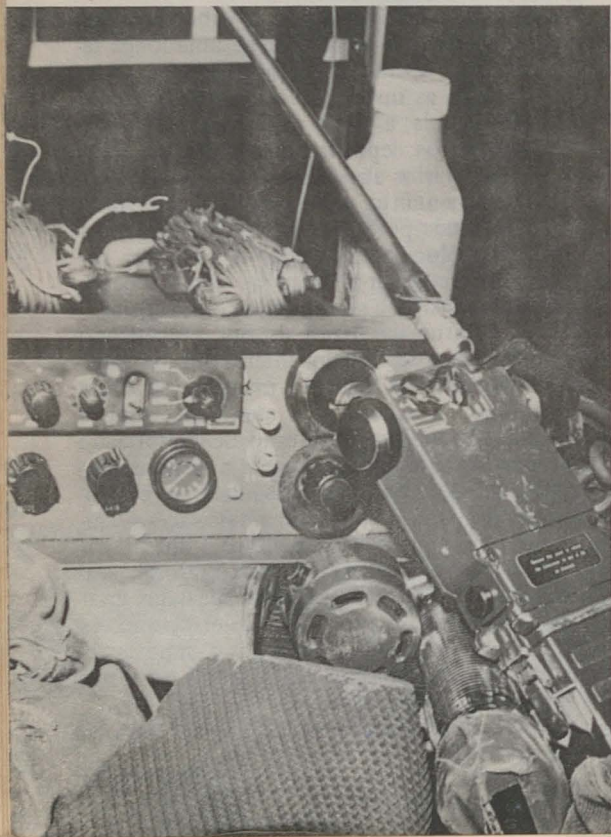
O fim da carreira

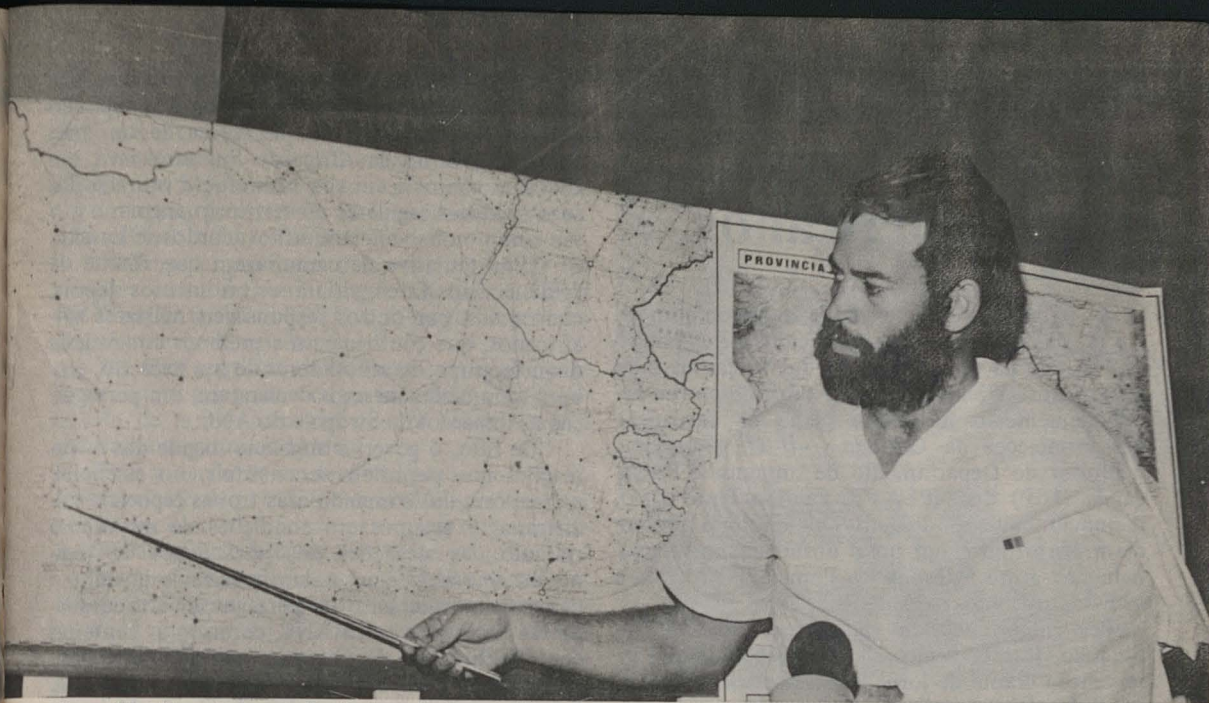
A quarta pode ter sido a última da carreira do jovem oficial. O seu relato a respeito dela foi mais detalhado e explícito: "o objetivo do ataque era a destruição dos tanques de armazenamento de petróleo da *Cabinda Gulf Oil Company*. (...) A primeira fase, de 'formação e preparação', iniciou-se em janeiro de 1985, na área da baía de Saldanha. Durante essa fase, houve treinos de utilização de explosivos de tipo específico, de comunicações por rádio, com armas especiais e também de tática de combate no mato..."

"Na segunda fase, transitamos da província do Cabo até Cabinda por mar. Fomos num destróier sul-africano, fabricado por Israel, que tem como armamento principal dois canhões de tiro rápido de 76 milímetros e a capacidade de disparar seis mísseis terra-terra *Scorpion*. (...) Chegamos ao nosso destino na noite de 18 para 19 de maio. Durante o dia, o barco permaneceu a cerca de 100 milhas da costa de Cabinda e, durante a noite, a partir das 19 ou 20 horas, aproximava-se do litoral, de onde, a 15 ou 20 milhas da costa, poderíamos sair. (...) Na segunda noite, deixamos o navio em três barcos de borracha, em direção a Lândana. (...) A equipe consistia em nove elementos para desembarcar e seis para permanecer no barco, inclusive um médico. (...) Os barcos acostaram na baía de Malembo e a equipe de nove elementos desembarcou, conduzida por mim. Fomos para Malongo, que contornamos pelo lado ocidental..."

Como tantas outras narrativas de crimes, a do oficial sul-africano desenvolve-se também num clima de suspense: "depois de alcançarmos as instalações petrolíferas, deixamos a estrada e fomos para a mata, em busca de um lugar onde não fôs-

Material de guerra apreendido pelas Fapla (esq.). Os corpos dos dois soldados da África do Sul mortos durante a fracassada operação de sabotagem (abaixo)





O capitão Winan Petrus du Troit, do exército sul-africano, descreve detalhadamente a operação terrorista

semos descobertos durante o dia. (...) O nosso plano era permanecermos escondidos na mata durante o dia 21 e iniciar a fase de ataque à noite”.

Conforme prosseguiu o capitão, o comando se dividiria em três grupos ao atingir os seis tanques de armazenamento de petróleo: “um grupo permaneceria do lado de fora para garantir a entrada e a saída das duas equipes que entrariam no local, cada uma delas carregando três minas. (...) Estas deveriam ser colocadas a um metro e meio acima do nível da terra e com um espaço de quinze metros entre elas...”

No seu minucioso plano, que previa até deixar material de propaganda da Unita no local, para que o crime fosse mais uma vez atribuído àquela organização contra-revolucionária, os sul-africanos esqueceram apenas um detalhe: a existência de bases das Fapla na região. E, quando se deram conta, já era tarde: estavam cercados. A única alternativa era tentar romper o cerco com o grupo subdividido em três. Os dois soldados que ficaram com o capitão foram mortos. O oficial, ferido no pescoço, no ombro e num dos braços, sobreviveu para contar a história e fornecer ao mundo uma prova inequívoca do terrorismo de que a África do Sul lança mão contra os países progressistas da região.

Se o atentado tivesse sido bem sucedido, os prejuízos, segundo o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, se elevariam a 500 milhões de dólares. Tal soma, conforme acrescentou, daria para alimentar todo o povo angolano durante um ano.

Um aspecto curioso

Um aspecto curioso, neste caso, é o fato de que o alvo visado pelo comando de sabotagem sul-africano, a *Cabinda Gulf Oil Company*, é uma empresa norte-americana, associada à “Sociedade Nacional dos Combustíveis de Angola” (Sonangol), na exploração de petróleo em Cabinda. Embora não haja relações entre Angola e os Estados Unidos a nível de governo, o relacionamento empresarial existe, sobretudo nos setores petrolífero e bancário. O diretor-geral da *Cabinda Gulf Oil Company*, “Dick” Ambrose, declarou à agência angolana de notícias Angop que ficaria muito indignado, se o comando sul-africano tivesse consumado a ação de sabotagem contra as instalações petrolíferas de Malongo. Sobretudo tendo em vista os esforços desenvolvidos pela empresa, já há alguns anos, para provar ao Congresso dos Estados Unidos que Angola é um país bom para investimentos.

Sob este prisma, o frustrado ato de sabotagem em Cabinda — cuja autoria acabou sendo reconhecida em Pretória pelo chefe do estado-maior do exército sul-africano, general Constand Viljoen — pode significar que o regime racista sul-africano, na ânsia de sobreviver a qualquer custo, deixou até de respeitar o atual governo dos Estados Unidos, o seu maior aliado no cenário mundial. O que não seria tão ilógico num momento em que a luta contra o regime minoritário de Pretória começa a assumir dimensões cada vez maiores no plano interno. (Artur José Poerner)

Sabotagem envolve interesses norte-americanos

Ao abrir a conferência de imprensa com órgãos de comunicação nacionais e estrangeiros, na qual o capitão das forças armadas sul-africanas Winan Petrus du Troit descreveu detalhadamente o fracassado plano de destruição das instalações da *Cabinda Gulf Oil Company*, o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do MPLA-PT, Paulino Pinto João, denunciou que os dirigentes de Pretória pretendiam "introduzir um novo obstáculo no relacionamento entre a República Popular de Angola e os Estados Unidos da América".

Pela importância dos dados revelados por Pinto João, transcrevemos alguns trechos da sua intervenção diante de jornalistas e membros do corpo diplomático acreditado em Luanda.



Pinto João (ao centro): "O regime do *apartheid* trabalha contra os próprios interesses dos EUA"

"Conforme foi anunciado no dia 22 de maio último, num comunicado do Ministério da Defesa, mais uma vez nos vemos confrontados com as ações agressivas do hediondo regime do *apartheid*.

"(...) Com todo o caráter diversionista, que foi a base de atuação dos governantes de Pretória, a denúncia foi inicialmente desmentida por um por-

ta-voz do Ministério da Guerra sul-africano. Era uma tentativa de camuflagem perante a opinião pública internacional, já que, cerca de um mês antes, o governo da África do Sul anunciava, em todos os cantos e em voz bem alta, a retirada das suas unidades regulares do território angolano e o seu compromisso em cumprir os acordos de Lusaka.

"Uma tentativa de camuflagem que, diante da evidência dos fatos, viria a ser, momentos depois, contrariada por outros responsáveis militares sul-africanos, que confirmaram a presença em Angola daquele grupo de sabotadores do seu exército, embora, como eles mesmos declararam, em perseguição a elementos da Swapo e do ANC.

"De fato, o governo angolano dispõe das informações que permitem reconstituir, no essencial, a trajetória do 'comando' das tropas especiais sul-africanas e estamos em condições de ressaltar o ridículo das alegações dos porta-vozes do regime do *apartheid*, que tentam reavivar o já velho e desgastado argumento de perseguição aos combatentes da Swapo e do ANC, como se as centenas de trabalhadores da *Cabinda Gulf Oil Company*, muitos deles de nacionalidade norte-americana, fossem guerrilheiros anti-*apartheid* ou Malongo se tratasse de uma base militar.

"Basta lembrar, assim, que Luanda — a capital do nosso país — dista mais de mil quilômetros da fronteira com a Namíbia e que a província de Cabinda, onde foi neutralizado o 'comando' sul-africano, fica a mais de dois mil quilômetros daquele território ocupado ilegalmente pelas tropas de Pretória.

"Assim, fica por demais evidente que a missão suicida do 'comando' sul-africano era clara: destruir as instalações petrolíferas de Malongo, de forma a debilitar a economia angolana e desestabilizar a nossa revolução democrática e popular. Trata-se de uma tentativa que se enquadra entre outras ações de sabotagem praticadas anteriormente por 'comandos' sul-africanos espalhados pelo país e que, na devida oportunidade, o nosso governo denunciou (ver Quadro).

"(...) Ao conceberem esta sórdida operação, os estrategistas de Pretória certamente terão levado em conta a importância econômica de Malongo e o fato de atualmente estarem em curso negociações com a *Gulf Oil Company* nos Estados Unidos para a renovação do contrato que a vincula à "Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola" (Sonangol) e que abrem amplas perspectivas de colaboração entre ambas as empresas, no interesse não apenas da economia angolana, mas também da dos próprios Estados Unidos.

"Caso se tivesse consumado a sabotagem, só em terra, os prejuízos seriam avaliados em cerca de 200 milhões de dólares para a reposição das instalações; cerca de 30 milhões de dólares de petróleo

em estoque e a perda de 250 milhões de dólares, tendo em vista o período de 120 dias para a reposição das instalações, dados considerados por baixo.

"Em Malongo, onde a Sonangol tem uma participação de 51% em sociedade com a *Cabinda Gulf Oil Company* (com 49%), são produzidos cerca de 170 mil barris diários de petróleo.

"Malongo é, por assim dizer, o coração das instalações petrolíferas em Angola. A *Cabinda Gulf Oil Company*, desde 1957, instalou ali a sua base de exploração de petróleo.

"Na área terrestre de Malongo estão instaladas uma zona residencial e outra industrial com capacidade de armazenamento de um milhão e 675 mil barris de petróleo bruto.

"Existe também um terminal para controle do carregamento de petróleo e duas refinarias, embora pequenas, com capacidade para processar cerca de 1.300 barris/dia e fabricar óleo diesel e Jet-B.

"Além disso, trabalham em Malongo várias centenas de técnicos, dos quais 118 são norte-americanos, 811 angolanos e 170 de outras nacionalidades.

"É verdade que a destruição das instalações de Malongo representaria um duro golpe na economia do nosso jovem Estado, mas, além disso, torna-se claro que os governantes sul-africanos pretendiam introduzir um novo obstáculo no relacionamento entre a República Popular de Angola e os Estados Unidos.

"Se a sabotagem às instalações de Malongo se consumasse, seriam seriamente afetados os interesses econômicos norte-americanos, que as forças mais conservadoras dos Estados Unidos tanto alegam defender em qualquer parte do mundo.

"Por mais paradoxal que pareça, a África do Sul serve-se agora da 'política de compromisso construtivo' para atacar frontalmente objetivos econômicos com interesses norte-americanos...

"Dezenas, senão centenas de cidadãos norte-americanos e de outras nacionalidades, sem contar com centenas de angolanos, perderiam a vida; milhões de dólares em investimentos norte-americanos seriam destruídos. Enfim, esse seria o resultado de uma ação criminosa praticada pelo aliado privilegiado dos Estados Unidos da América na África.

"Entretanto, o governo norte-americano, ignorando que é o principal sustentáculo do regime do *apartheid*, pretendeu, desta vez, aparecer diante da comunidade internacional com a imagem de que nunca esteve a par da presença de tropas sul-africanas em território angolano.

"Foi assim que o Departamento de Estado norte-americano se apressou em deplorar o fato de que unidades regulares sul-africanas continuem em Angola, deixando, no entanto, de fazer alusão ao comportamento irresponsável do governo de Pretória que, se destrísse o complexo petro-



Deslocamento de tropas sul-africanas em território angolano: uma constante desde a independência

lífero de Malongo, provocaria a morte de dezenas de cidadãos norte-americanos que lá trabalham...

"Paradoxal aliança essa, promovida e alimentada pela administração Reagan, que não leva em conta a vida dos seus próprios cidadãos.

"O governo norte-americano poderia tirar desse sinistro episódio as conclusões que se impõem. Por mais caricatural que possa parecer à primeira vista, o regime do *apartheid* trabalha contra os próprios interesses dos Estados Unidos..."

Provas de boa vontade

Segundo informações divulgadas pela imprensa internacional, Pretória já propôs ao governo angolano uma reunião visando o resgate do capitão Winan Petrus du Troit e dos corpos dos soldados sul-africanos mortos. O Ministério das Relações Exteriores da República Popular de Angola esclareceu, a propósito, que o governo de Luanda não está disposto a discutir o assunto enquanto não receber explicações do governo da África do Sul sobre a operação de sabotagem.

O diretor do Departamento de Informação e Propaganda do MPLA — Partido do Trabalho, Paulino Pinto João, revelou, por sua vez, que o governo de Angola já deu provas da sua boa vontade, ao notificar "a parte sul-africana sobre a libertação de quatro marinheiros daquele país, detidos quando pescavam, ilegalmente, em águas territoriais

ÁFRICA DO SUL INVADE O BOTSUANA

☐ Numa nova agressão a países vizinhos, o regime racista da África do Sul invadiu a República do Botsuana a 14 de junho passado, num ataque de surpresa contra Gaberones, situada a 15km da fronteira. A brutal incursão das tropas de Pretória contra a capital do país causou o incêndio de dezenas de casas e a morte de 15 pessoas, entre elas três mulheres e um garoto de cinco anos, que foi perseguido quando fugia de sua casa em chamas.

O regime do *apartheid* alegou que a ação intervencionista foi dirigida contra aqueles que chama de "terroristas" do Congresso Nacional Africano (ANC), organização que combate o governo racista de Pretória. Testemunhas do ataque contra Gaberones declararam que vários veículos militares carregados de tropas sul-africanas metralharam e bombardearam, com morteiros pesados e à queima-roupa, casas que, segundo os serviços de informação de Pretória, estariam abrigando membros do ANC. O presidente do Botsuana, Quett Masire, negou enfaticamente que os militantes do ANC estejam se utilizan-

do do país para combater o regime do *apartheid* e qualificou de "deplorável esse ato de violência e brutalidade perpetrado pela África do Sul".

Bernard Kalb, um porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, declarou que o ataque contra o Botsuana "suscita as mais sérias dúvidas sobre a sinceridade da África do Sul nas negociações para uma solução pacífica dos problemas da África Austral". Em consequência disso, o principal aliado do regime do *apartheid* decidiu chamar de volta aos Estados Unidos o seu embaixador em Pretória, deixando claro o seu protesto pelo ataque contra a capital do Botsuana.

O embaixador do Botsuana nas Nações Unidas, I. Legwaila, solicitou uma reunião urgente do Conselho de Segurança, para que se pronuncie sobre a invasão militar sul-africana contra a capital do seu país, numa carta enviada ao presidente desse organismo mundial, qualificando a agressão como "um ato de brutalidade". Por sua vez, o secretário geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, condenou a "grave violação da integridade territorial" do Botsuana por parte do regime de Pretória, numa mensagem dirigida ao presidente Quett Masire.

BARRICADA
Órgão INTERNACIONAL
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
- FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 n.ºs) — Cr\$ 12.000,00
Semestral (24 n.ºs) — Cr\$ 24.000,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo ☐ vale postal ☐ cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura ☐ trimestral ☐ semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

da província de Namibe”.

Outra prova de boa vontade do governo angolano, segundo Pinto João, é a plataforma de negociações para a solução global da situação na África Austral, contida na carta que o presidente José Eduardo dos Santos enviou ao secretário-geral das Nações Unidas. Os pontos principais dessa plataforma são:

1) A retirada imediata e incondicional das for-

ças sul-africanas que ocupam uma parte do território angolano;

2) A aplicação imediata da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas com vistas à verdadeira independência da Namíbia;

3) O fim das agressões sul-africanas contra Angola;

4) A cessação de todo o apoio logístico da África do Sul aos ba-los da Unita.

As mentiras da Unita

☐ No período de 1965 a 1985 as ações militares sul-africanas contra alvos civis e econômicos angolanos não só foram contínuas como cresceram em intensidade.

Diversas dessas ações desestabilizadoras, praticadas antes do episódio de Malongo, foram atribuídas “ao grupelho fantoche Unita, que opera sob a coordenação estratégica e operacional do regime sul-africano”, segundo declarou o diretor do DIP, Paulino Pinto João.

Segundo Pinto João, é revelador o fato de a tentativa de sabotagem em Malongo ter ocorrido pouco depois das declarações de um representante da Unita em Paris, segundo as quais os contra-revolucionários iriam estender as suas ações às regiões petrolíferas de Cabinda e Soyo.

É também nesse contexto que deveria se realizar em Washington, um chamado “Congresso Mundial dos Guerrilheiros Anticomunistas”, patrocinado pela administração Reagan, com o objetivo de — segundo os seus responsáveis — “elevar a eficácia das ações subversivas contra os governos de Angola, Afeganistão, Nicarágua e Camboja”.

Enumeramos a seguir, algumas das cerca de 400 ações sul-africanas contra a República Popular de Angola, atribuídas todas elas à Unita:

● *Agosto de 1975* — Ocupação das hidrelétricas de Ruacanã e Calueque, no rio Cunene, junto à fronteira com a Namíbia.

● *4 de maio de 1976* — Ataque ao campo de refugiados namibianos de Cassinga, matando 612 refugiados, 12 soldados e três civis angolanos e ferindo 611 refugiados namibianos, e 63 soldados e 15 civis angolanos.

● *26 de fevereiro de 1979* — Massacre em Boma (Moxico), provocando 198 mortos e 600 feridos em um campo de refugiados zimbabueanos.

● *23 de agosto de 1981* — Operação “Proteu”, ocupando parte da província do Cunene.

● *30 de novembro de 1981* — Sabotagem contra a refinaria de Luanda, num ataque a partir do mar.

● *19 de janeiro de 1983* — Ataque contra a barragem de Lomaun (Benguela).

● *12 de março de 1983* — Destruição da Fábrica de Pasta de Papel no Alto Catumbela (Benguela), tendo sido raptados 66 cidadãos checoslovacos.

● *2 a 8 de agosto de 1983* — Forças declaradamente da Unita, reforçadas por “comandos” e artilharia sul-africanos, atacaram a Vila de Cangamba (Moxico), tendo morrido 1.100 contra-revolucionários.

● *27 de setembro de 1984* — Ataque contra as oficinas da Estrada de Ferro de Benguela, no Lobito.



Material de propaganda da Unita que seria largado no local da ação pelo “comando” do apartheid

● *12 de julho de 1984* — Ataque a um oleoduto em Cabinda.

● *16 de agosto de 1984* — Ataque a dois navios no porto de Luanda.

Para se ter apenas uma idéia dos prejuízos causados a Angola com estas operações, só de 1975 a 1981 (dados recolhidos do “Livro Branco das Agressões Racistas”, um relatório apresentado às organizações internacionais, como a ONU), alcançavam a cifra de sete bilhões e 614 milhões de dólares, sem contar as irreparáveis perdas humanas.

Humor



Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

**Quando se
pensa em banco
no Estado do
Rio de Janeiro,
tem um que está
na cabeça de
todo mundo.**



**BANERJ
NA CABEÇA**

BANERJ

As coisas estão mudando.